

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA
LINHA DE PESQUISA: FAMÍLIA E INTERAÇÃO SOCIAL

FRATRIA ADOTIVA:

Percepções e vivências de irmãos mais velhos nas fratrias constituídas por adoção

BERTHANE FEITOSA PINHEIRO ROCHA

RECIFE/2009

BERTHANE FEITOSA PINHEIRO ROCHA

FRATRIA ADOTIVA:

Percepções e vivências de irmãos mais velhos nas fratrias constituídas por adoção

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cristina Maria Souza Brito Dias

RECIFE/2009

R672p

Rocha, Berthane Feitosa Pinheiro

Fratrã aditiva : percepções e vivências de irmãos mais velhos nas frãtrias constituídas por adoção / Berthane Feitosa Pinheiro Rocha ; orientador Cristina Maria Souza Brito Dias, 2009.
128 f.

Dissertaçã (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduaçã. Curso de Mestrado em Psicologia Clínica, 2009.

1. Adoção. 2. Família. 3. Irmãos e irmãs. I. Título

CDU 159.922.7

BERTHANE FEITOSA PINHEIRO ROCHA

FRATRIA ADOTIVA:

Percepções e vivências de irmãos mais velhos nas fratrias constituídas por adoção

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dr^ª. Carla Alexandra Moita Minervino
Universidade Estadual da Paraíba

Prof^ª. Dr^ª. Cristina Maria de Souza Brito Dias
Universidade Católica de Pernambuco

Prof^ª. Dr^ª. Edilene Freire de Queiroz
Universidade Católica de Pernambuco

RECIFE/2009

DEDICATÓRIA

Ao único que é digno de receber, a honra e a glória pela concretização deste sonho...

Dedico a Deus, que nos adotou como seus filhos e nos enviou Jesus Cristo, para ser nosso irmão, para que assim aprendêssemos a nos relacionar com Ele de forma mais direta.

AGRADECIMENTOS

A Matheus e Felipe, a fratria que existe na minha casa, filhos que amo. Para e com quem renovo minhas forças a cada dia;

Aos meus irmãos, que foram peças chave e serviram de esteio para que este trabalho fosse concluído. Cada um contribuiu de forma singular e todos juntos formaram uma grande força propulsora que me levou adiante. Débora, Julia Maria, Rominho e Luciano Ricardo: com vocês vivenciei vários dos fenômenos citados neste trabalho, e pude constatar a força e a importância da fratria na vida de um ser humano;

Aos meus avós, em especial ao meu avô, que partiu faltando tão pouco tempo para me ver com mais essa vitória;

Aos meus pais e tia, por serem o que são: parte de mim;

A Rossilene de Freitas, Dayse Magalhães e Renata Pereira, muito mais que amigas: irmãs;

Às amigas que ganhei neste Mestrado, Eleine Oliveira e Lúcia Cavalcanti. Os momentos que passamos juntas estão eternizados em minha memória e coração;

A Carlos Silvério da Rocha Junior, por ter me ajudado a descobrir como sou forte;

Aos professores do Mestrado em Psicologia Clínica, que me ensinaram a caminhar em busca de respostas que ajudem o outro a conviver de forma mais harmoniosa com os seus semelhantes e consigo mesmo;

E, em especial, à minha orientadora Prof.^a Dr.^a Cristina Brito Dias. Muito mais que orientadora acadêmica, orientadora para a vida, profissional do cuidado que faz jus aos títulos de doutora, professora, amiga e cristã. Sem você seria impossível!

A CAPES, por ter fomentado minha pesquisa.

RESUMO

A entrada da mulher no mercado de trabalho cada vez mais freqüente; o incremento de novas configurações familiares diferentes da família nuclear intacta; o fortalecimento das relações horizontais são alguns dos fenômenos sociais da contemporaneidade que chamam a atenção para uma forma duradoura de relacionar-se dentro do sistema familiar, que constitui a fratria. Por outro lado, um tema bastante atual, que mobiliza a atenção de vários segmentos sociais, é a adoção. O objetivo desta pesquisa foi investigar as relações estabelecidas entre os componentes do subsistema fraterno, tenham elas sido constituídas de forma biológico adotiva ou exclusivamente por adoção. Participaram 16 pessoas, divididas entre pré-adolescentes, jovens e adultos, de ambos os sexos, com idade a partir dos dez anos, que responderam a uma entrevista semidirigida focada na chegada do irmão adotivo na família. A entrevista foi transcrita e teve seus conteúdos organizados por temas. No grupo de pré-adolescentes percebemos que as meninas demonstraram mais capacidade de acolhimento e propensão ao cuidado. As fratrias constituídas unicamente por adoção, em geral, apresentaram menos conflitos que as biológico-adotivas. Observamos também, nas duas formas de constituição de fratria, a presença de sentimentos de mútua responsabilidade e cuidado entre os irmãos, em que pese referências a momentos de ciúme, conflitos e competição. Esperamos que profissionais e organizações que lidam com a temática da adoção usufruam desta pesquisa, bem como profissionais que trabalham com crianças, adolescentes e famílias. Outrossim, esperamos que ela possa contribuir para a remissão de alguns mitos que cercam a adoção, apontando para uma maior sensibilização social de que esta é uma possibilidade de construção de vínculos familiares tão saudáveis quanto os biológicos.

Palavras-chave: Adoção, fratria, subsistema fraterno, vínculos.

ABSTRACT

The entry of women into the market much more frequent; the development of new family configurations different from intact nuclear family; the strengthening of horizontal relationships are some of the contemporary social phenomena that focus on a lasting basis to relate to within of the family system, which is the fratrias. Furthermore, a very current issue, which attracts the attention of various social groups, is the adoption. The objective of this research was to investigate the relationship between the constituents in the fraternity, have they been established in biological or adoptive only by adoption. Sixteen people participated, divided between children, pre-adolescents and young adults of both sexes, aged from ten years, which responded to an interview focused on the arrival of the adoptive brother in the family. The interview was transcribed and their content was organized by themes. In the group of children and pre-adolescent we found that girls have most reception capacity and willingness to care. The fratrias consist solely of adoption had less conflicts then biological-adoptive. We also observed that in two ways to set up fratrias, the presence of feelings of mutual responsibility and care between brothers, in spite of references to moments of jealousy, conflict and competition. We hope that professionals and organizations which dealing with the issue of adoption could be benefited of this research data as well as professionals that work with children, adolescents and families. Also, we hope that it can contribute to the remission of some myths surrounding the adoption, pointing to a greater social awareness that it is a possibility of construction of family as healthy as the organic.

Keywords: Adoption, brotherhood, brotherly subsystem, ties.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1- A FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA, UMA VISÃO SISTÊMICA	12
2- O SUBSISTEMA FRATERNAL	31
2.1- Fatores que interferem no relacionamento fraterno	44
3- ADOÇÃO E FRATRIA	57
3.1 – O vínculo fraterno na adoção	65
4- OBJETIVOS E MÉTODO DE ESTUDO	70
4.1- Objetivos	70
4.1.1- Objetivo Geral	70
4.1.2- Objetivo Específico	70
4.2- Método de Estudo	70
4.2.1- Participantes	70
4.2.1.1- Identificação dos participantes	71
4.3- Instrumento	74
4.4- Procedimento de Análise de Dados	74
5- DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	77
5.1- Resultados obtidos com as crianças e adolescentes	77
5.1.1- Preparação para a chegada do(a) irmão(ã) adotivo(a)	77
5.1.2- Reação da família nuclear diante da chegada da criança	79
5.1.3- Tratamento recebido pelo participante antes e após a chegada do irmão	85
5.1.4- Tratamento dispensado pelo participante ao irmão	88
5.1.5- Dificuldades apresentadas no relacionamento com o irmão adotivo	91
5.2- Resultados obtidos com os adultos	96
5.2.1- Preparação para a chegada do(a) irmão(ã) adotivo(a)	97
5.2.2- Reação da família nuclear diante da chegada da criança	99
5.2.3- Tratamento recebido pelo participante antes e após a chegada do irmão	102
5.2.4- Tratamento dispensado pelo participante ao irmão	105
5.2.5- Dificuldades apresentadas no relacionamento com o irmão adotivo	108
6- CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
7- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118
ANEXO I- DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS E ROTEIRO DE ENTREVISTAS	125
ANEXO II – TERMO DE CONSENTIMENTO	126
ANEXO III- CARTA DE ACEITE DO COMITÊ DE ÉTICA	127

INTRODUÇÃO

Nas duas últimas décadas, a temática da adoção ganhou grande destaque. O que antes era um tema velado, guardado pelo segredo, por vários tabus e também acompanhado de mitos, vem sendo atualmente bastante abordado. Mães e pais doadores, a criança adotada, os pais adotantes, a família extensa, com suas particularidades, já estão sendo bem pesquisadas. No entanto, as relações da fratria na situação de adoção, a forma como esse vínculo é estabelecido e quais suas conseqüências no desenvolvimento das crianças inseridas nesse contexto, ao menos na realidade brasileira, vêm sendo pouco ou quase não estudadas.

Talvez a falta de ênfase no estudo da fratria tenha ocorrido devido à crença, por parte dos estudiosos, de que as relações que influenciavam mais intensamente o desenvolvimento de uma criança são as estabelecidas entre elas e os pais. Provavelmente este era um pensamento coerente até alguns anos atrás. As constantes mudanças sociais pelas quais a Humanidade tem passado, desde a década de sessenta, repercutiram diretamente na família. A busca do casal pela estabilidade financeira, herança do consumismo, e a incessante procura de qualificação profissional, herança da era do conhecimento, interferiram na diminuição do convívio entre pais e filhos. A isto aliamos a crescente incidência de separações e divórcios, fruto da cultura dos relacionamentos rápidos e descartáveis, que gerou o fim dos enlaces 'até que a morte nos separe'. Neste panorama, as relações fraternas ganham força, configurando-se como um (se não for o único) dos vínculos que perduram por mais tempo entre as pessoas.

A relação entre irmãos é permeada de ambivalências: afetos e desafetos se alternam, constituindo um dos melhores laboratórios sociais do qual a maioria de nós faz parte. Neste microcosmo aprendemos, na maioria das vezes desde o início de nossas vidas, a aceitar as diferenças, a rivalizar, a lutar pelos nossos objetivos, a desenvolver o

mútuo cuidado e, principalmente, a solidariedade. Aliás, este é o sentimento esperado nas fratrias adultas: que as situações de rivalidade evoluam para a solidariedade.

O relacionamento entre irmãos assume configurações diferentes, a depender da etapa do ciclo vital em que o subsistema fraterno se encontra. Questões de gênero, diferenças de idade, tamanho e tipo de constituição (exclusivamente biológica ou adotiva e mista), também interferem diretamente na fratria e na estruturação dos relacionamentos dentro dela. A intensidade das vivências entre os irmãos é tão estruturante que, a depender do estilo dos vínculos estabelecidos na fratria, eles irão se repetir na vida adulta, interferindo, inclusive, nas suas relações conjugais.

O importante a destacar nos relacionamentos entre irmãos é que a biologia pouco interfere na construção dos vínculos. Os laços de sangue são apenas um algo a mais (ou a menos, no caso das adoções), mas que podem ser equiparados ou suplantados pela convivência. Adotar é uma decisão, amar um irmão também! Os vínculos passam muito mais pelo coração do que pela biologia. Uma relação que, a princípio, é obrigatória torna-se muito mais eletiva do que muitos irmãos imaginam. Na vida adulta e em especial na velhice é que percebemos isto. Quando não temos mais os pais como eixo de união fraterna, a convivência cede lugar a um relacionamento eletivo. Por isso é que nas fratrias constituídas pela adoção encontramos quase as mesmas características das fratrias constituídas pela consangüinidade, como serão explicitadas nos capítulos seguintes.

Tomamos como marco teórico a Teoria Geral de Sistemas, de Ludwig Von Bertalanfy, por acreditar que não conseguimos entender um homem sem levar em consideração o meio onde este se insere. A Teoria do Vínculo, de Pichon-Rivière, também nos permitiu um enfoque mais social do psiquismo que se manifesta a partir das formas de vinculação. Este autor nos deu subsídio para que articulássemos adoção e

fratria, pois com ele vimos que vínculo é uma questão de convivência, eleição e diferenciação. Ainda para tentar explicar a força que caracteriza o vínculo entre irmãos adotivos, recorreremos a Bowlby e à sua Teoria da Ligação ou Apego, principalmente porque ele defende que os seres humanos têm uma tendência ao apego, que ora pode ser vivida como afeto-cuidado, e que, quando os pais mamíferos deixam algo a desejar, o próprio filho elege alguém com quem se identifique para que se sinta protegido. Em alguns momentos fizemos uso também das contribuições por parte de teóricos da Psicanálise como Freud, Hamad, Kehl, por exemplo.

Os capítulos trataram da família na contemporaneidade, do relacionamento fraterno e da fratria na situação de adoção. Em seguida, são apresentados os objetivos e método do estudo, a análise e discussão dos resultados, terminando com algumas considerações acerca do trabalho realizado.

1. FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA, UMA VISÃO SISTÊMICA

É possível perceber facilmente, através da História da Humanidade, que nós somos seres dinâmicos e que nosso comportamento e formas de subjetivação afetam e são afetados pelo contexto social, cultural e econômico em que nos encontramos. Por isso é quase que uma imprudência tentarmos observar qualquer objeto de estudo sem a devida articulação com o meio a seu redor. A pesquisa baseada no pensamento positivista dividia, classificava e categorizava os objetos de conhecimento para melhor poder dominá-los e chegar às verdades absolutas finais. Conseguiremos mais êxito na tentativa de entender o humano quando não nos detivermos na coisa-em-si, pois a atitude de levar um objeto ao coletivo, sem aproximá-lo da sociedade, apenas modifica o seu lugar, não proporcionando ao cientista a devida compreensão sobre o mesmo (LATOUR, 2000).

Hoje nos encontramos num contexto de transição, de quebra de paradigmas, de desconstrução e de mudanças sociais, políticas e econômicas que estão levando à ressignificação de novos padrões. Vários estudiosos tentam denominar o momento atual e as diferentes nomenclaturas indicam diversos pontos de vista. A verdade é que não conseguimos chegar a um consenso para apoiar um ou outro termo. Pós-modernidade para alguns, modernidade tardia para outros, modernidade radicalizada, modernidade reativa, há quem até quem defenda que o projeto da modernidade fracassou e que jamais fomos modernos (LATOUR, 2000). Não é nosso objetivo aqui optar por uma ou outra nomenclatura. Pretendemos fazer apenas uma pequena cartografia da contemporaneidade para compreender um pouco a forma como a família se apresenta e as novas necessidades e expectativas que vêm junto com toda essa mudança.

Focalizaremos, em especial, a adoção e as relações fraternas que se dão neste ínterim, pois, como afirma Latour (2000): a realidade exterior abunda no meio de nós.

Os últimos cinquenta anos marcaram profundamente a vida mundial pelas mudanças que acometeram a maior parte da humanidade. É importante deixar claro que mudanças sempre nos acompanharam, mas esse movimento nunca se deu de forma tão brusca e intensa. Bauman (2007) afirma que estamos presenciando uma forma de vida líquido-moderna, onde as condições sob as quais agem os membros da sociedade mudam num tempo mais curto que aquele necessário para a consolidação de hábitos e rotinas. Sempre fomos dinâmicos, mas agora estamos vivenciando o apogeu do dinamismo aliado a grandes contradições e fragmentações. Lampert (2004) classifica a sociedade contemporânea como desenvolvida, arrojada, desumana, arcaica e injusta. Parece paradoxal, mas, a depender da área, realmente saltamos entre esses dois extremos. De um lado temos o avanço tecnológico, o crescimento do mundo dos negócios, do consumo e da comunicação de massa, o mapeamento do código genético. Do outro convivemos com fome, miséria, degradação do planeta, ameaças de catástrofes nucleares, epidemias matando em larga escala, terrorismo. Tanto antagonismo levou à pulverização do sentido do que é ser humano, a ponto de percebermos um caos de valores, e do que é preciso para satisfazer esse homem que agora se apresenta. Ao nos sujeitarmos a essa nova ordem cultural, o individualismo e o espetáculo passam a ser a paisagem subjetiva de nossas vidas, que, por conseguinte, tem como reação a liquefação dos vínculos, o descompromisso com o outro. O autor fala desse estado com uma grande precisão:

Numa sociedade líquido-moderna as realizações individuais não podem solidificar-se em posses permanentes porque, em um piscar de olhos, os ativos se transformam em passivos, e as capacidades em incapacidades. As condições de ação e as estratégias de reação envelhecem rapidamente e se tornam obsoletas antes dos atores terem a chance de aprendê-la efetivamente (BAUMAN, 2007, p.7).

A pílula anticoncepcional deu liberdade sexual e de escolha à mulher, que agora pode desfrutar de um relacionamento sexual e optar por ser mãe no momento que achar mais adequado. Esta capacidade denota em outro fenômeno: com as intensas exigências de mercado, a mulher passou a se capacitar cada vez mais antes de pensar numa gestação. A busca pelo equilíbrio financeiro faz com que o casal pense na parentalidade mais tarde, o que, certamente, atrapalha o processo de procriação natural, fazendo com que se opte pela fertilização assistida. O primeiro bebê de proveta hoje tem trinta anos e os primeiros bebês gestados em barrigas de aluguel devem ter aproximadamente quinze anos. É uma realidade muito nova para que saibamos suas repercussões. Para esses casos Hintz (2001) afirma:

A estrutura familiar pode sofrer uma triangulação diferente entre aquele que é o progenitor biológico, o progenitor não biológico e o doador. Podem ocorrer situações de disputa pelo poder, sendo possível que o progenitor biológico sinta-se com mais direito sobre o filho que o outro. Outro fato que pode ser levantado é a questão dos irmãos e demais parentes no caso de inseminações feitas por bancos de esperma (HINTZ, 2001, p.10).

Completamos a citação acima questionando: quem garantirá que esta criança não estará mais tarde se relacionando afetiva e sexualmente com um de seus irmãos ou parentes biológicos próximos? Como nos diz Gomes (2003) não importa quão liberais nos consideremos, tais questões provocam fantasias de descontrole perante o futuro incerto e a onipotência biológica. São desafios da contemporaneidade ainda sem respostas...

Pensando desta forma compreendemos melhor a tendência atual de se crer que viver tornou-se um processo doloroso, pois o homem contemporâneo teria que ser mais que um super-homem para dar conta de tanta mudança, instabilidade e atribuições. Muitos sofrem com a síndrome da insuficiência, a síndrome do fracasso que, na realidade, é uma leitura deturpada que estamos sendo obrigados a fazer por conta das

obrigações dessa nova paisagem, dessa mudança geral que está ocorrendo na condição humana. Nunca se falou tanto em desamparo. Calloni (2004) pontua que na pós-modernidade o ser humano encontra-se fragmentado e sem uma importância coletiva. Assim, ele desvia suas aspirações e necessidades para o consumismo que, enganosamente, causa a sensação de densidade existencial. Apostou-se muito no individualismo e o que percebemos foi a *nadificação coletiva*¹ e a dessubstancialização do ser humano.

E quando teria começado esse novo estilo de vida? Difícil precisar, mas talvez tenha iniciado com a bomba de vácuo, ou com o fim da segunda Guerra Mundial e com a hegemonia do *way of life* americano (MEZAN, 2003, p.163). Harvey (1998) refere-se ao momento atual como uma condição histórica, defendendo que:

(...) a crise da supracumulação iniciada no final dos anos 60, e que chegou ao ápice nem 1973, gerou exatamente esse resultado. A experiência do tempo e do espaço se transformou, a confiança na associação entre juízos científicos e morais ruiu, a estética triunfou sobre a ética como foco primário da condição intelectual e social, as imagens dominaram as narrativas, a efemeridade e a fragmentação assumiram precedência sobre verdades eternas (HARVEY, 1998, p. 293).

Atualmente, viver é um processo de dúvidas e incertezas. Medo do futuro e descrença no passado nos acompanham. Saímos realmente da era das certezas para a das incertezas. É exigência ter sucesso e estabilidade profissional antes dos quarenta, ser belo e ter ar jovial depois dos cinquenta. Para isso o indivíduo dispense horas de academia, na *internet*, formação continuada, *MBA'S*, necessidade de informação e acúmulo de conhecimento. As crianças já apresentam agendas repletas de compromissos e mais parecem pequenos executivos. Tudo isto para não ficar *out* e para garantir uma felicidade individual, associada à idéia de liberdade, para cada um dirigir sua vida do jeito que melhor lhe convier.

¹ Sentimento de não ser importante que serve de refúgio para a sensação de desamparo (CALLONI, 2004).

A entrada da mulher no mercado de trabalho gerou o poder econômico do feminino, mudando assim as relações de gênero. As decisões passam a ser compartilhadas pelo casal. As relações do casal tornaram-se mais semelhantes, principalmente no que se refere às questões de autoridade (HINTZ, 2001). O IBGE, no relatório da Síntese dos Indicadores Sociais (SIS) de 2007, mostrou que, de 1996 agora, o aumento de mulheres chefes de família chegou a 8,2 milhões. Neste meio tempo as chefes de família passaram de 10,3 para 18,5 milhões. As mulheres também estudam mais, o que lhes possibilita galgar melhores postos de trabalho, ainda que ganhando cerca de trinta por cento menos que os homens, exercendo as mesmas funções.

A descoberta da AIDS, no início dos anos oitenta, contribuiu para que os casais homoafetivos caminhassem para uma direção que antes era por eles muito atacada: tomar como modelo a família nuclear burguesa. Eles passaram a primar pela fidelidade conjugal e houve maior estabilidade nas relações. Na Holanda, Bélgica e Alemanha, o casamento entre pessoas de mesmo sexo já ganhou estatuto de legalidade, favorecendo até a possibilidade da adoção de crianças. Um dado curioso é que esse tipo de casal é mais aberto às adoções inter-raciais, tardias, de crianças especiais (GOMES, 2003). Com o relógio biológico feminino em discrepância com as aspirações sociais, e com a crescente constatação da formação de famílias homoafetivas, a adoção vem ganhando espaço no momento em que o casal resolve ter filhos.

Porto (2004) fala de uma ameaça constante que envolve o ser humano e cada ação se configura numa luta pela sobrevivência diante dos problemas que afetam o país e o mundo. Ele indaga: é o fim do indivíduo e da ética? O homem é autor de sua própria trajetória, mas não se pode esquecer que, enquanto ser de relação, sua caminhada em busca da autonomia e da auto-realização se dá através da interação constante que faz com o meio e com as pessoas significativas de sua vida. É por esse viés que passaremos

agora a focar como essas pessoas significativas, na maioria das vezes representadas pela instituição família, e a sumária descrição da contemporaneidade acima, se interafetam.

Como a contemporaneidade se relaciona com um dos aspectos mais íntimos da vida pessoal como a família? O rompimento com uma ordem dita tradicional também é refletido nas relações familiares, a ponto de termos hoje os mais diferentes desenhos para o que chamamos *família* e, sem dúvida, novas representações sociais. Diferente de outrora, hoje ela não surge apenas com o casamento e com a finalidade de reprodução. A tradição vigente da cultura cristã considera, como ideal de família, o casal estruturado pelo laço do casamento, monogâmico, com crianças ou filhos de sangue ou por adoção, vivendo sob o mesmo teto (BUCHER, 1999). Hoje, especialmente na cultura ocidental, a família nasce pela necessidade de estabelecimento de vínculos mais estreitos, de expressão e convivência baseadas no amor.

Para dar conta de tamanha revolução, a ciência não poderia ficar a pensar de forma cartesiana. Percebemos então uma revolução científica com o surgimento de um novo paradigma conceitual. Aun (2005) nos apresenta a Teoria Sistêmica como este novo paradigma. Segundo ela, um novo paradigma é necessário por causa do dinamismo das situações que nos cercam, pois o mundo está em um constante processo de “tornar-se”. Estamos na época do ‘e’ e não na do ‘ou’. Essa frenética mudança nos obriga, para que não fiquemos perdidos, buscar sempre a compreensão dos acontecimentos em relação aos contextos que ocorrem. Isto quer dizer, em outras palavras, apoiar-se numa tríade que: crê na complexidade, na instabilidade do mundo e também na intersubjetividade como condição de construção de conhecimento. Esta postura não é tão simples. Temos que mudar de nível lógico e aprender a pensar para

além de limites. O que parece corriqueiro no comportamento humano atual ainda encontra-se emperrado na Academia, onde encontramos fortes resquícios positivistas.

Falando metaforicamente, resolvemos utilizar como veículo condutor neste intento, os novos paradigmas disseminados pela Teoria Sistêmica, por acreditarmos que ela nos instrumentaliza para falar dos fenômenos humanos de uma forma contextualizada, o que vislumbramos ser uma excelente maneira de levar em consideração a nossa complexa forma de existir e de nos relacionarmos. A Teoria Geral dos Sistemas foi elaborada e sistematizada por Ludwig Von Bertalanffy, biólogo alemão, a partir da década de vinte. Segundo Souza (1997), desde então há uma consciência cada vez maior da inter-relação e interdependência de tudo que existe e acontece no universo. Na verdade esta não foi uma teoria que nasceu de uma hora pra outra, nem de uma única mente privilegiada, mas que resultou do amadurecimento de diferentes conhecimentos que apontaram para um novo e determinado caminho.

O aparecimento simultâneo de idéias semelhantes, independentes umas das outras, e em diferentes continentes era um sistemático indício de uma nova tendência que necessitaria, porém, de tempo para chegar a ser aceita. (VON BERTALANFFY, 1967, in OSÓRIO;VALLE, 2002, p.85).

Como um dos precursores da teoria, este autor defendia que a observação das partes, até então adotada como método de análise científica, era insuficiente para compreender suas interações. Era preciso inter-relacionar o contexto com tudo o que nele acontece. Assim, nenhum elemento pode ser compreendido isoladamente. Logo esta é uma teoria que tira o foco do individual e passa a se deter nas relações. enxergar o mundo mediante uma visão sistêmica permite, como nos diz Tondo (1998), representar e conceber unidades complexas formadas pelas inter-relações entre os elementos de um sistema. Na visão complexa, objetos e ambiente estão intrinsecamente ligados.

Osório e Valle (2002) mostram que a Teoria Sistêmica trocou o modelo linear e causal do pensamento científico por um modelo circular interativo. O pensamento de que cada fenômeno tem uma causa, deu lugar ao pensamento complexo de que os acontecimentos são explicados em decorrência da ação de sistemas sócio-culturais em interação. Esta necessidade emergente fez com que, de forma paralela a tantas mudanças sócio-culturais, surgisse nas mais diversas áreas do saber uma tentativa de entender melhor os novos problemas que se apresentavam, pois os métodos tradicionais não mais o conseguiam.

Com o foco nas interações, nenhum elemento pode ser concebido em isolado, mas sim como componentes de sistemas. Sistema é um todo organizado constituído de elementos que só podem ser definidos em relação e dentro de uma totalidade (MORIN, 2003). Um sistema não pode ser explicado como a soma de todas as suas partes; elas, observadas em isolado, não levam à compreensão do sistema total. Entender o que vem a ser um sistema fica mais fácil se nos reportarmos a uma viagem aérea. Ao olhar através da janela do avião, de uma altitude maior, podemos contemplar uma paisagem onde as plantações verdejantes se apresentam de modo quase que uniforme. Com um vôo um pouco mais rasante percebemos que, na verdade, co-existem várias culturas, cada uma se apresentando com suas particularidades, mas plantadas próximas uma das outras. Parece um paradoxo e, na verdade, é. Aliás, esta é uma das características dos sistemas: tomando-o como um todo, ele é homogêneo; considerando suas partes, ele é múltiplo e heterogêneo. Dias (2007) apresenta uma idéia que pode complementar muito bem o conceito de sistema: a de que ele é uma estrutura composta por um conjunto de elementos ou subsistemas que interatuam em busca de realidades comuns.

Para Souza (1997) o sistema familiar é constituído de subsistemas (cada indivíduo) e contido num supra-sistema (comunidade). Partindo do conceito de

subsistema é importante considerar outro aspecto considerado pedra angular deste novo paradigma: o princípio da não-somatividade. Destarte, um sistema é muito mais que a soma de suas partes, bem como não podemos estudar os indivíduos em isolamento para chegar à noção do todo. Uma família não pode ser entendida só pelas suas partes. Tondo (1998) nos diz que pertencer a uma família significa conviver com um limitado número de vivências e possibilidades de aprendizado, de regras e de mitos. Cada membro torna-se limitado dentro de seu funcionamento familiar. Particularmente trocaríamos o termo limitado por um *continuum*. Pertencer a um sistema dinâmico e aberto como uma família, que está inserido em tantos outros sistemas e que é composto por alguns subsistemas, nos permite uma gama de combinações relacionais que, ainda que regida por normas ou delimitada hierarquia, não limita, mas expande a nossa capacidade de socialização, interação, vivências e leitura de mundo.

Adotando uma visão sistêmica veremos sempre, como pontua Aun (2005), o indivíduo em relação, em relação intra-sistêmica e extra-sistêmica. Quando ampliamos o foco de observação para o todo e não para um único indivíduo, percebemos também a ampliação do foco de um problema, que passa a ser problema na forma de se relacionar no sistema e dos sistemas. Isto nos permite caminhar ao lado das mudanças que estão dinamizando nossos tempos e tentar, sem um único arcabouço teórico, definir família e compreender como ela se configura e se inter-relaciona. Desta forma, assuntos como inseminação artificial, as doações de células reprodutivas, a fecundação *in vitro*, as barrigas de aluguel (como a avó que gestou seus próprios netos em Recife), que mostram a individualização do processo de procriação, não ficam soltos e livres de uma análise, para as posteriores possíveis ajudas que nós, profissionais do cuidado, tenhamos que vir a prestar.

A origem da família nuclear, hierárquica e patriarcal não é natural. A História nos mostra que ela surgiu como necessidade de manutenção da propriedade privada. O que temos como natural e inerente ao ser humano é a capacidade de vinculação. Em qualquer época encontramos pessoas que, de alguma forma, estabeleceram vínculos importantes que poderemos chamar de “vínculos familiares”. Costa (2007) diz que os seres humanos possuem duas formas de vinculação: a biológica e a de parentesco. O vínculo biológico está equipado com um dispositivo que a Psicanálise chamou de apego (forma natural e espontânea que temos de nos deter à nossa progenitura, sendo o que concebe a reprodução da espécie, a reprodução da vida. Basta um estímulo necessário, basal, para que possamos por o apego em funcionamento). O vínculo de parentesco é dado por outro mecanismo com o qual a evolução nos dotou que é o do amor (nos ligamos por meio de imagens e idéias que temos de nós próprios e pelas expectativas que depositamos no outro. É um dispositivo cultural e que, por conseguinte, permite a reprodução da nossa cultura). Hintz (2001) pontua que o estabelecimento de vínculos é pertinente ao ser humano; logo, o tema família está intimamente ligado à nossa vida cotidiana, sendo sempre alvo de estudos por parte da Psicologia, Sociologia, Antropologia Social e Demografia.

As formas de vinculação foram afetadas pelos novos padrões familiares que, por sua vez, estão dentro desse novo macrocosmo de transições e indefinições. O que caracteriza a família e o casamento na situação pós-moderna é justamente a inexistência de um modelo dominante. Hintz (2001) mostra que hoje podemos encontrar *famílias monoparentais*, que são aquelas em que um dos pais cuida dos filhos. Este arranjo pode ser ocasionado por divórcios, produções independentes ou abandono do lar por parte de um dos genitores. Até bem pouco tempo, essas famílias eram chefiadas por mulheres, mas, atualmente, já podemos perceber um maior número de homens assumindo a

parentalidade sozinhos. Há ainda as *famílias recasadas*. Estas não configuram um fenômeno tão recente, mas têm sido alvo de estudos pelo fato do crescente número de divórcios e separações. Nessa família há uma particularidade interessante que é possibilidade da convivência entre os filhos oriundos dos outros casamentos. Como o vernáculo não conseguiu acompanhar as mudanças sociais, durante muito tempo “os meus, os seus e os nossos filhos”, ficaram sem uma denominação, porém hoje já os cognomina de irmãos *políticos, afetivos ou cover*. Temos os *casais que estão legalmente casados, mas por opção moram em casas diferentes*. Eles afirmam que, desta forma, preservam melhor sua intimidade e união (grande prova da sociedade do individualismo). Uma configuração familiar nova é a dos *casais sem filhos por opção*, mostrando cada vez mais, a valorização das necessidades individuais e a priorização das vontades e satisfação pessoal. Também são chamados de casal singular. Temos as *famílias unipessoais*, denominação para as pessoas que optam por ter um espaço físico individual. Um fenômeno extremamente novo, que inclusive fez a Organização Mundial de Saúde repensar o conceito de família adotando que “família são aqueles com quem podemos contar”, é a *família por associação*. Esta é formada por amigos sem vínculos de parentesco, por pessoas que não mantêm relações sexuais, mas que se reúnem para uma vida social, e para ajudarem-se mutuamente, em caso de necessidades. Geralmente essas pessoas são viúvas ou divorciadas que, apesar de terem mais idade, optam por continuar morando sozinhas. Há também os *casais homoafetivos* que, aos poucos, estão galgando os mesmos direitos das uniões estáveis dos heteroafetivos, inclusive o direito à adoção.

Bucher (1999) tece alguns comentários que justificam o surgimento de tantas formas de organização familiar. Um deles perpassa pelo questionamento de quais seriam a função da família, que até então eram: procriar, disciplinar a sexualidade,

promover a aquisição de recursos materiais, assegurar a transmissão cultural, possibilitar o desenvolvimento da personalidade dos filhos através de um sentimento de pertença.

Mais uma vez a Teoria Sistêmica vem para nos dar suporte. Segundo ela, família é um sistema que tem ênfase no intersíquico, no relacional, e que deve ter atenção especial ao contexto (TONDO, 1998). Pode ser entendida como um sistema complexo e dinâmico pois, a depender da forma como se relaciona com o meio, Dias (2007) nos mostra que o sistema pode ser aberto, fechado ou semi-aberto. Um sistema aberto é aquele que se comunica com outros sistemas, trocando informações, matéria e energia com o meio. De modo contrário, o sistema fechado é aquele que não se comunica com outros sistemas, não fazendo trocas de material. Todo sistema humano é aberto, sendo a falta de abertura característica unicamente de sistemas físicos. O sistema semi-aberto é o que realiza trocas com outros sistemas, mas elas variam de acordo com suas regras internas. À luz da Teoria Sistêmica, família seria um sistema misto o que, segundo Vasconcelos (1994) se explica da seguinte forma:

As famílias podem ser definidas como sistemas com estados alternados de abertura e fechamento. As famílias em alguns momentos realizam trocas com o sistema maior no qual estão incluídas, e, portanto podem ser classificadas como sistemas abertos. Em outras ocasiões, contudo, as famílias sentem a necessidade de se fechar para o meio (...). Em outros momentos ainda, tudo aquilo que entra e sai da família passa por relações de seletividade, o que caracteriza um sistema semi-aberto.

Podemos complementar os conceitos 'sistêmicos' citados com o pensamento de Osório e Valle (2002), de que família é um sistema psicossocial onde seus integrantes têm o grande atributo de poderem se comunicar, além de terem características peculiares de afeto e temperamento e estarem em constante interação. Daí a grande ênfase da Terapia Familiar na comunicação familiar como essencial para a resolução de conflitos (TONDO, 1998). Cada integrante do sistema familiar tem diferentes papéis, necessidades e habilidades. De acordo com esses papéis comuns, os indivíduos que o

formam se agrupam em subsistemas como, por exemplo: os subsistemas parentais, conjugais, filiais e fraternos.

O conceito sistêmico de hierarquia também pode nos auxiliar na compreensão do panorama atual. A hierarquia é uma propriedade dos sistemas onde cada subsistema pertence a um nível crescente de complexidade. Há a graduação da autoridade e a subordinação de poderes. São os papéis exercidos que nos indicam em que nível devemos nos encontrar. Tondo (1998) ressalta a importância que os elementos do sistema familiar precisam realmente estar condizentes com o papel que lhes é atribuído. Por vezes, continua a autora, algum elemento toma papel e função que não lhe cabem, e isto ocasiona alterações no sistema familiar que podem desembocar em patologias ou em formas disfuncionais de relacionamento, como a que descreve Costa (2006): pais amigos ou pais 'metidos' a jovem.

Na primeira categoria os pais, talvez por uma formação reativa a uma criação rígida, abrem mão das funções paternas por imaginarem que serão mais importantes se conviverem com seus filhos como amigos. Este comportamento, segundo Costa (2006), ocasiona uma situação de vazio identificatório. Por certo que as amizades são importantes, mas quando um pai abre mão de seu papel no sistema parental e passa a se relacionar com o filho de forma horizontal, as fronteiras encontram-se emaranhadas, e a identificação para uma posterior diferenciação fica comprometida. Agir como amigo dos filhos gera uma atitude de orfandade no subsistema fraterno. Na segunda categoria encontram-se os pais que negam as diferenças de fase de vida e de idade. Os ideais estéticos prevalecem e, muitas vezes, são os pais que se identificam com os filhos, denotando uma atitude inadequada. Conseqüentemente, instala-se uma confusão no subsistema fraterno, pois a rivalidade entre os irmãos tende a ser acentuada, já que o posto maior na hierarquia do sistema familiar fica bem cobiçado, visto que a figura dos

representantes do sistema parental está embaçada. O autor continua explicando que muitos dos integrantes do subsistema parental assumem tal postura alegando, dessa forma, poder estar mais perto de seus filhos. Realmente, em condições de igualdade, os pais podem ter uma comunicação mais próxima com seus filhos, só que sem exercer a função parental a qual foi designada pela hierarquia do sistema. Para um subsistema fraterno assumir as características que lhe são pertinentes, é preciso que *a priori* o subsistema parental exerça as suas. O confronto pai – filho é de ordem vertical, já o confronto fraterno é de ordem horizontal já que, na maioria dos casos, não há grandes diferenças geracionais.

A hierarquia dentro do sistema familiar vem sendo repensada. Um contexto de igualdade passa a predominar. Em decorrência disso as relações entre pais e filhos se modificam, havendo uma maior possibilidade de diálogo e expressões de afeto, independente das questões de gênero. Talvez, ainda nova, esta experiência não foi dosada com discernimento, o que se traduz nas grandes tiranias infantis. O amor incondicional e a falta de limites para com os filhos aparecem como forma de lenitivo, em grande parte, devido à ausência dos pais. Donatelli (2006) afirma que a idéia da autoridade foi solapada pela irracionalidade que tomou conta da nossa civilização, nos últimos quarenta anos, mas podemos com ousadia afirmar que tal problemática começa com o projeto da democracia. Instalou-se, por parte dos pais, um medo de ter autoridade, uma covardia doentia diante da responsabilidade. Todos desejam cuidar de si, porém poucos querem saber de pensar sobre o outro. A tirania saiu da esfera do pai do patriarca, que decide tudo e migrou para o campo de um amor sem medidas e sem limites.

Na Teoria Sistêmica podemos explicar esses acontecimentos a partir da visão que ela traz do que venha a ser fronteiras. Dias (2007) explica que as fronteiras de um

subsistema são as regras que definem quem participa e como participa, garantindo a discriminação de cada um. Elas têm a função de proteger a diferenciação e delimitar as funções, além de estabelecer as trocas entre os demais sistemas. Para uma família funcionar adequadamente as fronteiras precisam estar claramente definidas. Quando a distância entre os membros é pequena, as fronteiras ficam muito difusas, pois não houve a diferenciação. Souza (1997) assinalou que os indivíduos e as famílias apresentam grande diferença quanto à elasticidade de seus limites. Existem famílias que se caracterizam por uma maior abertura nas trocas entre seus membros, o que configura uma permeabilidade inter-sistêmica. Outras são notadamente mais fechadas em um ou outro sentido. Não podemos falar em um modelo mais adequado, mas a intensidade e a repetição de um mesmo padrão de fronteira podem ser causas de conflitos e patologias. Hoje é comum pais obedecerem aos filhos. Os papéis se invertem por completo. Ao colocarmos condições de igualdade nas mãos do filho, recolocamos a tirania na família, só que, dessa vez, nas mãos daqueles que ainda estão em formação, nas mãos daqueles que ainda precisam aprender os valores éticos universais. Talvez seja por isso que o noticiário nos mostra índios sendo queimados e empregadas domésticas espancadas violentamente por jovens, que continuam tendo as cabeças acariciadas pelos seus pais. Há um vazio deixado pelas autoridades parentais, entre aquele que precisa ser formado e aquele que tem o dever de formar. A respeito disso fala Giddens:

Assim com alguns falam do narcisismo para se referir à posição do eu na sociedade moderna, outros sugeriram que a inquietação de pais e filhos movimentou-se em direção a uma maior permissividade. Mas este é um rótulo inadequado para se referir a tentativa para se desenvolver estratégias de educação infantil alternativas aquelas do passado. O que vem a tona é a qualidade do relacionamento, com uma ênfase sobre a intimidade que substitui a relação de autoridade dos pais. De ambos os lados são solicitados sensibilidade e compreensão (GIDDENS, 1992, p.111).

Féres-Carneiro (1996), falando ainda sobre fronteiras, mostra que em algumas famílias elas são muito rígidas, o que dificulta a comunicação entre seus membros. As

fronteiras nesses casos estão desligadas. Quando não estão nítidas dizemos que estão emaranhadas. Mas o esperado como normal para as fronteiras dentro de um sistema é que elas estejam entre os dois pólos: nem difusas, nem rígidas, mas numa situação mediana. Esta é outra das características que possibilita uma boa interação familiar.

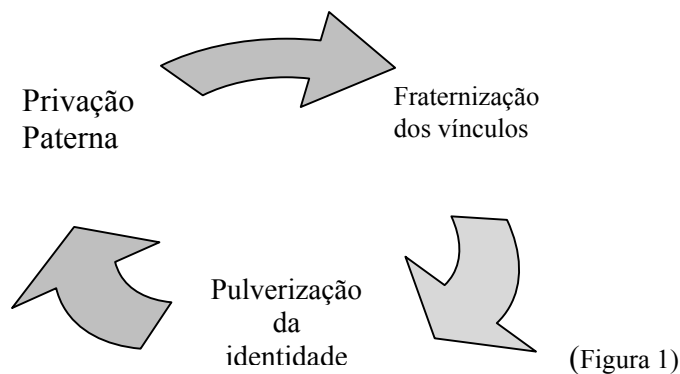
Por confusão nas delimitações de fronteiras, Costa (2006) apresenta um fenômeno que chamou de privação paterna. Nele há a direta fraternização dos vínculos. As crianças que aprendem a se relacionar no sistema familiar de forma baseada em relações vinculares horizontais com o subsistema parental, ao chegarem à adolescência, possivelmente, não terão um pai para desafiar. Logo, a evolução emocional fica travada e, encontraremos, num futuro não muito distante, os quadros que vêm se apresentando comumente e que pontuam a virada da cultura ocidental; quadros onde os filhos são idealizados pelos pais, e que a consequência direta é como continua Costa (2006), uma orientação antiedípica que é percebida pela falta de limites e que ocasiona a quebra da capacidade moral dos componentes do sistema. Isto dificulta a integração social e individual. Acabamos por descrever sucintamente o quadro das relações pós-modernas. Neste sentido, sentimentos de vazio e irrealidade se alternam com a carência de princípios. A situação é circular e multicausal. Com o passar do tempo, os filhos, órfãos de pais vivos, se tornarão também pais, e as trocas que estes estabeleceram (*input e output*)², dentro e fora do sistema familiar, os empurram para que seus filhos se disponham também a estabelecer relações simétricas com os próprios filhos. Na citação seguinte, o autor demonstra sua leitura sobre o que discorremos acima.

A família é uma instituição fortemente influenciada por esse contexto sociocultural que exige mudanças em uma velocidade que supera em muito suas capacidades de adaptação. Esta mesma aceleração é imposta aos indivíduos que são levados a anteciparem as passagens da infância para a adolescência, e da adolescência para a vida adulta mediante a desidealização precoce das figuras parentais, determinando em muitos casos a desestruturação da personalidade como resultado de identificações

² Output: produto de um sistema. Input: aporte de um sistema (OSÓRIO; VALLE, 2002)

pobres ou inadequadas ao longo do desenvolvimento emocional. (COSTA, 2006, p.116).

Quando pensamos de forma sistêmica também percebemos neste painel a propriedade da *retroalimentação*. O que percebemos aqui é um circuito que Osório e Valle (2002) e Tondo (1998) explicam de forma bem clara. Segundo eles, a retroação é a propriedade que define a questão circular dos sistemas, nela se baseia a reciprocidade das causas. Todo sistema se movimenta, e quando esse movimento volta para o seu emissor, encontramos a retroalimentação, retroação ou *feedback*. Ou seja:



A situação confusa de como exercer os papéis parentais culmina na privação paterna e continua a estar presente nos demais sistemas sociais que têm como base a família. Entretanto, não estaríamos sendo convergentes com a epistemologia sistêmica se não acrescentássemos ao nosso texto mais uma propriedade dos sistemas, a *adaptabilidade*. Se descartássemos esta propriedade, estaríamos apenas maquiando a visão de causa e efeito, ainda que ilustrada em um gráfico circular. Estaríamos tentando ser o que Tondo (1998) tanto critica: previsíveis ao invés de pensar em probabilidades. O sistema familiar tem a capacidade de se adaptar. De todas as propriedades do sistema, acreditamos que esta é a mais otimista, pois permite que seus elementos encontrem saídas ao se reorganizarem. A adaptabilidade consiste na capacidade do sistema se modificar e se adequar às mudanças, e de seus elementos se reordenarem mediante a

rede social onde o sistema está inserido. Então, o sistema familiar e a sociedade não estão fadados ao fracasso por conta da fraternização dos vínculos. Assim estaria se estivéssemos sob os princípios da ciência clássica.³ O que vemos é um movimento de busca de alternativas para garantir a organização. “Em todo sistema interagem e existem ao mesmo tempo, além da ordem, a desordem, interações e organizações” (TONDO, 1998, p.54). Certamente o grande crescimento pelo estudo do papel da fratria na constituição do sujeito é resultado do trabalho da propriedade da adaptabilidade. A família encontra saídas para continuar sua caminhada.

O homem ainda é visto como provedor, mas as cobranças baseadas nessa perspectiva vêm perdendo a intensidade. A sociedade do consumo exige muito trabalho. A sociedade do excesso faz com que os pais tenham jornadas de trabalho enormes, e dividam (e em algumas vezes deleguem mesmo) a criação de seus filhos a outras pessoas. No caso do Brasil, essa pessoa é a empregada doméstica, pois é comum as avós atuais ainda desempenharem suas atividades profissionais, embora muitas estejam criando os netos (DIAS, 2006). Outras instituições, como a Escola, participam também desse papel. A televisão, a internet, a rua acabam dando o *holding*⁴ que era para ser dado pelos pais. Assim, pais e filhos se distanciam fisicamente, o que faz com que as crianças encontrem outros substitutos para a vida afetiva e emocional. Esse ambiente

³ Gostaríamos de frisar nosso devido respeito ao antigo paradigma, mas também de salientar que ele, sozinho não consegue dar conta dos fenômenos do sistema familiar.

⁴ O *holding* é uma fase em que a mãe ou substituta protege da agressão fisiológica; leva em conta a sensibilidade cutânea do lactente e a falta de conhecimento por parte deste da existência de qualquer coisa que não seja ele mesmo. Inclui a rotina completa de cuidado, dia e noite adequada a cada bebê. Segue também as mudanças instantâneas do dia-a-dia que fazem parte do crescimento e do desenvolvimento do lactente, tanto físico quanto psicológico. O *holding* deficiente produz extrema aflição na criança, sendo fonte de uma sensação de despedaçamento, que trabalha contra o desenvolvimento do tônus muscular e da chamada coordenação, bem como contra a capacidade da criança de gozar do seu funcionamento corporal (WINNICOTT, 1997).

torna-se catalisador para a constituição de outro vínculo que vem ganhando muito espaço: o fraterno.

No tocante ao subgrupo *irmãos*, para que sejam considerados integrantes de um subsistema fraterno, primeiro os seus membros devem ser subordinados ao subsistema parental. A chegada de um novo membro a família, sendo ele filho para o subsistema parental, ou irmão para o subsistema fraterno, caracteriza uma transição que vai mudar os relacionamentos já existentes. Para Osório e Valle (2002) duas propriedades que possui a família podem ser explicadas pela Teoria Sistêmica: a partir da hierarquia, todo membro do sistema familiar tem sua forma de lidar com o poder, ainda que as relações sejam horizontais (como no subsistema fraterno), e a globalidade (pois quando há uma alteração no sistema, ocorre uma mudança em cada um dos indivíduos que o compõem).

Como vimos, é impossível olhar para um membro da família isoladamente: não há como separar afetos, atitudes ou comportamentos de um deles, sem que os demais não estejam, de alguma forma, envolvidos, modificando ou sendo modificados.

Em relação aos irmãos, a atitude que desempenham no seu sistema familiar terá grande importância ao tentarmos entender as formações vinculares e as conseqüentes formas de relacionamento. E é sobre este importante subsistema que iremos discorrer no capítulo seguinte.

2. O SUBSISTEMA FRATERO

Etimologicamente o termo *fratria* vem do grego *phratría*, que significa irmandade/confraria, derivada da palavra irmão. Para começarmos a traçar um histórico do termo *fratria*, temos que abrir um pequeno paralelo entre duas áreas do saber que costumam usar esse termo com bastante intimidade: História e Antropologia. Na História Antiga encontramos referência ao termo *fratria* para designar uma unidade autônoma que possuía seus próprios juízes. Ela constituiu um marco de religiosidade e sociabilidade da sociedade grega. Tratava-se de associações informais de pessoas ou famílias que se agrupavam sob a égide de um ancestral comum. Podem ser definidas como subdivisões das tribos da Atenas antiga e das outras cidades da Ática, muito comuns na Grécia Pré-Clássica. Era uma forma social presente e importante da vida grega, a ponto de ser condição *sine qua non* o indivíduo fazer parte dela para ser considerado cidadão, antes, de pertencer a uma *fratria* (AYMARD, 2003).

Fine (1983) afirma que Homero faz referência a esse agrupamento social em várias passagens que descreviam o ambiente sócio-cultural de sua época. Só perdeu destaque quando os partidos políticos começaram a ganhar espaço, no fim da era clássica. Um dado interessante a ressaltar é que não existiam, necessariamente, vínculos de sangue entre seus membros. Ainda passeando pela História, Dechaux (2001) mostra que as relações entre irmãos foram fortemente normatizadas nas sociedades camponesas do passado. Isto foi necessário para que o patrimônio e o domínio das terras não saíssem da família. Então, irmãos e propriedade privada foram os dois lados da mesma moeda, de uma moeda que tinha o regime de produção social baseado no sistema fundiário. Na Antropologia, a *fratria* é a designação de um agrupamento de dois ou mais clãs de uma tribo ou de um povo. Em “Totem e Tabu”, encontramos a explicação que *fratria* é a subdivisão da tribo totêmica que resulta de obrigações sociais baseadas na subordinação

a um mesmo totem, onde as relações criadas por este são mais fortes que um parentesco de sangue (FREUD, 1914, vol. XIII: Cd ROM).

A Psicologia começou a estudar os irmãos há mais ou menos um século, só que sem considerar os aspectos dinâmicos dessa forma de relacionamento. Darwin e Galton (HOCK, 1999 in SILVEIRA, 2002) investigaram a diferença da inteligência entre os irmãos levando em conta a posição que estes ocupavam na família. Há cem anos já percebemos os germes da curiosidade acerca dessa forma peculiar de relacionar-se, mas que só veio despertar mais interesse acadêmico nesta última década. Talvez ele esteja ligado às diferentes configurações que a fratria assumiu a partir também das novas formas que temos hoje de caracterizar as famílias.

Silveira (2002) pontua que temos, atualmente, algumas categorias de irmãos que, acredita ela, ser um laço indissolúvel, não podendo existir para eles o prefixo “ex”, tão comum nos vínculos afetivos contemporâneos: temos os irmãos bilaterais ou consangüíneos (aqueles filhos do mesmo casal parental); meio-irmãos (quando são filhos apenas de um dos pais); irmãos políticos (resultado da convivência dos filhos da família recasada); irmãos fictícios (que são aquelas pessoas que convivem tão intensamente que parecem irmãos, mas sem nenhum laço “político” no sistema familiar ou vínculo de sangue), e, por fim, os irmãos adotivos, que constituem o foco de nosso trabalho.

A complexidade do subsistema fraterno permite as mais diversas interações entre seus componentes. A vivência numa fratria acarreta uma gama de desdobramentos desenvolvimentais que atuarão diretamente na estruturação da personalidade. Há menos de uma década vários autores queixavam-se da pouca bibliografia a respeito dessa forma de relacionamento. Muitos até cogitavam a baixa valorização das relações horizontais (PEREZ, 2002). O que percebemos hoje é uma crescente demanda de

pesquisas direcionadas a esse tema. Parece que somente no século XXI é que a Academia atentou para a riqueza das várias facetas dessa forma de relação, o que dá poder e força ao pensamento de Paulo (2006) quando ela usa, figurativamente a situação de cataclisma afetivo para designar a situação do primogênito que se vê diante da chegada de um novo irmão no seu contexto familiar, com quem dividirá diretamente e, às vezes, compulsoriamente, seu espaço, vantagens e situação de vida. Ele o irá chamar de irmão e, a partir desta cognominação, um leque de expectativas psicossociais será instaurado.

Esse modelo de se relacionar pode ser considerado uma forma de relação mutável, que vem ganhando destaque por causa das mudanças sociais que estão enfrentando as famílias. Uma delas diz respeito à ausência das figuras parentais, que, na maioria das vezes, precisam trabalhar para suprir as necessidades familiares, como também para atender às altas exigências da sociedade de consumo. Outra se relaciona à crescente quantidade de famílias monoparentais ou recasadas, que têm proporcionado que os irmãos sejam o subsistema que mais divide a convivência no sistema familiar. Tomando por base uma identificação com o pensamento piagetiano (WOLFOLK, 2000) diante deste fenômeno, podemos dizer que quando possuímos um dispositivo funcional que não atende mais às necessidades, tendemos a ensaiar novos comportamentos e nos adaptar.

Dizemos também mutável pelo fato dela assumir diferentes roupagens dependendo de algumas variáveis como, por exemplo: diferença de idade entre os irmãos, a diferença de gênero, estágio do ciclo vital, temperamento dos irmãos e o fato da fratria ser consangüínea, afetiva ou mista⁵.

⁵

Consideramos fratria mista aquelas constituídas pela filiação biológica e adotiva

Tomaremos como conceito de fratria a idéia de que esta é uma forma de relacionamento que une pessoas que se cognominam irmãos e, na maioria das vezes, apresentam muita intimidade, como vemos a seguir: “Irmão e irmã são significantes que os membros de uma fratria empregam para se designar ou designar os outros, pouco importando se eles saíram dos mesmos pais ou tenham sido reconhecidos como tais após um vivido em comum” (HAMAD, 2002, p. 161).

É uma relação construída e, segundo Kehl (2002), indica uma condição de igualdade e pertencimento em um campo de ligações horizontais. Seria um tipo de relação onde *a priori* não existe hierarquia. Dizemos *a priori*, pois em toda forma de relacionamento humano o poder perpassa, ainda que de forma sutil, e na relação fraterna, apesar de ser baseada em sentimentos de igualdade, não seria diferente. Reforçamos nossa afirmação de que há relações de poder dentro de um subsistema calcado em relações igualitárias ao pensarmos na família como instituição e “como um sistema onde o poder tende a estar instaurado e é durável” (ENRIQUEZ, 2001, p.54).

Toda instituição existe antes dos indivíduos que a compõem. É ela quem faz seus integrantes se tornarem seres sociais e que estes aceitem as diferenças e as leis. Se no sistema familiar existem relações de poder, essas relações certamente perpassam por todos os outros subsistemas. No subsistema fraterno encontramos uma peculiaridade interessante que abrange muitos elementos e que nos despertou para tomá-lo como um dos nossos objetos de estudo: a co-existência de duas relações de poder: a hierárquica e a democrática. Logo, falar de fratria é falar de um tema abrangente que encerra uma grande fragilidade normativa que pode ser observada a partir de diferentes aspectos além do das relações de poder que a permeiam. Fourez (1999) faz uma comparação entre as relações de poder numa fratria e as que existem no meio social. Ele aponta que

os vínculos verticais que persistem na atualidade são herança da Idade Média, onde todos éramos criaturas subordinadas a um criador.

Ainda em Fourez (1999) há a defesa de que a expansão do ideário do Cristianismo permitiu que nós pudéssemos nos relacionar com Deus de uma forma mais fraternal. Em seguida, começamos a presenciar a disseminação do pensamento proveniente da Revolução Francesa que apregoava liberdade, igualdade e fraternidade. Mas, em algumas situações ainda temos as relações verticais muito fortes (como na época de Hitler e na da cortina de ferro soviética e em outras situações de excesso de autoridade). Hoje as relações sociais mais aceitáveis buscam um equilíbrio entre o poder horizontal e uma percepção vertical; se fazem parte, estão ligados. Logo, se estão ligados, de alguma forma há o (desejo pelo menos) poder. Essa balança se repete de forma similar nos subsistemas fraternos.

Todo sistema existente possui suas regras, e acreditamos que no subsistema fraterno não é diferente. Ainda que se considere esse sistema baseado em relações horizontais, onde as crianças podem experimentar relações com semelhantes, cada irmão tem o seu papel dentro desta comunidade familiar, caracterizando assim uma verdadeira escola de aprendizagem social. Estes papéis precisam estar claros para que fiquem bem diferenciados. Não existe nada tão desigual quanto tratar todos os componentes do subsistema fraterno de forma igual. A diferença na semelhança é saudável e deve ser estimulada pelo subsistema que está no topo da hierarquia, pois a homogeneização suprime a subjetividade individual, estimulando um funcionamento uniforme e, arriscaríamos a dizer, até patológico.

A complexidade acerca do relacionamento entre irmãos é marcada por uma gama de sentimentos que normalmente pode transitar da rivalidade para a solidariedade. Estes sentimentos, aliados a uma realidade de estreita convivência que estimula a

intimidade, proporciona que esse subsistema se transforme num lugar subjetivo que pode ser equiparado a um território seguro, onde seus integrantes se sentem livres para compartilhar: segredos, sonhos, dores, felicidades, ansiedades. Mas também há os casos, como aponta Britto (2002), onde esse espaço subjetivo é semelhante a um campo minado e a rivalidade fraterna se cronifica, dificilmente chegando a uma relação de companheirismo e cordialidade reais. Nesses casos, geralmente as vivências fraternas não foram prazerosas, e dificultaram o estabelecimento de um relacionamento íntimo.

Alguns autores como Oliveira (2004), se referem a sentimentos negativos envolvidos na fratria. Se assim podemos nos remeter aos afetos, a relação frátria é marcada pela ambivalência. Afetos positivos, como solidariedade, e negativos, como rivalidades, se alternam, ganhando corpo ou diminuindo no desenrolar das histórias de vida. Encontramos em Perez (2002) outra denominação para os afetos que permeiam o relacionamento fraterno. A autora considera-os como facilitadores e dificultadores da relação. Concordamos com a segunda posição por acreditar que tanto os afetos ditos positivos, quanto os negativos, são estruturantes e naturais, tendo na hora determinada uma importante função para o desenvolvimento humano.

Raiva e ciúme são comuns no relacionamento fraterno, principalmente na hora de dividir pertences e espaço físico, além, é claro, da atenção parental. É importante frisar a necessidade que cada criança tem de desenvolver sua auto-estima antes de desenvolver o amor pelos integrantes do subsistema fraterno. Para que ela ame seus irmãos é necessário que ame primeiro a ela mesma, que tenha segurança quanto ao espaço físico e subjetivo que ocupa no sistema familiar. Garcia (1989) afirma que o funcionamento ideal para a instauração de uma fratria bem sucedida é que primeiro a criança passe por um período de egocentrismo para que adquira consciência de seu 'eu' e de seu valor, para, em seguida, desenvolver a idéia do 'nós'. E, desenvolver a idéia do

‘nós’ é quase que impossível se a situação da rivalidade não for resolvida. Gostaríamos de deixar claro nesse tópico que a rivalidade não deve ser encarada como um sentimento negativo. Ela tem seu momento de surgir (e de desaparecer, ou evoluir para a solidariedade) e sua importância no processo de construção da identidade dos componentes do subsistema fraterno. Ela é eliciada não somente pela disponibilidade dos pais para com as crianças, mas também depende da forma como os pais se relacionam com os filhos. “Pais que julgam as disputas encorajam a rivalidade, que também pode ser intensificada quando as relações verticais no sistema familiar estão comprometidas” (BRADT, 1995, p.217). Nestes casos percebemos as fronteiras difusas, decorrentes do que a família considera uma relação ideal. Estas famílias são aquelas onde os primogênitos, ou os integrantes de uma fratria que já existe, são parentalizados⁵ pela ocorrência de relações igualitárias entre os componentes do subsistema parental e fraterno. Nestes casos dificilmente se dará a aceitação de um novo integrante na fratria, ou, quando isso ocorrer, é improvável que a rivalidade possa evoluir para uma situação de companheirismo e cooperação.

A rivalidade entre irmãos tem como estímulo basal as distinções na personalidade, conjugada à diferença de tratamento que os pais estabelecem em relações aos filhos, ainda que no discurso o subsistema parental não consiga vislumbrar tais dessemelhanças. É um sentimento que pode se apresentar de formas bem particulares. Britto (2002) mostra que ela pode ser explícita, camuflada ou dissimulada. No primeiro caso, os irmãos só convivem por causa da soberania de um laço de parentesco, e deixam clara a falta de identificação e desejo de aproximação para com o outro. Já na rivalidade camuflada, o irmão rival apresenta um comportamento agradável e aceitável pelo outro,

⁵ Filhos com papel de progenitor, segundo Bradt (1995). Uma criança que já tem privilégios de adulto.

sem demonstração de desafeto ou hostilidade, mas na ausência deste a máscara da polidez cai por terra e a desavença eclode.

Independente do motivo que desencadeia sua formação e manutenção no subsistema fraterno, a rivalidade fraterna tem como aliados fortes três sentimentos: inveja, ciúme e competição. Britto (2002) pontua que essas são autênticas emoções humanas e impossíveis de serem reprimidas por completo. Elas manifestam-se mais ou menos intensamente, de acordo com os traços da personalidade de cada um. Mas o comportamento esperado pelas convenções sociais é que elas fiquem sublimadas, já que a tentativa religiosa da proibição não logrou êxito. Tal dualidade nos levou a questionar algumas vezes se o universo fraterno constitui-se a partir de uma vivência de hipocrisia. Afirmamos, após alguma reflexão, que seguramente não. Não consideramos fingimento ou falsidade a dualidade acima proferida, pois seríamos hipócritas se o comportamento fosse decorrente de dolo ou de forma maquinada. O que percebemos é, na verdade, um arranjo que nos leva a experimentar ao mesmo tempo numa determinada situação, sentimentos opostos que de alguma forma contribuirão para o nosso ser, fazer e conviver enquanto adultos. Daí a grande importância do universo fraterno.

A inveja é percebida facilmente nas expressões faciais dos irmãos ao sentirem que algo que foi dado ao irmão rival, não lhe foi proporcionado com a mesma magnitude. Emerge logo na criança a sensação de estar sendo preterida e fantasias surgem para aliviar a dor causada por essa percepção, que contribuem para rompantes mais intensos de rivalidade. Freud (1908) assim fala:

O sentimento de estar sendo negligenciado constitui obviamente o cerne de tais pretextos, pois existe sem dúvida um grande número de ocasiões em que a criança é negligenciada, ou pelo menos *sente* que é negligenciada, ou que não está recebendo todo o amor dos pais, e principalmente em que lamenta ter de compartilhar esse amor com seus irmãos e irmãs. Sua sensação de que sua afeição não está sendo retribuída encontra abrigo na idéia, mais tarde lembrada conscientemente a partir da infância inicial, de que é uma criança adotada, ou de que o pai ou a mãe não passam de um padrasto ou de uma madrasta. (FREUD, 1908, vol. IX: CD-ROM)

Surge então outro forte fomentador da rivalidade fraterna: o ciúme⁶. Ele é reflexo tanto do medo da perda da admiração dos pais, quanto da necessidade psicológica de exclusividade, sendo considerado um sentimento normal. Freud (1922) afirma que quem não o demonstra ou sente, sofreu grandes repressões, e será um sentimento que exercerá um forte papel na vida mental inconsciente do indivíduo. Para Britto (2002) o sentimento de ciúme é filho legítimo do egoísmo e pode seguir diferentes percursos. Quando o sistema familiar estimula a socialização e a convivência grupal, o egoísmo e o ciúme desenfreados podem ser domados, o que favorece a convivência dos irmãos no meio externo. Mas há também outra estrada que o impulso do egoísmo pode seguir, quando não se submete aos ensinamentos da socialização e dos deveres grupais: o ciúme desenfreado. “O impulso egoísta vai seguir o caminho que lhe for determinado, de acordo com a vivência que a criança tiver fora e dentro de casa” (BRITTO, 2002, p.214).

Diretamente proporcional e atrelado ao ciúme está o comportamento de competição. A competição é a disputa levada à última instância e surge como consequência também da inveja. No mundo fraterno as disputas são comuns. A disputa é a atitude necessária para o aprendizado da partilha. Sem a vivência dessa atitude e o

⁶ Não há muito a dizer, do ponto de vista analítico, sobre o ciúme normal. É fácil perceber que essencialmente se compõe de pesar, do sofrimento causado pelo pensamento de perder o objeto amado, e da ferida narcísica, na medida em que esta é distinguível da outra ferida; ademais, também de sentimentos de inimizade contra o rival bem-sucedido, e de maior ou menor quantidade de autocritica, que procura responsabilizar por sua perda o próprio ego do sujeito. Embora possamos chamá-lo de normal, esse ciúme não é, em absoluto, completamente racional, isto é, derivado da situação real, proporcionado às circunstâncias reais e sob o controle completo do ego consciente; isso por achar-se profundamente enraizado no inconsciente, ser uma continuação das primeiras manifestações da vida emocional da criança e originar-se do complexo de Édipo ou de irmão-e-irmã do primeiro período sexual. (FREUD, 1922, vol. XVIII: CD ROM)

desequilíbrio cognitivo⁷ que ela opera jamais os esquemas de solidariedade seriam desenvolvidos, e, por conseguinte, a harmonia do grupo. Sobre nosso ponto de vista corrobora Britto:

As disputas são uma característica de todo grupo fraternal. Não há nada de errado com elas. Tem a finalidade de conquistar e preservar um espaço dentro do grupo, garantir uma individualidade e buscar o atendimento satisfatório de interesses e necessidades (...). Elas não só são saudáveis como de extrema importância, pois treina as crianças a administrar sentimentos relacionados a vitórias e perdas, aponta limitações e ensina maneira de como superá-las, evidencia as facilidades e sugere como valorizá-las, promove alianças e ajuda o difícil aprendizado do dividir, compartilhar e solidarizar-se (BRITTO, 2002, p.118-119).

Quando a fratria não é bem sucedida, a competição toma o lugar onde deveria reinar a disputa. Brigas transformam-se em batalhas e perduram até mesmo depois que os irmãos não convivem mais sob o mesmo teto. As diferenças de sexo geralmente facilitam a resolução das disputas, pois os irmãos possuem interesses bastante distintos, mas, nas situações de competição, em nada são amenizadas. O troféu da disputa é o amadurecimento psicológico, enquanto que o troféu da competição é a destruição simbólica do irmão. Dizemos simbólica, pois felizmente são poucos os casos que temos conhecimento da ocorrência de fratricídio. O primeiro crime da história da humanidade, a morte de Abel pelo seu irmão Caim, teve como causa a tríade inveja –ciúme – competição. Progredimos no manejo dessas emoções e ainda que encontremos nos noticiários crimes de morte entre os irmãos, o que é mais constante na convivência fraternal são alguns recursos na hora de atuação da rivalidade no subsistema fraterno: boicote, sabotagem, dissimulação e se colocar no papel de vítima são alguns destes artifícios. Apesar de serem práticas perversas e não vistas como positivas, representam a

⁷ Aqui trataremos de um conceito Piagetiano. Desequilíbrio para Jean Piaget é o estágio de instabilidade que ocorre quando uma pessoa percebe que seu modo de pensar não está funcionando para solucionar um problema ou compreender uma situação. (WOLFOLK,2000)

canalização dos instintos agressivos da competição para um padrão mais aceitável de comportamento.

Mas nem só de rivalidade fraterna vivem os irmãos. Oliveira (2005) nos mostra que o desenvolvimento do apego proporciona que encontremos na fratria um forte eixo referencial para que nos sintamos pertencentes a um grupo. O sentimento de pertença nos ampara, pois recebemos do subsistema fraterno a permissão para estar incluídos. A lei do parentesco não necessariamente nos faz sentir aceitos e pertencentes ao grupo fraterno. Pertencer é incluir-se aos poucos, ao passo que afetamos a relações na teia familiar e somos afetados por elas. A importância do pertencer identifica a criança com as características do sistema familiar no qual ela se encontra e possibilita a sensação de ser e estar. Ser alguém é estar em um grupo acolhedor que, apesar das diferenças, o reconhece como integrante. E ao considerarmos como se manifesta o sentimento de pertença podemos inferir que talvez como ele atue sem a presença de intensas doses de autoridade, ajude-nos a estruturar nossa personalidade com menores porções de ansiedade como as que existem nas relações verticais de parentalidade e filiação. Com esta afirmação não estamos almejando destituir toda a importância das figuras parentais e de sua autoridade. Estamos querendo apenas expor que em famílias onde há um subsistema fraterno, essas questões relativas às relações de poder podem ser vivenciadas de forma mais positiva, visto que tudo será dividido pelo subgrupo dos irmãos onde, na maioria das vezes, será desenvolvido outro sentimento, o de apoio.

Se pensarmos do ponto de vista de uma criança, o irmão ideal seria aquele que em quase tudo fosse parecido com ela em sexo, idade, interesses, um verdadeiro alter-ego (BRADT, 1995). Mas como todo ser humano é único, cada integrante do subsistema fraterno terá suas dificuldades, e além de dividirem espaço e atenção, terão que formar suas qualidades e diferenciar-se no processo da construção de sua

identidade. Este processo determinará a qualidade da relação entre os irmãos, que varia, entre outros fatores, de acordo com a diferença de idade. Se a diferença de idade entre os irmãos for pequena, a tendência é que cresçam muito próximos um do outro. Brazelton e Sparrow (2007) acreditam que essa proximidade cronológica e de convivência permite um grande entrosamento e identificação entre os integrantes da fratria. É comum que eles tomem para si o que acontece com o outro; repreensões e castigos para um dos irmãos podem ser compartilhados de forma eletiva pelos demais. Eles crescem aprendendo o cuidado recíproco. Mas a rivalidade também está presente nos casos em que existe pequena diferença de idade. Neles há uma grande possibilidade de brigas intensas, já que os interesses são extremamente parecidos. Ressaltamos que quando não há fortes intervenções por parte do subsistema parental, a tendência é que se igualem nas discussões e aprendam muito sobre como lidar com as diferenças.

Para que haja a evolução do egoísmo para a cooperação é necessário que os adultos estimulem essa passagem. É um processo, embora lento, de aprendizado. Em sistemas familiares onde não há muita interação, desprendimento, generosidade, prática da divisão, o “meu” será um vocábulo muito mais forte que o “teu” e o “nosso”. Estes podem vir até a não ser aprendidos vir até a não ser aprendido por falta de uso e vivência. A partilha de objetos é mais fácil que a partilha de afetos. Quando uma criança consegue partilhar pessoas a quem ama, a cooperação chega a seu estágio esperado. A partir desse momento arriscaríamos dizer que o subsistema fraterno está preparado para uma relação onde a maioria dos aspectos relativos à divisão e do altruísmo podem ser desenvolvidos sem maiores dificuldades, quer seja entre os membros do mesmo, quer seja entre os membros de um sistema social maior. Esta seria a base ideal para uma atitude social correta (GARCIA, 1989). Ironicamente, as crianças são geralmente mais cooperativas umas com as outras quando dividem uma adversidade ou realidade menos

prazerosa. A interação cooperativa aparece muito forte nos casos em que os irmãos são privados do convívio com os pais, como, por exemplo, o corte de relações por causa da morte ou colocação em um orfanato.

Diante de todo esse cenário, surge a disposição natural para o desenvolvimento de amor e amizade. Amizade não numa semântica onde se vê o irmão como um outro-eu, mas como prega Derrida (in GOMES; SILVA, 2008), numa perspectiva onde o outro se situa num ponto médio entre a semelhança e a diferença, de forma que as idiossincrasias de cada integrante do subsistema sejam preservadas. O que diferencia a relação de amizade entre pessoas dentro e fora do sistema familiar é o fato dos irmãos serem amigos não por escolha, mas por uma predestinação. A proximidade física pode facilitar que os irmãos sejam amigos, mas nem sempre isto é uma constante. Quando não há um lugar físico ou subjetivo destinado a cada filho, o clima de tensão e rivalidade dificilmente poderá evoluir para a situação de solidariedade, sentimento característico e saudável do relacionamento entre irmãos. Quando não há distinção entre os filhos as regras ficam confusas e a alteridade omitida e, segundo, Féres-Carneiro (1996), a família adoecida.

Importante é pensar como Kehl (2002), que defende que a fratria, apesar de ser uma relação entre iguais, não se caracteriza como vínculos entre sujeitos uniformes, coincidentes entre si. Pensando assim as fronteiras ficam preservadas e uma forma de subjetivação amalgamada fica descartada. O ser humano é dotado de vários modos de ser; assim sendo, pleitear uma uniformização no funcionamento dos integrantes do subsistema fraterno seria extremamente perigoso, visto que as diferenças (que existem em toda forma de relacionar-se), quando eclodissem causariam conflitos difíceis de serem solucionados, já que a norma vigente seria o modelo sectarista da singularidade intolera e da homogeneidade estimulada. Nestes casos autonomia e diferenciação não

serão priorizadas. Num contexto onde as diferenças não são vistas de forma positiva, como será desenvolvida a noção de respeito? Além de instaurar o respeito, as diferenças possibilitam o surgimento de conflitos. A sua resolução serve de verdadeiro treino para os conflitos sociais que as crianças enfrentarão quando não conviverem apenas no sistema familiar e partirem para sistemas mais amplos. “Se a semelhança que une irmãos é afirmada pela exclusão de todo o diferente, a fratria coloca-se fora do laço social e acaba por obter o oposto do desejado” (KEHL, 2002, p. 45). A identificação apenas pela semelhança faz com que uma lógica individualista seja propagada e a igualdade um ditame que relega a alteridade a um plano secundário.

2.1 Caracterização do relacionamento fraterno

O relacionamento fraterno começa quando um irmão mais velho toma a consciência da existência do outro (OLIVEIRA, 2004). Este fato pode ser a gravidez (de sua mãe ou da esposa do seu pai em casos de famílias recasadas), ou a confirmação que um bebê será dado em adoção para sua família. A figura dos irmãos na adoção merece destaque, pois a função fraterna exerce grande força na construção da subjetividade. A entrada do irmão na relação (seja este consanguíneo ou afetivo) abre espaço para a alteridade, para a constatação em espelho do seu papel no sistema familiar, mas também para uma infinidade de combinações subjetivas que se abrem ante a descoberta da semelhança na diferença.

O evento “tornar-se irmão” é uma experiência peculiar para a criança que até então era apenas filho e, como diz Silveira (2002), é uma tarefa que exige reorganizações presentes e futuras. Exercemos o papel de filho mesmo antes de nascer e quando chegamos à família há todo um ambiente preparado para nossa acolhida. Já o

exercício do papel de irmão é diferente. Mesmo quando há uma preparação dos pais para a nova situação, é a vez da criança - no caso dos primogênitos - ou das crianças já existentes no subsistema fraterno se organizarem e também prepararem uma situação de recepção e de acolhida. A delicadeza dessa situação reside nos pensamentos ambivalentes que a criança vivencia. Satisfação e medo são sentimentos que os acompanham nos meses de espera e algum tempo logo após o nascimento. A criança recém-chegada vai transformar o primeiro filho em “primogênito”, em irmão mais velho. Automaticamente este receberá um título que será inversamente proporcional às atenções antes a ele dispensadas, o que o ajudará a desenvolver um pouco de independência e autonomia. Por outro lado, fantasias de incapacidade de cumprimento do seu papel de filho se alternam com o desejo de conhecer face a face o irmão. Assim, é como se o desejo parental de ter outro filho fosse uma forma de dizer à criança que ela não é boa o bastante para realizá-los como pais. Numa época em que a criança constrói sua auto-estima a partir do olhar que ela recebe ou imagina receber de seus pais, essa questão pode ter um efeito devastador (PAULO, 2006). Todos esses fenômenos configuram uma fase que achamos conveniente chamar de adaptação.

Ainda em Silveira (2002) encontramos a informação de que os conflitos tendem a começar por volta do terceiro ou quarto anos do irmão mais novo. É neste momento que começam as disputas pela liderança. Como será então que o primogênito percebe essa demanda por divisão? Por certo que de forma não muito agradável e, digamos de passagem, inversamente proporcional à diferença de idade entre eles. Por serem os primeiros depositários das expectativas parentais, os primeiros filhos tentam viver no intento de atender a tais aspirações, e, por isso, relutam em aceitar o ponto de vista de seus irmãos mais novos quando estão em desacordo com o esperado pelos pais. Esse sentimento de obrigação pode muitas vezes gerar sofrimento no primogênito e

desavenças entre a fratria, pois quando um irmão desempenha um papel parental, acaba por se distanciar das relações circulares comuns dentro de um subsistema fraterno (PEREZ, 2002).

Outra função do irmão é servir para inaugurar na nossa subjetividade a capacidade de ajustamento, de se acomodar às imposições de divisão e compartilhamento que o meio que nos rodeia exigirá que tenhamos nas relações sociais fora do *locus* familiar. Dentro da placenta biológica, durante todo o período da gestação a criança fica exclusivamente ligada à mãe. Logo após o nascimento, mãe e bebê ainda se encontram muito fusionados. Com o passar do tempo, outras pessoas vão entrando na rede de relacionamentos da criança e cada uma delas exerce funções particulares. Pai, mãe e filho possuem um funcionamento pautado na verticalização dos vínculos. Quando chegam os irmãos, as relações assumem outras configurações e tornam-se mais ricas e plurais. A função do irmão tem uma essência, que, segundo Escardó (1978), resume-se numa forma mais amena em contraposição à função parental:

Pode dizer-se sem paradoxo que a função dos pais é fazer conhecer à criança, de um modo vivencial, a segurança, o equilíbrio e a justiça. A função dos irmãos é por em contato a vida da criança com a insegurança, o desequilíbrio e a injustiça numa dose suficiente e necessária para que isso constitua uma experiência e não uma agressão. (ESCARDÓ, 1978, p.108).

Ou seja, outra função dos irmãos é a de ajudar nas situações de enfrentamento de conflitos. As pressões vivenciadas de forma mais diluída no subsistema fraterno possibilitam que sejam criados esquemas de pensamento e comportamento que os ajudarão a passar pelas intempéries da vida adulta de forma mais sossegada, já que receberam a “vacina” com os anticorpos necessários que garantirão a sua saúde social.

O irmão também tem papel crucial no desenvolvimento do sentido de justiça. Percebemos essa particularidade quanto menor for a diferença de idade entre eles. Quando esta é pequena, a identificação é bem maior; então ocorre o desenvolvimento da

criticidade relacionada aos valores morais de conformidade com o direito. Os irmãos tendem a mostrar tanto aos pais quanto entre eles o que consideram correto ou não. Encontramos na fratria de irmãos pequenos o início da equidade. Defendemos que este fenômeno é comum em fratrias com pouca diferença de idade, pois nas fratrias onde a diferença é superior a dez anos há a tendência do irmão mais velho assumir uma postura de cuidador e ser mais complacente com seus irmãos mais novos. Nestes casos a negociação cede lugar à abdicação, que acreditamos não deixar de ser um dos sentidos de justiça desenvolvido do irmão mais velho em relação ao mais novo, já que ele considera correta a proteção do mais novo. Um aspecto que merece consideração no tocante à busca pela justiça dentro da fratria é a postura dos pais. Segundo Silveira (2002), nas situações de conflito, a conduta dos pais deve ser a de abster-se de julgamentos. Levantar a bandeira de quem eles acham o certo ou o culpado e tomar algum partido, pode atrapalhar no crescimento pessoal dos membros da fratria. A melhor saída dos pais é tentar não sugerir formas de negociação dos conflitos pelo máximo de tempo que puderem, para que essa potencialidade seja desenvolvida pelas crianças.

Há também as diferenças de sexo e gênero⁸. A forma como cada fratria vivencia a função do irmão em relação às questões de gênero, vai interferir mais tarde nas futuras relações conjugais de seus integrantes. A presença de um irmão de sexo oposto favorece o desenvolvimento sexual e também o relacionar-se de forma próxima com pessoas de outro sexo. Quando os irmãos são mais crescidos se dão conta das diferenças entre a subjetividade masculina e feminina. A percepção e a vivência dessas diferenças são um excelente laboratório para as futuras relações objetivas com o sexo oposto. McGoldrick (1995) acredita que podemos encontrar boas pistas sobre um novo casal a partir da

⁸ Gênero diz respeito ao aprendizado social, e sexo a questões anatômicas e biológicas.

análise de seu subsistema fraterno. Os irmãos são os primeiros e mais próximos companheiros, uma vez que crescem em contato estreito com pessoas do sexo oposto e em relações mais igualitárias, tendem a ficar mais a vontade com os cônjuges. Além disso, casais que contraem matrimônio com parceiros de posições fraternas complementares conseguem maior estabilidade conjugal do que aqueles que se casam com parceiros que não tem posições fraternas complementares⁹. Neste segundo caso há uma maior necessidade de ajustes, pois ambos podem esperar liderar na relação (no caso da união de dois primogênitos), ou desempenharem o papel de eternos bebês, sempre esperando receber o cuidado do outro sem haver a tomada de iniciativas (no caso de relacionamento entre casais constituídos por filhos mais novos). Muitos problemas conjugais, na verdade, podem ter origem não no casamento, mas serem evidenciados pelo fato do casal ocupar na díade marido – mulher situações diferentes daquela que estavam acostumados a desempenhar nas suas famílias de origem.

Tilmans-Ostiyn (1999), por sua vez, defende que nas terapias de casal é imprescindível que analisemos as relações fraternas, pois certamente encontraremos repetições dessas relações vindas do passado para a atual dinâmica do casal. Continua a autora asseverando que muitas vezes as feridas antigas, resultantes de uma vivência não muito agradável no subsistema fraterno, podem ser reproduzidas nas relações seguintes, como as de casal, por exemplo.

Uma releitura dessas relações passadas, aliada ao convite dos irmãos para o processo terapêutico, pode trazer resultados satisfatórios, no sentido de restaurar possíveis conflitos mal resolvidos, que perduraram na vida adulta. Os irmãos poderão perceber que as experiências agressivas do passado, resultantes da rivalidade e da busca

⁹ A autora aponta para uma pesquisa que mostrou que irmãos mais velhos tenderiam a entender-se melhor com irmãs mais jovens (enquanto cônjuges), pois provavelmente não teriam conflitos de poder, já que *elas* estariam a vontade como líder e *elas* como seguidora. (MCGOLDRICK, M. 1995, p.201).

pela atenção parental, não oferecem mais ameaças às novas relações estabelecidas com seus respectivos cônjuges.

No que concerne às diferenças de gênero, vários autores concordam quanto à vantagem de ter convivido numa fratria onde há diferenças de sexo. Brazelton e Sparrow (2007) apontam para a normatividade das explorações e brincadeiras de ordem sexual entre os integrantes do subsistema fraterno. É comum que irmãos troquem de roupa na frente dos uns dos outros, tomem banho juntos ou, quando mais velhos, ajudem seus pais nas tarefas do cuidado do irmão mais novo. Por volta dos quatro, cinco anos, as curiosidades são intensificadas e surge o desejo de compreensão das diferenças, sendo comuns as explorações de ordem sexual que servem para a descoberta de seu corpo e também do corpo do outro. É a comparação entre irmãos que vai permitir a percepção das diferenças entre os sexos. Até mais ou menos os dois anos uma criança sabe se é menino ou menina apenas pelas informações de seus cuidadores. Aproximadamente aos sete anos, que caracteriza o período de latência¹⁰, as crianças perdem o interesse por tais questões, buscando, inclusive, a privacidade. Neste sentido, a função do irmão favorece também o correto desenvolvimento da educação sexual, além de simplificar muito para os pais as questões sobre sexualidade, que certamente são observadas ao vivo. A naturalidade com que se percebem as diferenças sexuais numa fratria é um dos fatores considerados positivos por Garcia (1989). Elas aceitam espontaneamente as diferenças que a natureza imprimiu nos seres humanos e muito do

¹⁰ Período que tem sua origem na dissolução do Complexo de Édipo, o qual ocorreu na fase fálica. “Ainda não se tornou claro, contudo, o que é que ocasiona sua destruição. As análises parecem demonstrar que é a experiência de desapontamentos penosos... Mesmo não ocorrendo nenhum acontecimento especial tal como os que mencionamos como exemplos, a ausência da satisfação esperada, a negação continuada do bebê desejado, devem, ao final, levar o pequeno amante a voltar as costas ao seu anseio sem esperança. Assim, o complexo de Édipo se encaminharia para a destruição por sua falta de sucesso, pelos efeitos de sua impossibilidade interna. Outra visão é a de que o complexo de Édipo deve ruir porque chegou a hora para sua desintegração, tal como os dentes de leite caem quando os permanentes começam a crescer”.(FREUD, 1924, XIX, CD:ROM)

que pode ser tabu nas fratrias unissexuais é percebida de forma natural e corriqueira nas fratrias formadas por irmãos e irmãs.

Rufo (2003) afirma que os melhores recrutadores de maridos para irmãs e esposas para os irmãos são os irmãos ou irmãs. Primeiro porque os amigos dos integrantes do subsistema fraterno circulam entre os irmãos e são escolhidos para serem tomados por amigos. Se assim o são, certamente as qualidades pessoais destes agradam aos irmãos. Logo, já passaram na primeira seleção. Em seguida, pelo fato dos irmãos idealizarem e se identificarem uns com os outros é que elegem pessoas para seus relacionamentos objetais que tenham características físicas e psíquicas parecidas com os demais componentes da fratria.

Também percebemos uma ligação entre gênero e a capacidade de cuidar entre os irmãos, que estaria baseada na homofilia¹¹. Às irmãs é delegada a função de integradora do sistema familiar, principalmente quando se trata da mais velha. As mulheres conseguem ser mais “políticas” que os homens e, apesar da identificação mútua, elas baseiam sua relação com os irmãos num sentimento mais estatutário, no sentido do dever, cuidando dos irmãos no período de convivência comum e buscando relacionar-se com eles depois que cada um segue o rumo de suas vidas.

Já os homens deixam claras suas preferências, visitando-se mais e demonstrando maior cumplicidade sem muito embaraço, da mesma forma que não mostram embaraço em fazer e demonstrar diferenças. Dechaux (2001) afirma que isso é bem perceptível no tocante à situação econômica e níveis de instrução entre os irmãos (se participam de universos sociais muito diferentes, o entrosamento é notadamente menor). Na vida adulta a relação entre irmãos do sexo masculino assume um caráter mais relacionado à

¹¹ Homofilia – afinidade com pessoas do mesmo sexo (DECHAUX, 2001, p. 182).

utilidade. As mulheres costumam fazer menos distinção entre os irmãos menos favorecidos economicamente, chegando até a ajudá-los mais que os irmãos homens. Esta seria uma das maiores particularidades da relação fraterna segundo Dèchoux (2001): a reunião da dimensão afetiva e estatutária. Na infância, quando não estamos muito preocupados com as questões de polidez, é comum não nos preocuparmos com a normatividade, por isso encontrarmos nas trincas mistas de irmãos, geralmente o irmão do sexo oposto preterido (DECHAUX, 2001). Na fase adulta há uma adequação aos padrões sociais esperados para o relacionamento entre os irmãos, mas ainda assim os vínculos entre eles assumem o caráter que eles decidem atribuir. Ainda que calcados em satisfações sociais, são mais regidos pela escolha do que pela obrigação. Por questões concernentes ao sexo, as primogênicas recebem tarefas relativas ao cuidado e os primogênitos ao companheirismo, e no relacionamento com os menores, as meninas usam técnicas de diálogo quando querem atingir algum objetivo e os meninos utilizam a força física (PEREZ, 2002).

No que se refere à idade, nas fratrias adolescentes temos a maior intensificação dos conflitos, principalmente quando o irmão mais velho ocupa um status de mediador nas relações com os pais, que lhes conferem assim certo poder. A função do irmão adolescente mais velho, nesse caso, traz mais benefícios aos pais, pois assim os genitores conseguem um tradutor que fala a mesma língua da fratria, ajudando a compreender melhor não só os sentimentos confusos da adolescência, mas também os gostos, vontades e intenções dos outros irmãos. Na verdade assumem o papel de cuidadores intermediários, por serem os mais velhos considerados pelos pais uma boa ligação entre o sistema parental e fraterno. Esta característica do primeiro irmão vem se acentuando a cada dia, explicada pelo movimento atual dos pais de necessitarem estar muito tempo fora de casa por estarem voltados às atividades profissionais. O curioso é

perceber o movimento do irmão mais novo quando chega à adolescência. Silveira (2002) diz que este vai reivindicar os mesmos “direitos” que o irmão mais velho teve quando adentrou nesta fase. Qualquer diferença por parte dos pais será vista como favoritismo. Sobre isso continua Silveira:

Durante a adolescência os irmãos mais velhos tendem a exibir, mais freqüentemente, comportamentos negativos como agressão e hostilidade aos mais novos, do que esses em relação a eles. Em resposta a isso os irmãos mais novos expressam maior ressentimento aos irmãos mais velhos, e pedem ajuda aos pais nas negociações fraternas. Então os irmãos mais novos parecem privilegiados pelos pais, mas mais ressentidos com seus irmãos, porque interagem de forma mais negativa com eles. No entanto os mais velhos percebem as relações frâtrias mais conflituosas que os mais novos. Isto mostra que os mais novos lidam com os conflitos e os percebem de maneira menos intensa do que os primogênitos (SILVEIRA, 2002, p.107).

Quando há uma diferença superior a dois anos entre os irmãos, certamente um entrará na adolescência antes do outro. Nesta fase, a necessidade de andar em bando, em grupos de iguais, fará com que os irmãos mais velhos passem mais tempo com seus amigos que com a sua fratria. Os mais novos, na maioria das vezes, não compreendem esse movimento, mas ao término da adolescência e início da fase de adultos jovens os irmãos tendem a se reencontrar em turmas e interesses comuns. Nesse momento, mais uma função do irmão se manifesta: a capacidade de aceitar o outro como ele é, ou seja, a alteridade.

Se o desenvolvimento da alteridade é um dos alvos da fratria adolescente, a função maior da fratria adulta-jovem é o exercício da empatia¹². Na idade adulta as relações tornam-se muito mais igualitárias, e a diminuição de submissão às figuras parentais faz com que a relação fraterna assuma uma configuração com menos imposições e sendo mais opcional, visto que os pais já não exercem mais tanto poder sobre os filhos, ou em alguns casos, já são até falecidos. Um estudo feito por Dèchaux

¹² Capacidade psicológica para se identificar com o eu de outro, conseguindo sentir o mesmo que este nas situações e circunstâncias por esse outro vivenciadas. (FERREIRA, A. B. H. 2008)

(2001) sobre os laços entre irmãos na fase da maturidade na sociedade contemporânea mostrou que essa relação assume um caráter pouco normativo. Geralmente entre os trinta e os sessenta anos a parceria entre os irmãos perde um pouco em convivência, pois é uma fase em que estão muito envolvidos com as famílias que construíram e com os afazeres profissionais. Nessa fase o caráter normativo é mais forte que opcional, mas depois que os filhos são lançados, as obrigações profissionais estão mais diminuídas, ocorre uma forte tendência desse relacionamento tomar força novamente.

A fratria adulta tem o papel de memória. Para Oliveira (2006) é o elo entre o momento de vida atual e os conteúdos compartilhados no passado. É na fratria adulta que há o resgate de conteúdos inerentes a um tempo onde nem filhos nem cônjuges tiveram participação, por isso é um eixo de identidade tão forte. Dividir os cuidados com os pais idosos é uma realidade nova para o subgrupo de irmãos. O partilhar também assume um importante foco quando os pais se tornam idosos e dependentes. Com o avanço da Medicina e o aumento da expectativa de vida, é comum que nossa população tenha uma velhice mais longa que as pessoas de meio século atrás. Então percebemos na contemporaneidade um fenômeno interessante: a fratria madura resgatar a coesão emocional¹³ dos primeiros anos do desenvolvimento para que passem pela fase de cuidado dos pais em idade avançada, ou pela adversidade da doença ou perda de seus progenitores. É corriqueiro percebermos rodízios entre irmãos no tocante à divisão das tarefas da atenção e das despesas, inclusive quando o contato encontrava-se diminuído entre os integrantes do subsistema fraterno. Continuamos nosso pensamento afirmando

¹³ Acreditamos que essa coesão emocional é resultado do conteúdo comum partilhado na infância. Conteúdo profundo e particular às fratrias, pois as vivências desde cedo são pautada numa leitura, se não dizemos igual, muito semelhante dos momentos críticos do desenvolvimento, que tem participação fundamental na formação e na constituição primária do sujeito.

que o resgate desta coesão só será possível se houver o que ser resgatado, e obviamente que os anos de convivência têm conteúdos para serem resgatados, revistos e resignificados, principalmente numa situação onde a rivalidade deve estar bem diluída e direcionada a outros setores sociais. Durante nossas vidas, provavelmente, vivenciamos por mais tempo sermos irmãos do que filhos. E é a partir do momento que os pais não mais existem que temos a opção de escolher realmente sermos irmãos ou não. “Logo, a saída ideal da fratria é tornar-se amizade” (PAULO, 2006, p. 111).

Papalia e Olds (2000) também concordam que a fratria assume características peculiares de acordo com a fase do ciclo vital em que se encontram seus integrantes. Segundo as autoras, o relacionamento entre irmãos é o que mais dura na vida da maioria das pessoas e se torna mais importantes à medida que envelhecemos. Quando casam, geralmente os irmãos têm menos contato, porém a chegada de filhos e eventos estressores como a viuvez, o divórcio e morte, tende a aproximá-los. As irmãs, especialmente, estão sempre prontas a manter contato e ajudar uns aos outros. Na velhice, os irmãos idosos se vêem com frequência, e são envolvidos uns com os outros, a depender de fatores como quantidade, saúde e distância geográfica. Eles são importantes pontes de apoio para pessoas que não tiveram filhos ou não se casaram. As irmãs são as mantenedoras do relacionamento familiar, a tal ponto que a morte de uma irmã pode gerar mais dificuldade para os irmãos do que a perda do cônjuge ou de um dos pais.

O tamanho da fratria também apresenta algumas peculiaridades que ajuda na percepção do valor das relações estáveis e duradouras de uma pessoa. Explicamos nossa afirmação sob dois aspectos: o tempo compartilhado e o número de integrantes desse subsistema. Nos subsistemas de dois irmãos percebemos uma maior ligação e conseqüentemente, disputa na infância - pois a rivalidade encontra menos integrantes

em que possa circular, mas, em contrapartida, na vida adulta esses irmãos geralmente se tornam grandes companheiros, e a proximidade entre eles existe independente de distância geográfica, econômica ou nível de instrução. Isso se dá pelo fato da intensidade com que se deu a partilha do vivido em comum nas fases iniciais do desenvolvimento. Cruzar juntos as vivências de uma infância e uma adolescência sob a égide de um mesmo sistema de normas transforma os irmãos em pessoas muito ligadas, onde cada um conhece profundamente o outro nas mais diversas situações. Imaginemos então passar por toda essa quantidade de mudanças (que pode durar mais ou menos quinze anos) tendo apenas um irmão para tomar parte de todo esse processo conosco? Por isso é que afirmamos que as fratrias diádicas obedecem a normas mais estritas de relacionamento. Nas fratrias com um número maior de integrantes é comum se esperar mais união entre seus irmãos. Mas o que as pesquisas mostram é que, na verdade, esse é um adágio do senso comum, pois o que se constatou foi que:

Isso não é verdade no que se refere ao relacionamento entre os irmãos. A frequência de encontros diminui regularmente conforme o tamanho da fratria. Os irmãos de fratria dupla se visitam cerca de 50% mais que os irmãos de fratrias maiores (...), as famílias numerosas não tem o poder de reforçar as obrigações estatutárias entre os irmãos. As relações no seio da fratria são menos sujeitas as normas do que as demais podendo chegar, inclusive, o ponto dos irmãos não as cumprirem. O fato de ter apenas um irmão ou irmã leva a condições para que sejam mantidas boas relações, enquanto que nas fratrias de pelo menos três irmãos, a lógica da afinidade retoma mais facilmente seus direitos, e o jogo das preferências (como idade, sexo ou qualquer outra natureza) pode levar a que um deles seja negligenciado (DÈCHAUX, 2001, p. 180).

Não estamos preterindo, com essa afirmação, as fratrias maiores em detrimento das menores, visto que o objetivo de nosso trabalho não é defender uma ou outra forma, mas o que estamos querendo mostrar é a diferença de vivência em cada uma delas.

Outra função importante da fratria para a subjetivação é a possibilidade que ela nos oferece para uma identificação com figuras diferentes das figuras parentais. Temos nos irmãos uma forma de identificação secundária, e a partir dela descobrimos outros

lugares que podemos ocupar junto a nossos semelhantes (KEHL, 2002). A função do irmão é servir como um espelho para que o outro possa diferenciar-se. Para isso as zonas de diferenciação devem estar claras e bem demarcadas pelos pais.

Em todos os fatores citados, percebemos a fratria como sinônimo de proximidade, que tem por base o sentimento de igualdade. Algumas vezes está associada a laços de sangue, mas isto não constitui o requisito para sua instalação. Os vínculos constituídos emocionalmente são muito mais fortes que a consangüinidade. Acreditamos ser essa observação muito pertinente, já que nosso foco neste trabalho refere-se às fratrias constituídas por laços sócio-afetivos, ou seja, por adoção.

3. ADOÇÃO E FRATRIA

Para passarmos da categoria de filho para a de irmão há duas possibilidades: a chegada de uma criança a família pelo nascimento, ou pela adoção. A formação de uma fratria adotiva, por sua vez, também pode ser desenvolvida de duas formas: exclusivamente por adoção; ou constituída de forma mista, que é a denominação que demos para a fratria construída de forma biológico-adotiva ou vice-versa. Toda forma de relacionamento possui suas particularidades e desafios. Como vimos no capítulo anterior, no subsistema fraterno não é diferente, independente da forma que ele foi instaurado. Neste capítulo iremos discorrer sobre as circunstâncias e algumas particularidades de fratrias constituídas pela adoção.

Iniciaremos pela conceituação da *adoção*. Gestação no coração; aceitação voluntária; ato jurídico em que uma criança é permanentemente assumida como filho de uma pessoa que não são seus pais biológicos; criar em uma família filhos biologicamente gerados por outros; tolerância de diferenças; perfilhação, modalidade artificial de filiação; expansão da capacidade de amar; foram alguns dos conceitos com os quais nos deparamos no decorrer de nosso trabalho. Alguns mais poéticos outros mais objetivos, mas todos deixando transparecer a ideologia de seus pensadores. Em Souza (2008) encontramos um conceito que converge com a nova cultura da adoção e também com o nosso ponto de vista acerca desta temática:

Adotar é amar uma criança, seja ela filha consanguínea ou não. Decisão livre de preconceitos pessoais, com doação incondicional de si mesmo. Comprometimento e parentalidade responsável, estabelecida pela vontade (...). Visa solucionar a situação de crianças sem pais. (...) Adotar é acolher o outro com plena disponibilidade emocional e psicológica. (SOUZA, 2008, p.24).

Diante do que nos mostra a autora, a adoção precisa ocorrer tanto nas filiações adotivas como nas biológicas. Adotar é uma conduta que se dá a partir de vínculos, e

não somente a partir de laços consangüíneos. A parentalidade, as relações que existirão na família extensa e a fratria têm como pedra angular o afeto, muito mais que a biologia. A adoção deve atender às necessidades da criança, e não aos interesses dos adultos.

Se pensarmos assim e conseguirmos disseminar essa idéia, muitos dos mitos que rodeiam a temática da adoção caem por terra. Por várias vezes considerada a segunda forma de filiação, o ato de ter um filho por adoção *ainda* mexe com o imaginário popular, que insiste em levar em consideração a herança genética como garantia de sucesso e qualidade na formação pessoal e social de uma criança (gostamos de usar a palavra *ainda*, pois cremos que estamos vivenciando nos últimos vinte anos um verdadeiro avivamento nas questões referentes à adoção, e certamente se continuarmos neste passo, muito *ainda* mudará). Por certo asseveramos que o material genético garante algo para os seus futuros portadores, garante uma probabilidade orgânica de possíveis manifestações de doenças hereditárias como diabetes, câncer, hipertensão arterial, mas em nada interfere na formação do caráter ou da cognição. Estes serão desenvolvidos a partir das experiências e vínculos vividos, e, como diria Weber: “o fato de ser adotado não deve ser um sinônimo de sintoma ou de doença, pois este não é um fator que determina o destino social, pessoal ou acadêmico de um indivíduo” (WEBER, 2006, p.45).

Possivelmente pela desinformação ou preconceito é que a adoção é vista por alguns como uma forma desvalorizada de se construir uma família. A mãe que entrega um filho para adoção, em geral, é considerada desde irresponsável a promíscua. No entanto, pesquisas têm demonstrado que esta é uma decisão difícil para muitas delas e que deixa marcas indelévels na sua vida (MELLO, 2002; MENEZES, 2007). Weber (2006) complementa que as crianças adotadas, muitas vezes, carregam o fardo de ter comportamentos desviantes decorrentes da herança do sangue ou do ‘trauma’

irreparável do abandono. Em culturas diferentes da nossa, como na Oceania, especialmente entre os esquimós ou certas tribos indígenas, a adoção é vista como uma forma de presentear, uma possibilidade especial de prestar cuidado e de solidariedade social que tem um conceito diferente da visão ocidental do parentesco. Nestas culturas o laço consanguíneo não é importante (SOUZA, 2008; WEBER: 2006).

Souza (2008), Weber (2006), Schettini e Schettini (2006), Dias, Silva e Fonseca (2008) e Vargas (2006) nos dão um bom panorama a respeito do muito do que se faz e se fala sobre a adoção. Neles encontramos algumas das formas em que ela ocorre. A mais comum é a *adoção conjunta*, que é a que ocorre quando um casal decide adotar uma criança. Nestes casos o casal pode estar adotando pela primeira vez, ou já ter em sua família um subsistema fraterno formado. Outra variação é se a fratria é formada unicamente por adoção ou de forma mista. Nestes casos a preparação é muito importante, pois além de um casal e suas expectativas, há crianças envolvidas, que talvez nem desejem tanto ter irmãos. Se a fratria existente for adotada, este é um bom momento, segundo Brazelton e Sparrow (2007), para que a criança reviva a forma como chegou à família ou, como diz Hamad (2002), isto permite que o primeiro filho adotado viva uma espécie de trabalho prático a realidade da adoção tal qual ele viveu. Se a fratria é consanguínea, passará a ser mista. Surge então a oportunidade para os pais falarem da solidariedade, um sentimento que, como citamos no capítulo anterior, poderá coexistir com o da rivalidade e ser resultado da evolução deste afeto que configura uma polaridade muito comum na relação entre irmãos. Em fratrias mistas os pais devem estar atentos para as possíveis coalizões¹⁴, configurando uniões entre os irmãos adotivos contra o filho biológico, ou entre os biológicos que desprezam o adotivo.

¹⁴ União de duas pessoas contra uma.

Levinzon (2004) relata que crianças adotivas podem estabelecer vínculos muito fortes entre elas pelo fato de conhecerem a dor de um primeiro abandono e por terem experiências de histórias dramáticas de vida. Completamos tal afirmação com a assertiva de que os irmãos biológicos podem se valer dos laços de sangue e excluir o irmão (ou a fratria) adotivo. A relação entre irmãos deve ser estabelecida sobre o princípio da assimetria, caso contrário a arrumação de irmãos que se consideram mais “iguais” que outros se configurará numa espécie de bloco, onde podem ocorrer a exclusão e isolamento do irmão que se considera mais diferente ou menos igual. Este pode configurar um grande perigo das fratrias mistas, pois os irmãos podem construir laços entre os integrantes do subsistema que possuem as mesmas origens, laços entre os semelhantes, como a união dos biológicos *versus* os afetivos. Esta afirmação fica facilmente perceptível se atentarmos para uma pequena particularidade que existe na maioria das relações fraternas: é comum os irmãos darem apelidos uns aos outros. Estes novos nomes funcionam como um segundo batismo, como uma forma de inserção, aceitação e identificação dentro do subsistema fraterno. Acreditamos que nas fratrias constituídas por adoção, quando esse tipo de prática se torna visível, ocorreu o primeiro passo rumo à aceitação da criança recém-chegada. Situações extremamente delicadas que demonstram uma conduta onde os laços prevalecem sobre os vínculos, mas que podem evoluir se assim podemos nos referir, para situações de harmonia e companheirismo.

A segunda forma de adoção mais vista é a *monoparental*, feita por solteiros que desejam ter um filho. Nestes casos, os procedimentos são os mesmos da adoção conjunta, mas a legislação exige que haja uma diferença de, no mínimo, 16 anos entre o postulante a adoção e a criança que será adotada. Aqui teremos uma repetição dos casos das fratrias existentes nos casos de adoção conjunta, apenas com a diferença do sistema parental ter apenas um pai (LEVY, 2005).

A adoção intrafamiliar é aquela feita por parentes. A criança permanece na sua família extensa, mas vinculado emocionalmente como filho a outros que não são seus pais. Uma nova fratria será construída. Possivelmente serão irmãos de seus primos ou tios. As fronteiras ficam difusas, mas os laços de sangue são reforçados pelos vínculos de afeto. Há dois caminhos para a fratria nestes casos. O primeiro é o fato dos irmãos não aceitarem e não tratarem o adotado como irmão, permanecendo as relações marcadas pela situação de nascimento. O segundo tem a ver com uma acolhida muito mais tranqüila, arriscaríamos dizer, do que se a família desconhecesse a origem da criança. Os parentes realmente se consideram irmãos e buscam deixar claro socialmente tal condição, como, por exemplo, uma fratria constituída por um grupo de primos onde todos resolvem fazer a mesma tatuagem.

A adoção à brasileira é aquela que ocorre ilegalmente, que se caracteriza pelo fato dos pais registrarem seus filhos adotivos como se tivessem sido gerados por eles. Como é uma situação não legalizada, possivelmente os pais podem viver numa eterna atmosfera de medo, de que um dia ou a justiça ou os pais biológicos tomem as medidas cabíveis. Crescer numa situação de tamanha insegurança pode gerar na fratria um sentimento de cuidado e cautela ao investir na relação com o adotivo, pois, possivelmente, alguém pode vir para levá-lo.

A depender da idade da criança, a adoção pode ser considerada *precoce*, quando a criança adotada é ainda bebê, ou de *crianças maiores* (que até bem pouco tempo atrás era denominada adoção tardia). Na adoção precoce os irmãos receberão a criança ainda bebê e este crescerá de acordo com os ditames daquela fratria. Todos os sentimentos que são vivenciados no subsistema dos irmãos serão percebidos e sentidos no decorrer do desenvolvimento. Nas adoções de crianças maiores há uma particularidade: os pais precisam estar sensíveis para a questão da hierarquia. Adotar um filho mais velho que

outro já adotado ou já concebido, pode causar confusão nas fronteiras, deixando as crianças um pouco atordoadas em relação aos papéis que tenham que desempenhar na família e na fratria. A criança mais velha, ao ser adotada, em geral traz um forte desejo de pertencer. Isto, a princípio, pode deixar o subsistema fraterno, do jeito que sempre foi, mas passada a fase de adaptação, o irmão adotado mais velho pode vir a pleitear o seu lugar de filho mais velho. Mas há o lado positivo de uma adoção tardia ser feita em famílias onde já existem outros filhos. Sobre isto Hamad (2002) defende que as famílias que já possuem filhos estão acostumadas com as particularidades de uma criança, podendo entendê-las melhor nas dificuldades que elas possam vir a apresentar. Continua o autor:

(...) quando os laços fraternos, laços horizontais, existem ao lado de laços verticais, que ligam as gerações, os pais adotivos e o filho adotivo, a família se vê verdadeiramente consolidada. Quando há uma fratria parece que podemos falar mais facilmente de e de família, pois a criança será adotada não por duas pessoas, mas três (HAMAD, 2002, p.95).

Há os casos das adoções chamadas *necessárias*. É a adoção de crianças mais velhas, de outra etnia e com necessidades especiais. Apesar de considerarmos a adoção sempre uma necessidade para a criança que foi abandonada ou renunciada, concordamos com tal termo, pois, esta configura a adoção de crianças deficientes ou com alguma doença grave. Aqui o desafio é ainda maior, pois além do afeto, todo o sistema familiar terá que disponibilizar mais tempo e dinheiro que o esperado para a criação de crianças com estas particularidades. Tanto os pais quanto a fratria precisarão se informar sobre a deficiência ou doença da criança que será inserida na família. É comum essas crianças serem superprotegidas, tanto pelo subsistema parental, quanto pelo fraterno. Enxergar o irmão a partir de suas potencialidades e não pela deficiência

ou doença é o grande desafio que os irmãos terão que enfrentar. Esta é a forma mais aceitável de ajudar no desenvolvimento do irmão, ainda que dentro de limitações. Tais procedimentos também devem ser aplicados aos pais, mas estes, possivelmente, já foram inteirados de como lidar com o filho deficiente no momento da preparação para a adoção. Com a chegada de uma criança com necessidades especiais à família, os pais precisarão desvelar-se no cuidado e no tempo. A fratria existente pode se sentir negligenciada ou sobrecarregada com as suas novas atribuições. Em momentos de ambivalência afetiva, os irmãos podem sentir culpados por ‘não gostar’ (que como sabemos é temporariamente) do irmão deficiente, pois como fala Pichon-Rivière (1986):

O sentimento de culpa é uma complicação do sentimento de ambivalência, pelo fato de se odiar um objeto amado, o que provoca dor moral (PICHON-RIVIÈRE, 1986, p.45)

Estes sentimentos absolutamente normais e facilmente superáveis em outras fratrias podem gerar sentimentos de angústia e prejudicar o sucesso da adoção, pois tais conflitos serão sentidos por todo o sistema familiar, podendo, inclusive, levar o sistema parental a se questionar se fez a opção certa. Messa (2008) nos mostra até a possibilidade do irmão ‘normal’ desejar ser deficiente e psicossomatizar problemas de saúde. Transtornos ou capacidade de resiliência? A depender da forma como estabelecem seus vínculos, a fratria pode ter a maturidade fortalecida e ter mais facilidade para superar dificuldades.

Nas adoções de crianças deficientes há outro ponto a levantar em relação à fratria: Há uma grande possibilidade dos irmãos serem os cuidadores do irmão ‘especial’ após o falecimento dos pais. Para tanto, acreditamos que, mais do que em qualquer outro caso de adoção, o sistema fraterno, na adoção de crianças especiais, precisa estar bem engajado, preparado e ciente das responsabilidades que o acompanhará no futuro quando os pais não mais existirem.

A *adoção inter-racial*, como o próprio termo denota, é a adoção de crianças de etnias diferentes. A convivência entre irmãos de costumes e cores distintas proporciona o aprendizado e respeito a outras identidades étnicas, o que nem sempre é muito fácil, como nos mostra Carrasco (1995) em seu romance:

Quando eu pensava em meu irmão, nunca imaginava que ele seria preto. Na minha cabeça achava que ele deveria ser mais ou menos parecido comigo. Loiro. Talvez até com olhos iguais aos meus (CARRASCO, 1995, p.18).

Para Hamad (2002) a cor da pele de uma criança adotada é sentida de forma diferente, a depender do meio social de seus familiares e da forma como estes encaram as diferenças étnicas. Souza (2008) acredita que uma fratria formada por pessoas de raças diferentes é uma mini representação de nosso país, e pode vir a ser um fator que possibilite a harmonia familiar. A adoção de pessoas com características físicas diferentes da do casal parental passa uma dupla mensagem: de que eles não possuem preconceitos raciais, nem quanto à adoção. O amor não tem cor. Este será mais um aprendizado que a fratria adotiva inter-racial levará para sua vida adulta e futuros relacionamentos.

As novas configurações familiares nos permitem ver casais homoafetivos estáveis e com o desejo de ter filhos. Esta realidade que agora vem se apresentando com mais frequência inaugura a categoria das *adoções feitas por casais homoafetivos*. Dado a sua novidade, este é um tema que não tem ainda uma legislação própria, mas a depender da jurisprudência é aceito ou não. No final de 2006 um casal homoafetivo de Catanduvas- SC adotou uma menina de cinco anos. Ato judicial que abriu precedentes para outros com mesmas características. Mas, em Agosto de 2008, a Câmara de Deputados Federal retirou do projeto que cria a Lei Nacional da Adoção a possibilidade de casais homossexuais adotarem uma criança. Segundo os parlamentares, permitir a adoção é inconcebível visto que o casamento ainda não é autorizado (BARROS, 2008).

Outro caso é a *adoção de grupos de irmãos*. De acordo com Souza (2008) os pais precisam perceber as necessidades individuais de cada irmão, pois, apesar de terem a mesma história, podem tê-la vivenciado de formas diferentes. O irmão mais velho costuma ocupar o papel de protetor da fratria, e, ao ser inserido numa família, pode perder sua função parental e se tornar filho também. Isto é bom, pois poderá assumir posturas condizentes com sua idade, mas, por outro lado, também o fará perder o *status* que outrora lhe fora outorgado pelas circunstâncias de vida.

De acordo com a hierarquia do sistema familiar, para que haja irmãos, é necessário que antes haja pais. Segundo Hamad (2002), para que uma fratria venha a existir, seja ela constituída pela adoção ou pela consangüinidade, primeiramente, é preciso que exista o encontro do desejo de um homem e uma mulher pela busca de um filho. Acrescentamos ao pensamento da autora apenas que esse encontro de desejos vem do subsistema parental (tenha ele a configuração que tiver).

3.1.O vínculo fraterno na adoção

Os irmãos adotados se relacionam a partir da falta e da criação, ou seja, constituem seu relacionamento a partir da falta dos laços biológicos e da construção de vínculos¹⁵ afetivos.

O laço fraterno é independente do desejo. Nascemos irmãos ou passamos a sê-los e pronto, nosso futuro está traçado. Pelo desejo dos pais e pelo capricho da Biologia passamos a ter alguém com um material genético quase igual ao nosso circulando no planeta. Hochman e Huston (1992) mostram que irmãos biológicos separados e

¹⁵ Tomamos laço e vínculo como formas diferentes de ligação. Apesar de muitas vezes serem usados como sinônimos, usaremos o primeiro para fazer alusão a consangüinidade, e o segundo para falar das relações constituídas a partir do convívio.

adotados por casais diferentes, ao se reencontrarem na vida adulta, sentem-se como estranhos. Em contrapartida, quando grupos de irmãos são separados, mas continuam a manter contato, o vínculo permanece. Consubstanciando com as autoras acima encontramos em Plomin e Fulker (1992) o mesmo fenômeno acontece no caso de irmãos gêmeos. Logo, estas autoras nos levam a crer que o vínculo depende de contato, caracterizando-se como uma conquista diária e uma decisão. Maldonado (2006) também concorda que o vínculo é uma decisão. Ao se referir à adoção, ela defende que filhos biológicos e adotivos devem ser inscritos no coração e na alma dos pais. Dolto referendada por Schettini (1999) corrobora com este pensamento quando diz que todos os filhos são adotados e biológicos simultaneamente: biológicos porque esta é a única forma de um ser humano ser gerado e vir ao mundo; adotados porque é preciso que os pais disponibilizem para a criança a capacidade de se sentir pertencente e acolhido física e psicologicamente por um grupo. O mesmo acontece entre os irmãos. Na fratria constituída por adoção, o vínculo de amor existe sem a existência de laços de sangue.

Concordamos com Maldonado (2006) quando ela usa o termo amor, pois também se refere aos desdobramentos e diferentes expressões que este sentimento pode vir a assumir. Numa fratria nem tudo são rosas: há competições, brigas, disputas, ciúmes, mas também momentos de diversão, cumplicidade e de cuidado mútuo. A ambivalência na fratria adotiva é tão comum e saudável quanto na biológica. O indicativo de que há algo de errado é quando a fase de ‘lua de mel’ entre os irmãos e a criança recém-chegada perdura por muito tempo. O comum e o esperado, passada a fase de adaptação, é que os conflitos passem a acontecer. Quando eles não ocorrem, a fratria pode estar vivenciando uma patologia na capacidade de vinculação. É o que Pichon-Rivière (1986) chamou de indiferença.

Para entendermos o que o autor considera discrepante na capacidade de vincular-se, é necessário entender o que ele denominou por vínculo normal:

Um vínculo é um tipo particular de relação de objeto; a relação de objeto é constituída por uma estrutura que funciona de uma determinada maneira. É uma estrutura dinâmica em contínuo movimento. (...) O vínculo normal é aquele que se estabelece entre o sujeito e um objeto, quando ambos têm a possibilidade de fazer uma escolha (...) com uma boa diferenciação entre ambos (PICHON-RIVIÈRE, 1986, p.12-33).

Como pudemos observar, para que vivenciemos uma ligação vincular saudável é preciso que estejamos diferenciados. Talvez, por temor a um possível novo abandono, a criança que acabou de chegar à fratria sinta tanta vontade de ser aceita, que a identificação com os irmãos pode suplantar o seu modo real de ser. Em tudo ela passa a copiar os irmãos, com tudo concorda, sendo sempre a boazinha e, de tão identificada, não se diferencia. Mas a falha na vinculação pode se dar de outra forma. Se as primeiras experiências na família de origem não forem vividas de forma saudável, como é o caso das situações de abusos, violências, negligências, a criança pode abster-se de interagir com o novo sistema familiar, ou fazê-lo com desconfiança. Ainda em Pichon-Rivière (1986) encontramos a idéia de despersonalização, ou seja, a tentativa de se fazer passar por ninguém, para que não tenha que assumir um compromisso vincular com o outro. O subsistema fraterno, nesses casos, assume um papel crucial, pois observando como eles se relacionam uns com os outros e com o subsistema parental, a criança recém chegada poderá dar um novo significado ao que venha ser vida em família.

A forma como uma pessoa estabelece seus vínculos pode variar de acordo com o objeto. No subsistema fraterno um irmão pode apresentar uma conduta particular com um de seus integrantes, e uma atitude diferente com outro. Neste caso não teríamos uma ambivalência, mas uma bivalência. São partes diferentes de uma mesma pessoa estabelecendo relações vinculares diferentes com objetos diferentes.

A vida é um interjogo de assunção e adjudicação de papéis. Esta diáde que forma o vínculo só acontece por meio do convívio. Os laços biológicos nada podem fazer diante de tamanha transcendência, tendo espaço apenas se estiverem aliados às ligações vinculares.

Bowlby (1997) é outro autor que defende a idéia de que a convivência é fundamental para a vinculação. Segundo ele, todos os seres humanos têm a propensão de estabelecer fortes vínculos com alguns outros. Esta propensão não estaria na satisfação de impulsos, como o de se alimentar na infância, ou o de sexo na fase adulta. O comportamento de ligação parte do desejo de proximidade para com outro indivíduo diferenciado e preferido.

Assim é que ocorre a formação de vínculos entre irmãos de uma fratria constituída pela adoção. A tríade *convivência, ato de assumir papéis* e as *expectativas quanto ao papel* de pessoas que denominamos irmãos, vem como base para infinitas combinações psicológicas, para que saíamos da denominação e passemos ao sentimento.

O comportamento de ligação ocorre em todos os jovens e acompanham os seres humanos do berço à sepultura. A manutenção da proximidade por um jovem imaturo com um adulto preferido, que quase sempre é a mãe, mostra tanto o caráter de sobrevivência quanto o eletivo do comportamento vincular (BOWLBY, 1997). Atualmente estamos percebendo a importância dos irmãos nessa eleição. Talvez por causa das ausências do subsistema parental, em muitos momentos da vida, os irmãos se tornaram referencial uns para os outros. Seria a evolução do apego? Não chamaria de evolução, mas a capacidade de adaptação diante das novas necessidades. E é nisso que Bowlby (1980) acredita quando afirma que é comum, quando encontramos alguma falha no padrão usual do comportamento de apego-cuidado, procurarmos uma proximidade

com outro que não sejam nossos pais. Este vínculo persistirá até a idade adulta. Assim como encontramos as adaptações às mudanças na Medicina, no Direito, no Vernáculo, percebemos também a adaptação da subjetividade. Estas adaptações são necessárias também na situação de adoção, envolvendo todos os seus personagens (pais, filhos, familiares).

Maldonado (2006) fala que formar uma família pelos caminhos do coração é experimentar diferentes formas de amor. Afirmamos, em concordância e, complemento, que formar uma fratria pelos caminhos do coração, além de ser uma vivência de várias formas de amor, é também ajudar seus integrantes a reconhecer as diferenças, perceber o que elas representam procurar as semelhanças “e cultivar a fertilidade afetiva” (SOUZA, 2008, p.7). Concluída a fundamentação teórica, passaremos agora para o método e os objetivos da pesquisa.

4. OBJETIVOS E MÉTODO DO ESTUDO

4.1. Objetivos:

4.1.1. Objetivo Geral:

Estudar a relação fraterna em famílias especificamente adotivas e em biológico-adotivas.

4.1.2. Objetivos específicos:

- Investigar a adaptação do irmão próximo ao filho adotivo frente à chegada deste;
- Estabelecer as possíveis diferenças de percepção e vivência em relação à idade e sexo do irmão mais velho frente ao irmão adotado;
- Compreender os sentimentos vivenciados nesse processo;
- Analisar as diferenças existentes nos casos de adoção precoce e tardia no subsistema fraterno, bem como o tipo de adoção (biológico-adotiva e adotiva-adotiva).

4.2. Método do Estudo

4.2.1. Participantes:

Os participantes foram pré-adolescentes, adolescentes e adultos com idades entre 10 e 38 anos, que tiveram como homogeneidade fundamental o fato de possuir irmãos adotivos por no mínimo dois anos. Foi estipulado como critério de inclusão para as crianças a idade mínima de 10 anos por acreditarmos que a partir dessa idade elas teriam melhores condições intelectuais para verbalizar seus sentimentos de modo mais sistematizado. Participaram da pesquisa tanto filhos biológicos quanto filhos adotivos,

que se referiram ao irmão adotivo mais próximo. Nos casos onde encontramos mais de um adotivo na família, o participante se referiu à primeira adoção. Seguimos a orientação de Minayo (2007) quanto à anonimidade, logo, todas as pessoas tiveram os seus nomes trocados. (Os participantes foram divididos em dois grupos: o grupo um foi formado por pré-adolescentes e adolescentes (destes, quatro de cada sexo) e o grupo dois por adultos, sendo seis do sexo feminino e dois do masculino, perfazendo um total de 16 pessoas, sendo oito em cada grupo.

4.2.1.1 – Identificação dos participantes:

GRUPO I: PRÉ-ADOLESCENTE E ADOLESCENTES

SARA: 14 anos, 8ª série do ensino fundamental. Filha adotiva. Possui uma irmã adotiva de 9 anos. Os pais freqüentam o GEAD-Recife;

MARTA: 11 anos, 5ª série do ensino fundamental. Filha adotiva. Irmã de Lázaro e possui uma irmã adotiva de 4 anos.

LÁZARO: 14 anos, 8ª série do ensino fundamental. Filho biológico. Possui duas irmãs adotivas, uma delas é Marta (acima identificada) .

ESTER: 14 anos, 8ª série do ensino fundamental. Filha adotiva. Possui um irmão adotivo de 10 anos. Os pais freqüentam o GEAD-Recife.

SAMUEL: 11anos, 5ª série do ensino fundamental. Filho adotivo. Possui uma irmã de 4 anos.

ESAÚ: 10 anos incompletos, 3ª série do ensino fundamental. Filho Adotivo. Irmão adotivo de Jacó (abaixo identificado) e possui outra irmã adotiva de 6 anos.

JACÓ: 12 anos, 6ª série do ensino fundamental. Irmão adotivo de Esaú (acima identificado) e possui outra irmã adotiva de 6 anos.

Todos os irmãos dos participantes acima identificados foram adotados ainda bebês.

REBECA: 10 anos, 5ª série do ensino fundamental. Filha biológica. Possui um irmão adotivo de nove anos. Neste caso houve a adoção tardia. Rebeca tinha seis anos quando seu irmão de 5 anos saiu do abrigo e passou a partilhar a vida com ela. Filha de americanos que pretendem voltar dentro em breve a terra natal, por isso a grande exigência para que o filho adotivo aprenda inglês.

Tabela 1- Dados sócio-demográficos dos participantes crianças e adolescentes

PARTICIPANTE	IDADE	NÚMERO DE IRMÃOS	TIPO DE FRATRIA
SARA	14 anos	01	A/A
MARTA	11 anos	02	B/A*/A
LÁZARO	14 anos	02	B*/A/A
ESTER	14 anos	01	A/A
SAMUEL	11 anos	01	A/A
ESAÚ	10 anos	02	A/A*/A
JACÓ	12 anos	02	A*/A/A
REBECA	10 anos	01	B/A

*Onde o participante se encontra na Fratria

GRUPO II: ADULTOS

RUTE: 40 anos, casada, comerciária, dois filhos (sendo o mais novo adotado). Filha biológica. Possui dois irmãos biológicos (uma de 42 e outro de 41 anos), e um irmão adotivo de 32 anos. Seu irmão adotivo chegou aos oito meses de idade.

MARIA: 34 anos, casada, dona de casa, dois filhos. Filha biológica. Maria vem de uma fratria com muitos irmãos (14). Tinha 14 anos quando sua primeira irmã adotiva chegou. Como pertencia a uma classe social menos favorecida economicamente, trabalhava como empregada doméstica no momento da chegada de sua irmã, e foi solicitada pela sua mãe para sair do trabalho para cuidar dela. A irmã a chamava de

mãe. Quando Maria tinha trinta anos, sua família adotou mais uma menina que hoje tem 4 anos. Maria perdeu dois irmãos biológicos antes da adoção das suas duas irmãs.

RAABE: 38 anos, desquitada, professora, três filhos, dois quais um é adotivo. Filha biológica. Possui uma irmã biológica de 39 anos e uma irmã adotiva de 24 anos. Sua irmã biológica mora em outro estado, no Sul do país.

MOISÉS: 25 anos, solteiro, técnico em informática. Filho biológico. Possui uma irmã biológica de 27 anos e um irmão adotivo de 22 anos.

DAVI: 26 anos, solteiro, professor de informática. Filho adotivo. Possui um irmão adotivo de 19 anos. Davi foi adotado por uma mulher solteira. Foi criado pela sua mãe e pelo irmão dela, a quem chama de pai.

RAQUEL: 20 anos, solteira, estudante universitária. Filha biológica. Possui um irmão adotivo de 23 anos. Neste caso temos um exemplo de adoção tardia. Raquel tinha um ano quando seu irmão chegou à família. O irmão de Raquel tinha 4 anos quando foi adotado.

ANA: 19 anos, estudante universitária. Filha biológica. Segunda filha. Possui um irmão biológico mais velho e um irmão adotivo de dois anos.

ISABEL: 36 anos, casada, policial civil. Filha biológica. Possui uma irmã adotiva de 21 anos e três irmãos biológicos, um homem de 42 anos e uma mulher de 38 anos e outro rapaz a quem ela não quis se referir. Hoje sua irmã adotiva mora em outro estado, no Nordeste do país.

Tabela 2- Dados sócio-demográficos dos participantes adultos.

PARTICIPANTE	IDADE	NÚMERO DE IRMÃOS	TIPO DE FRATRIA
RUTE	40 anos	03	B/B*/A
MARIA	34 anos	13	(...)B*/A/A
RAABE	39 anos	02	B/B*/A
MOISÉS	25 anos	02	B/B*/A
RAQUEL	20 anos	01	B/A
ANA	19 anos	02	B/B*/A
DAVI	26 anos	01	A/A
ISABEL	36 anos	04	B/B/B*/A

*Onde o participante se encontra na fratria

OS NOMES DOS PARTICIPANTES FORAM MODIFICADOS PARA GARANTIR O ANONIMATO

4.3 Instrumento:

Foi utilizado um roteiro de entrevistas, composto de dez questões e relacionados aos objetivos da pesquisa, conduzido de forma semidirigida. Também foram preenchidos os dados sócio-demográficos dos participantes (ANEXO I).

4.4. Procedimento de coleta de dados:

Antes de iniciarmos a entrevista foi explicado a cada participante o objetivo da pesquisa e apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO II). Após a leitura e assinatura deste termo, iniciamos a entrevista. No caso das crianças o consentimento foi pedido primeiramente aos pais, que assinaram o termo, mas também pedimos a autorização para a criança participante. Nenhuma criança ou adulto se

recusou a participar da entrevista, mas encontramos em três participantes adultos o receio de expor os números dos documentos pessoais, o que foi respeitado. As entrevistas foram feitas individualmente, gravadas e depois transcritas. Os participantes foram entrevistados em suas casas ou em locais que lhes eram convenientes. O contato foi feito a partir Grupo de Estudo e Apoio a Adoção do Recife- GEAD-RECIFE, intermediado por pessoas de nossa convivência e também por um site de relacionamentos, onde pessoas que fazem parte de comunidades relacionadas à temática da adoção residentes na cidade do Recife e região metropolitana foram contactadas virtualmente e posteriormente entrevistadas pessoalmente.

4.5. Procedimento de Análise de Dados:

O tratamento dos dados foi feito de acordo com os ditames da Análise de Conteúdo, por ser esta, segundo Turato (2003), a técnica mais indicada para as pesquisas qualitativas. Esta forma de tratamento de dados apresenta algumas subdivisões como análise de conteúdo interpretativa (que parte de diversas grades de leitura fixadas *a priori*, e explicita significados escondidos de um texto), e a análise de conteúdos latentes (onde os conteúdos que estão atrás de conteúdos manifestos emergem do inconsciente). Convém lembrar que a Análise de Conteúdo foi organizada por temas (Análise de Conteúdo Temática), que apresenta três etapas: a pré-análise, a exploração do material, a interpretação dos resultados obtidos. Minayo (2007) pontua que a Pré-análise é composta pela leitura flutuante (onde ficamos impregnadas pelo conteúdo pelo fato do exaustivo contato com o material), constituição do corpus (onde o material foi organizado), formulação de hipóteses e objetivos. Na segunda etapa fizemos a Exploração do Material, onde o mesmo foi codificado. Foram feitas recortes

das falas dos participantes e categorizadas em unidades de registro. Por fim, chegamos à terceira etapa, que foi o tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Nesta etapa houve a reunião dos temas e sua posterior interpretação, de acordo com a literatura consultada.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção iremos apresentar e discutir os resultados encontrados começando pelos das crianças e continuando com os dos adultos, de acordo com as categorias levantadas.

5.1 Resultados obtidos com as crianças e adolescentes:

5.1.1. Preparação para a chegada do irmão(a) adotivo(a)

Assim como a gravidez biológica proporciona um tempo para a preparação dos membros da família para a chegada de um novo ente, a gestação emocional permite esse mesmo movimento quando uma família está para receber uma criança através da adoção. Um tempo de planejamento, adaptações e acomodações se faz necessário, pois, segundo Souza (2008), adotar pressupõe acolher o outro com plena disposição emocional e psicológica. Quando uma criança é inserida no sistema familiar, todos os subgrupos desse sistema são afetados. Essa afetação é vivenciada de modos diferentes, tanto no subsistema de quem partiu a demanda da adoção (que geralmente é o parental), como no subsistema fraterno, que irá acolher tanto o desejo dos pais bem como desenvolver um espaço emocional para essa criança por quem terão que exercer o acolhimento necessário. O verbo 'ter' entra em nossa colocação enfaticamente, pois concordamos com Brazelton e Sparrow (2007) quando eles dizem que na preparação para a adoção deve ficar claro que a decisão foi dos pais, mesmo que as crianças 'implorem' por um irmão. A clarificação de que a responsabilidade pela criança adotada é dos pais permite com que a fratria existente ou o filho único, ao passarem pelas desavenças e ressentimentos que são normais surgirem após a fase de entusiasmo, fiquem impossibilitados de voltar atrás na decisão da adoção. Pois, levando em consideração a propriedade da hierarquia defendida pela Teoria Geral de Sistemas, uma

decisão tão séria quanto esta, deve partir do subsistema parental e, após amadurecimento do projeto da adoção. Outra autora que corrobora com a idéia de que é necessária uma preparação é Dias (2006a). Para ela, a preparação deve ir além da que é recebida pelos pais adotantes. Toda a rede de parentesco que irá se relacionar com a criança deve ser preparada, pois novos papéis serão exercidos pelos integrantes do que a autora chamou de sistema ampliado (tios, avós, primos e irmãos), onde certamente os irmãos contribuirão de forma mais intensa para uma situação de adoção bem sucedida.

Muitas vezes a preparação acontece sob forma de diálogos entre os pais e filhos. Os dados de nossa pesquisa mostraram que metade das crianças afirmou que, de alguma maneira, foram preparadas para a chegada do irmão(ã) como testemunham as seguintes falas:

Fui eu mesma que pedi para ter uma irmãzinha pra mainha. Ela só deu a notícia que já tinha conseguido uma menininha e pronto. Eu tinha cinco anos.(...) a gente não foi pro orfanato não (pausa). A gente pegou ela na maternidade depois dela nascer. (Sara)

No começo mainha queria uma menina, só que eu falei assim: - “Mainha, eu quero um irmão.” Desde o começo quem mais queria um irmão era eu, então mainha decidiu adotar outra criança. Mainha sempre me preparou, sempre pediu minhas opiniões para ajeitar as coisinhas dele. Quando ele chegou a pessoa que tava na porta esperando era eu. (Ester)

No entanto, duas crianças afirmaram não terem sido preparadas. Uma não se lembra desse preparo e outra disse que foi comunicada, ou seja, a decisão pela adoção já estava tomada sem que ela participasse da mesma:

Meus pais me avisaram que ela ia chegar num mês. Daí eu fiquei mais feliz com mais um membro na família. Não participei. Não fui ao hospital, no juizado, sei lá...(Lázaro)

Eu não fui preparado. Ele chegou de repente. Eu tava dormindo e ele chegou. Quando acordei, ele já tava lá. Nunca teve nenhum comentário em casa. Não participei da escolha. Eu achei isso mais ou menos. (Jacó)

Muito tem se falado acerca da adoção nos últimos vinte anos, o que contribuiu para que a formação de novas idéias sobre esse modo de formar uma família . Toda mudança se dá lentamente. Certamente que a adoção não é percebida hoje com a mesma carga de preconceitos e estigmas de algum tempo atrás, mas muito se tem ainda a mudar, como, por exemplo, a sensibilização dos pais para a necessidade que a fratria existente tem de se apropriar da decisão deles e da situação que está por vir. A falta de preparação pode contribuir para o desequilíbrio no sistema. E é isso que os testemunhos evidenciados nessa categoria nos mostram: que ainda falta uma maior preparação, por parte dos pais, para a chegada de um filho adotivo.

5.1.2. Reação da família diante da chegada da criança

Nesta categoria abordaremos tanto as reações dos pais (representada pela fala das crianças), como das entrevistadas. Todas as crianças fizeram uma leitura positiva acerca dos sentimentos de seus pais quando da chegada de uma nova criança à família, destacando os sentimentos de alegria e satisfação. As falas a seguir atestam nossa afirmação:

Foi muito legal. Eles 'acolheram ela' dando tudo que ela precisava e uma boa educação também. Foi muito bom... Foi muito bom para todos!.
(Marta)

Meus pais ficaram mais felizes. A casa é grande para três pessoas. Até vovó vai morar lá em casa agora... (Rebeca)

Para meus pais foi uma felicidade muito grande pois meu irmão completou a família. (Ester)

Acreditamos que os sentimentos decorrentes da adoção de uma criança são resultado da realização do desejo do subsistema parental de exercer certos papéis que lhes cabem e que, até o momento de seu acontecimento, não era possível. Quando a adoção é vivenciada como uma possibilidade para semelhante realização, a chegada de uma criança à família faz eclodir, no mínimo, uma satisfação (LEVINZON, 1999). Há também os pais que adotam mais de uma criança, formando uma verdadeira fratria em seu lar:

Eu acho que eles (os pais) sentiram como uma coisa boa. Eu sou adotado, 'D' e 'J'. também são. Acho que meus pais gostam de adotar. (...) 'D', 'J' e eu somos todos iguais... (Jacó)

Independente dos motivos que levam um casal a optar por uma filiação feita pela adoção é importante que haja o desejo comum dos cônjuges na tomada desta decisão. A sincronia do casal é tão essencial que Hamad (2002) nos fala que, em suas entrevistas com os pais postulantes a adoção, ele questiona sobre o projeto da adoção do casal. O autor nos leva a refletir que o casal deve ter uma intenção comum, uma relação de responsabilidade no sentido de um apoiar o outro em tal resolução. É importante que

ocorra um projeto comum, apesar das diferenças existentes nas pessoas que formam um casal. Ainda, parafraseando o referido autor, não se pode descartar o conjunto de fenômenos ou processos mentais de cada um deles em particular. Considerar as diferenças de percepção nesse processo ajuda para que o casal se prepare melhor para a acolhida da criança, conhecendo um ao outro e fortalecendo os vínculos conjugais. Souza (2008) assevera que para que a vinda do filho não interfira na vida conjugal é fator primordial que o casamento esteja sólido e haja uma motivação adequada para a adoção.

Consideramos essa prerrogativa essencial, principalmente quando a infertilidade não é de ambos os cônjuges. Ter um filho é significativamente diferente para um homem e para uma mulher. Ter um filho adotivo quando se pode gerar uma criança pelo fato do seu/sua parceiro(a) não poder fazê-lo, pode ser problemático, mesmo que isto não seja explicitado como uma forma de respeito para com o companheiro/companheira infértil. Costa e Katz (1992) afirmam que, na maioria das vezes, a demanda pela adoção parte do parceiro estéril. Dessa forma, o parceiro fértil pode aderir ao desejo do outro por identificação, culpa, complacência ou pena. Se esse for um projeto individual de um dos cônjuges, as mudanças estruturais que são acarretadas pelo ingresso de uma criança na família poderão trazer uma situação de conflito conjugal. Nos casos em que o desejo da adoção é muito mais forte em um cônjuge que em outro, ou é somente de um deles, esse desejo ser facilmente perceptível pelos filhos já existentes, como se percebe na seguinte fala:

Mainha sempre dizia que queria me dar uma irmãzinha, aí 'painho' ficava calado, olhando... (diz com tom de voz contrariado). E eu ficava calado também. Um dia meu irmão chegou (Samuel).

Costa e Katz (1992) afirmam que a falta de resolução dos conflitos de um casal pode ser o ponto de partida para uma adoção malsucedida. Até então essas reflexões não nos trazem uma realidade diferente em relação à chegada de um filho consangüíneo. Mas nas filiações constituídas pela adoção há algumas particularidades que podem concorrer positivamente para a harmonia do casal. A primeira delas é o fato da mãe estar fisicamente descansada, não precisando se preocupar com o puerpério, e o casal poder continuar a se relacionar sexualmente com tranquilidade (SOUZA, 2008). Schettini (2005) faz outra reflexão a respeito de uma vantagem da filiação por adoção: o fato da biologia privilegiar a aproximação da mãe com seus filhos, em decorrência da gravidez e amamentação, muitas vezes deixa a figura do pai um pouco de fora na parentalidade dos primeiros momentos de vida do filho. No casal com filhos adotivos a ausência da gestação e do parto diminui os obstáculos que dificultam o acesso do pai para com a criança e a posterior participação no cuidado com os filhos. Pais e mães adotivos estão num mesmo patamar na esfera do desvelo, embora se reconheça a ocorrência da simbiose psíquica dos pais para com seu filhos adotivos, especialmente os bebês.

Com relação *aos próprios participantes* a maioria expressou aceitação e felicidade em relação à chegada da criança, porém um deles preferia que a adoção realizada fosse de um menino e não de uma menina.

Gostavam muito. Sabe aquela propaganda do quarto? Pintaram nosso quarto de amarelo. Ainda bem que não foi de rosa. 'S'. ficou com meu guarda-roupa e eu ganhei uma estante nova. Só meu berço que ela não usou porque tinha levado para Joaquinha (prima dele). Achei que podia ser um menino. Gostei dela, mas ela chorava muito por causa do leite. 'Mainha' colocou um "negócio" na boca de E. e ela comia tudo e dormia mais. Ela era feinha ... (risos). (Samuel, fratria A/A)

Nesta fala corroboramos com o pensamento de Brazelton (1994), quando ele fala que no início do relacionamento dos componentes de uma fratria é comum encontrar sentimentos de hostilidade com mais frequência entre irmãos do sexo diferente, ao passo que com irmãos do mesmo sexo há uma maior cooperação, interação amistosa e até mais imitação. Esse comportamento é óbvio. As identificações entre irmãos de mesmo sexo ocorrem mais que entre irmãos de sexo diferente. Nas fratrias constituídas pela adoção, um irmão de mesmo sexo passa a ajudar o adotivo (ou a fratria já existente) a se sentir mais um ente da família pelo simples fato de que estão agradando tanto aos pais que estes optaram por ter mais filho como ele. Além do que um irmão de mesmo sexo pode ser companheiro, um amiguinho para brincadeiras, enquanto que um irmão de sexo diferente, pelo menos na cabeça das crianças menores, jamais fará parte de seu universo de fantasias e brincadeiras.

É comum encontrarmos nos discursos dos pais que já possuem filhos de um sexo, o desejo por outro filho do sexo oposto. Essa verbalização constante pode suscitar nas crianças ou na fratria já existente o medo da chegada desse novo irmão tão esperado. A fantasia de que a criança tão falada possa vir a se tornar a favorita é aterrorizante, logo, é mais fácil desejar um irmão do mesmo sexo, para que as coisas permaneçam mais parecidas possíveis da forma como já estão. Rufo (2003) pontua a importância do Édipo na aceitação do irmão de sexo diferente. Em fratrias onde as crianças são pequenas e que encontramos a diferença de sexos, o irmão mais velho, ao passar pelo complexo edípico e estar fortemente identificado com o pai, não suporta que uma irmã busque a proximidade com esse pai.

A chegada do segundo filho à família é um desafio muito maior que alguns pais admitem. Como dizem Brazelton e Sparrow (2007), ter dois filhos é algo muito diferente do 'ter mais um'. Continua aconselhando que um fator que aumenta o medo

da chegada de um novo irmão à família é o fato do mais novo herdar os pertences do primogênito. As crianças que, compulsoriamente, têm que dividir, além da atenção dos pais e o espaço físico da casa, ter seus 'preciosos' bens confiscados e dirigidos à criança recém-chegada, o que pode vir a atrapalhar a recepção e o desenvolvimento do sentimento de acolhida.

Uma participante demonstrou insatisfação pelo fato do irmão, cuja adoção foi realizada quando ela tinha seis anos e o irmão adotivo cinco, mexer em suas coisas e invadir o seu espaço.

Ele foi morar lá em casa tinha 5 anos, foi estudar na minha escola. Ele não brinca com minhas coisas, mas mexe um pouco. (...) meus pais pediram para eu dar uma força a J. em algumas coisas, Até ele pegar o jeito da casa. Quando eu deixei de ajudar ele num instante pegou. Ele desarruma demais. Agora ele já arruma só. Eu não tenho mais pena, desarrumou, arruma!(Rebeca)

A adoção de crianças maiores apresenta uma repercussão diferente para o sistema fraterno existente, da adoção de uma criança bem pequena. A criança-recém chegada, quando maior, tem toda uma história de vida, até se concretizar a adoção, que não pode ser apagada. Algumas podem ter passado por dificuldades físicas e emocionais e a forma como elas se relacionavam na família de origem ou nos abrigos, certamente, será adaptada ao novo convívio familiar. É importante que os pais permitam um tempo para a acomodação do subsistema fraterno nessa nova realidade, bem como para o novo filho.

Muitas vezes a criança adotada pode ser a mais velha na sua fratria biológica, e, quando inserido na fratria adotiva passa a ocupar outra posição. Assim, a criança terá que reaprender a ser irmão com esta nova conotação. Dias, Fonseca e Silva (2008) afirmam que o desenvolvimento de uma criança em uma instituição é muito

prejudicado, visto que nesses locais a lei é a disciplina extremada e coletiva, apagando assim as diferenças e prejudicando a individualidade. Cientes da realidade enfrentada pela criança adotada, e como relata Andrei (2001, p.93), imersos “no universo sofrido de crianças que já tem um passado no qual algumas lembranças constituem um obstáculo na formação do caráter”, os pais, muitas vezes, solicitam à fratria existente ou a um determinado filho, a tarefa de amparar e cuidar do irmão. É delegado a este irmão o papel de ciceronear a criança e servir de mediador entre este e a realidade da casa. Vargas (2006) ressalta a conotação negativa que tais atitudes parentais podem acarretar na fratria. Como os sentimentos de rivalidade poderão ter espaço numa situação onde o subsistema fraterno tem o dever de cuidador? A ambivalência de sentimentos, que é uma característica comum no subsistema fraterno, acaba tendo que ser sufocada, dando lugar à culpa pelo fato de em certos momentos não gostar ‘daquela’ criança que passou a fazer parte do seu sistema familiar.

Não há quarto de crianças sem conflitos entre seus ocupantes. Os motivos são certamente a rivalidade pelo amor dos pais, pelas posses comuns e pelo espaço vital. No depoimento de Rebeca percebemos que, de certo modo, ela foi co-responsabilizada pela adoção, mas tudo indica que a participante acolheu tão bem o irmão que se permite não se sentir culpada quando ele invade e desarruma seu espaço físico adotando a postura que qualquer irmão teria: sem melindres manda que ele coloque as coisas em ordem. A nosso ver, isto mostra que a aceitação está se confirmando porque dos cuidados iniciais ao arrumar as coisas para o irmão, ela passou a exigir dele que o fizesse, implicando que o vínculo de segurança se estabeleceu.

5.1.3. Tratamento recebido pelo participante antes e após a chegada do irmão

Os pais, independente do vínculo que formou a filiação, possuem um papel de grande importância na formação integral de seus filhos. Através da disposição do doar-se e da capacidade de amar, o aprendizado dentro do lar se dará de forma natural, aprendizado digamos de passagem que consiste numa via de mão dupla. Mas algumas vezes os pais podem se sentir meio perdidos mediante a chegada de mais um filho à família, e o tratamento dispensado ao filho ou a fratria já composta pode sofrer alterações. Souza (2008) e Schettini e Schettini (2006) trazem algumas contribuições sobre a arte de educar filhos adotivos, e destacam que o bom senso é um excelente recurso.

Quando meu irmão chegou o tratamento era normal, assim, fez “mal criação”, ficava de castigo. Reclamava como todos os pais. Quando A. chegou continuou a mesma coisa, só que com carga dupla. O que eu fazia ele fazia junto comigo, então sempre os dois ficavam de castigo (...) Depois que A. chegou o comportamento de painho e mainha foi o mesmo, sabe? E agora a gente já tá maior, mais crescidinho, então a gente já sabe as coisas que tem que fazer, o que pode fazer. Então a gente nem fica mais de castigo. Agora eles estão com o comportamento mais “light”. Eles não colocam mais de castigo o tempo todo, só uns alertazinhos por algumas coisas. (Ester)

A confiança naquela pessoa de origem desconhecida que cresce em nosso seio familiar como nos mostra Dolto (1998), é outro fator que contribui para o bom relacionamento entre os irmãos, principalmente quando a fratria foi constituída de forma mista. Por certo que os limites são estruturantes, mas pais que agem com excesso de autoridade, talvez ainda por causa de preconceitos a cerca da adoção, cobrando, e como diz Souza (2008, p.164), “ameaças, tomada de decisão pelos filhos falta de apoio,

favorece que as crianças cresçam com baixa auto-estima, desorientados e inseguros”. Cada filho tem sua necessidade, nem todos se encontram na mesma fase do desenvolvimento, então tratá-los de modo diferente não é errado. A máxima de que todos os filhos são iguais, além de ser um grande sofisma, é extremamente negativo para a construção da identidade dos integrantes do subsistema fraterno. Cada filho tem seu papel enquanto pessoa na sociedade, e não deve ser diferente dentro do seio familiar.

Normal. Eles me tratavam o mesmo jeito que tinham que me tratar. Eles falavam comigo, me tratavam bem, me davam o que tinha que dar, mas também reclamavam comigo quando eu fazia alguma coisa errada. Continuaram a me tratar do mesmo jeito. Ela, eu... Os três filhos que eles têm. (Marta)

O tratamento entre pais e filhos certamente que mudará com a chegada de um novo irmão. Brazelton e Sparrow (2007) pontuam que a tendência dos pais atuais e seguirem os ditames da sociedade pós-moderna. Estão os pais mais preocupados em satisfazer as necessidades individuais de seus filhos do que valorizar a habilidade de dividir e de aprendizado em conjunto. Mas como pontua Silveira (2002), a chegada de uma nova criança a família obrigatoriamente faz com que os pais desenvolvam a habilidade de multiplicar para em seguida dividir. Multiplicam as atenções e cuidados vezes o número de componentes do sistema fraterno, e seguidamente os dividem. O lado positivo dessa contabilidade é que a fratria já existente terá mais um integrante para quem os pais investirão cobranças. Apesar do desconforto causado pela nova sensação de segmentação das atenções, com a descentralização sobra mais oportunidade para que os irmãos tenham mais liberdade e experimente vivências de independência sem os olhares atentos dos pais voltados unicamente para o seu agir. Foi essa a diferença

sentida por Jacó em relação a forma que seus pais lhe tratavam antes e depois a chegada de seu irmão:

Do mesmo jeito que me tratam hoje (Como?) Assim: mandando estudar, arrumar bagunça, brincavam comigo. Hoje tem menos brincadeira e mais conversa. Hoje surfo com papai em Maracaípe. Acho que agora é melhor que antes. Eles dividem a atenção, não fica tudo em cima de mim. Também brigam com ele, com nós dois, com nós três (risos). (Jacó)

A maioria das crianças afirmou não ter havido mudanças na forma como seus pais lidaram com elas após a chegada do(a) irmão(ã) adotivo (a). Afirmaram ter sido bem tratada pelos pais, desempenhando as mesmas tarefas e atividades comuns em qualquer família. O que de acordo com a literatura é um fator que favorece tanto o bom relacionamento na fratria, bem como se caracteriza um recurso que facilita o sucesso na adoção.

5.1.4. Tratamento dispensado pelo participante ao(à) irmão(ã) adotivo

É natural que ocorram os sentimentos de ciúme e hostilidade quando da chegada de um irmão, independente de ser biológico ou adotivo. Muitas crianças estão apenas descobrindo o que significa ser um irmão. Há a tendência normal da ambivalência entre entusiasmo e comportamentos hostis:

Eu tratei meu irmão com um pouco de ciúmes. Eu tinha cinco anos e ele era um bebê (Jacó).

Dolto (1998) diz que somos seres de linguagem. Logo se assegurarmos à criança que acabou de receber um irmão com uma origem diferente da dela, que ele precisa de acolhimento, e dermos espaço para que o(a) mais velho(a) exponha seus medos e dúvidas, poderemos perceber um melhor manejo nesta ambivalência.

Candessus (2008) defende que quanto mais a fratria existente for preparada para a chegada de um novo irmão, melhores serão as capacidades adaptativas e de acolhimento. A adoção para a autora não é uma garantia de felicidade, nem tampouco de risco eminente. É apenas mais um modo de criar uma família, uma forma que deve também ser considerada natural. Naturalidade. Essa é a chave para que os pais consigam que os filhos já existentes passem pelos momentos de ajustes da melhor forma possível. Impor que de uma hora para outra os irmãos se amem é um grande erro. A fratria é uma forma de relacionamento que se constrói “a partir de raízes horizontais”, e como a própria analogia nos mostra, uma raiz para se desenvolver, demanda tempo (CANDESSUS, 2008, p.146). Continua a autora defendendo que os pais precisam entender que as crianças adotivas têm a necessidade de um tempo interno para se adaptar e entrar na família que as acolheu. Esse movimento é recíproco, no caso da adoção de crianças maiores: o da fratria adotar o novo irmão, como a criança recém chegada adotar a nova fratria o que demanda tempo e envolve conflitos, como nos mostra o testemunho seguinte:

*Eu? Eu ‘tratava ele’ com cuidado também. Eu era pequena, mas ele era mais. Hoje ele cuida e mim na escola. Hoje ele sabe arrumar o quarto e fala inglês...
(Rebeca)*

No caso da adoção de bebês há só o movimento de aceitação por parte das fratrias já compostas, pois os bebês crescem com a idéia de que sempre foram irmãos.

Mas ainda assim há a necessidade de tempo. Como assevera Dias (2006b) “a chegada de um filho (e aqui podemos substituir sem medo de errar, a chegada de um irmão) confere ao evento múltiplos significados, investimentos, expectativas que envolvem todo o sistema ampliado”. Novos papéis surgirão, novas emoções também. O resultado de tanta novidade? Várias formas de tratar a criança recém chegada.

Bem eu só não dormia com ela porque eu tinha aula cedo. Dormia com papai porque ele tinha que trabalhar cedo também. Hoje ela é uma “pirralha” (corrige logo dizendo muito pequena). Ensino a lição dela, mas não tem como a gente brincar. Ela só gosta de Barney. (Samuel)

Nesta categoria dois dados nos chamaram a atenção, quais sejam: as diferenças de sexo e de idade. Assim, as meninas parecem assumir uma postura de cuidado e de mimo em relação à recém-chegada.

Tratava como se fosse uma bonequinha (risos). Cuidava dela demais. Cuidava muito dela. Sempre gostei muito dela desde que ela chegou. (Sara)

No começo eu não desgrudava dele sempre ficava com ele mimando, apertando a bochecha dele (ele era muito gordinho). Sempre ficava com ele, sempre dava carinho, o máximo de atenção que eu poderia dar. (Ester)

Os meninos, por sua vez, demonstraram menor envolvimento, o que não significa que trataram mal à recém-chegada, como demonstra a seguinte fala:

*Eu tratei bem. Com amizade, com carinho... Ela chegou bebezinha.
(Lázaro)*

Quando a diferença de idade é maior, os meninos dispensam atenção e cuidados em relação à recém chegada. Brazelton e Sparrow (2007) mostram que, quando a diferença é maior que três anos e inferior a seis, os irmãos crescem muito próximos e apresentam a tendência a uma proteção mútua, a ponto de um tomar para si o que aconteceu com ou outro:

(...) quando mainha me bota de castigo, ele deixa de sair e fica de castigo comigo também (Ester)

Eu tratava ela muito bem... Protegendo ela, quando percebia que ela tinha medo de alguém, aí não deixava dar susto nela. (Esauí)

5.1.5. Dificuldades apresentadas no relacionamento com a criança adotiva

Diferenças existem em toda forma de relacionamento humano. Nas fratrias, quer sejam constituídas por adoção, quer pela biologia, essa característica não foge a regra. Geralmente nos relacionamos por opção, mas no caso de irmãos pequenos o convívio é a norma. Logo, é normal que encontremos dificuldades no subsistema fraterno. Acreditamos que podemos aqui fazer um paralelo entre os níveis do que chamamos de dificuldade. Na chegada de uma criança neste subsistema é normal que ocorra um período de desequilíbrio para que em seguida novos esquemas comportamentais e afetivos sejam desenvolvidos nesse novo convívio. Isto nos remete as propriedades do sistema denominadas de mudança e adaptabilidade, já referidas no primeiro capítulo. Contudo, se esse período perdurar por muito tempo, podemos certamente afirmar que houve dificuldade na construção da fratria.

Candessus (2008) afirma que a fratria é uma forma de relacionamento que pode durar por toda uma vida e no caso da adoção vínculos afetivos compensam a ausência dos laços consangüíneos com maior facilidade do que na parentalidade. Na parentalidade, como mostram Costa e Katz (1992), encontramos a ferida narcísica por não poder gerar uma criança, a inveja de outros pais férteis, as pressões extra-sistêmicas como as cobranças de familiares e da sociedade em geral.

Não, nunca teve dificuldade, não. A gente sempre se deu bem. Desde o início a gente sempre dividiu o quarto. Primeiro no berço. Até que ela foi pro quarto da minha avó. Mas eu nunca tive problema com L. no meu quarto(...) a gente briga até, mas logo depois ta tudo bem , dividindo até chiclete (Sara, 14 anos, possui uma irmã de 10 anos).

Logicamente que os integrantes do sistema fraterno passam por várias fases do ciclo vital, cada uma com a sua crise peculiar, assim os vínculos frátrios vão amadurecendo e assumindo novas formas vivenciais. As pessoas mudam, e conseqüentemente a forma de relacionar-se com elas mesmas, com o mundo e com os outros também se transforma. Destarte, é importante que percebamos que nas fases críticas do desenvolvimento encontraremos as dificuldades que os sujeitos enfrentariam por causa de seu momento de vida, não se caracterizando para nossa forma de pensar, uma dificuldade. Os primeiros momentos da existência da fratria, a adolescência, e mais tarde na vida adulta outros eventos decisivos do desenvolvimento, podem ser confundidos com uma possível dificuldade nos vínculos fraternos, mas realmente não o são. Podemos testificar nossa observação na fala de Lázaro quando se refere à sua irmã de 11 anos:

Agora temos dificuldades, antes não. Era todo mundo unido. Agora tem mais confusões de leve. A gente briga em casa por causa do computador, e eu brigo com ela quando ela se amostra para meus colegas ou pra painho ou mainha, quando ela não desce com Bidu (o cachorro) ou quando deixa “E.” com mainha sozinha fazendo as coisas... Ela me entrega quando eu arrumo uma namorada. Ela devia arrumar um namorado (risos). Ai eu vou detonar... (Lázaro, 14 anos, possui uma irmã adotiva de 11 anos)

Aqui a dificuldade no relacionamento com a irmã é claramente por causa da fase do ciclo vital em que eles se encontram, a adolescência, que é considerada normal e presente na maior parte das fratrias. Ainda em Candessus (2008) encontramos uma boa alternativa para ajudar a diminuir as dificuldades (ou podemos dizer ajustes?) que porventura venham a surgir nas fratrias constituídas pela adoção. A autora nos designa, enquanto terapeutas ou pais, a estimular o desenvolvimento de raízes horizontais nas crianças que possuem origens diferentes. Dessa forma, quando a fratria já instaurada passar por momento de crises comuns do desenvolvimento, os próprios irmãos tecerão as formas para solucionar as dificuldades surgidas.

No caso das adoções tardias algumas dificuldades são peculiares. As crianças maiores por já possuírem uma história de vida anterior a adoção, podem vir a comparar a família de origem com a nova família em que está inserida. Esse fator se aliado a diferenças entre os biotipos do restante da fratria ou dos pais, a diferenças culturais pode dificultar o relacionamento entre os irmãos (ANDREI, 2001). É o que percebemos na primeira parte da fala de Rebeca, cujo irmão foi adotado aos cinco anos. Próxima a um irmão com quem, apesar dos ciúmes iniciais como mostra a sua fala, falava a mesma língua (literalmente), a rivalidade evoluiu para uma amizade.

No início deu medo, cuidei de todas as minhas coisas (...). Ele era desarrumado. Hoje é uma beleza! (...) já fala inglês (...). Hoje ele tem o mundo dele e eu tenho o meu, só que sempre se encontrando (Rebeca).

Como o outro lado da adoção é a renúncia, e outro lado muito dolorido digamos de passagem, as lembranças desse fato pode vir a ser um forte fator dificultador no relacionamento entre os irmãos, bem como no relacionamento com toda a família. A criança adotada e *a priori* abandonada tem a tendência a se proteger afetivamente nova família assumindo uma postura onde testa a família que a acolheu, adotando comportamentos de falta de limites, como bem ilustra o seguinte comentário: “É provável que a criança exerça seu pior comportamento para tratar seu medo mais profundo: de que ela é má demais para qualquer família aceitá-la.” (BRAZELTON; SPARROW, 2007, p.77).

Nesse tópico percebemos uma característica presente nas fratrias constituídas unicamente por adoção que não foi percebido nas falas dos participantes com fratrias mistas. A fratria unicamente adotiva ajuda os novos membros que passaram pela agonia do abandono, talvez imbuídos de identificação e solidariedade, a serem inseridos na família. Percebemos claramente essa descrição quando Esaú se desvela em cuidados para com a irmãzinha, para que a babá possa com tranquilidade arrumar a casa. Esaú, identificado e solidário com a irmã, prima para que ninguém venha a ter queixas dela:

Meu relacionamento com ela é bom (...) eu acho bom porque sou adotado também (...). Não tenho dificuldades com J. Ela é pequena e eu protejo 'ela'. Dou a chupeta, olho ela para Fátima arrumar a casa. Eu gosto, eu amo J. (Esaú, fratria A/A)

De forma análoga percebemos o testemunho de Ester:

Não houve dificuldades, a gente briga, mas se gosta muito. Quando um 'tá' precisando de ajuda, o outro corre logo pra ajudar. Tem apoio nos momentos difíceis. Ele nunca me coloca pra baixo (Ester, fratria A/A).

As dificuldades estão relacionadas à divisão do espaço físico, brigas (mexer nas coisas, não respeitar a diferença no espaço físico e gostos diferentes), querem participar dos mesmos programas e partilhar as mesmas amizades. Brazelton e Sparrow (2007) falam da importância de cada criança da família ter o seu espaço (físico) particular na casa. Mesmo que a família não tenha condições de dar um quarto a cada filho, eles precisam de um sítio que eles identifiquem como unicamente seu. Pode ser uma cama ou um local onde a criança possa estar em alguns momentos que ela ache necessário ficar sozinha. A diferença de idade e de interesses aliados a norma taxativa da constante convivência pode vir a atrapalhar e sufocar o relacionamento entre irmãos. Desse modo convém aqui lembrarmos que apesar dos vínculos de amor e afetividade que se desenvolvem no subsistema fraterno, ele não deixa de ser um relacionamento formado pela imposição dos pais.

Quando ela era pequena era melhor porque não tinha o 'Barney'. Desde o Natal do ano passado que ela tem o 'Barney' (...) o dinossauro canta o dia todo (...), ela joga no computador o jogo do Barney com aquela música (...), quando ela tá dormindo e bate no lugar que ele canta, a gente acorda no meio da noite. (Samuel)

Um pouco. A gente briga um pouco. Quando era bebê não, mas hoje a gente briga um pouco. Ele mexe nas minhas coisas, mas... (pausa), é bom ter um irmão (Jacó).

Finalizando esta análise, gostaríamos de focalizar alguns pontos que foram mais evidenciados. As fratrias constituídas somente pela adoção apresentaram menos conflitos e mais solidariedade que as fratrias mistas; as meninas, mesmo quando a fratria não é constituída de uma única forma, mostraram-se mais acolhedoras que os garotos. No caso da adoção de crianças maiores, como defende a literatura, a adaptação é mais delicada, mas passada tal fase, a fratria se relaciona como qualquer outra. Em todos os casos ficou nítida a importância dada à preparação do subsistema fraterno para a chegada de um novo irmão, uma vez que comprovamos que nos sistemas familiares em que isto não ocorreu, os conflitos e as disputas, aliados ao ciúme, foram mais constantes, sendo intensificados ou diminuídos pela diferença de idade entre os irmãos.

Passaremos, em seguida, para a análise dos dados obtidos no subgrupo da fratria adulta.

5.2 Resultados obtidos com os adultos

Nesta seção analisaremos e discutiremos como os adultos vivenciaram a experiência da chegada de seu irmão adotivo. Apesar de não ser um estudo longitudinal, pudemos estabelecer algumas comparações entre a análise feita a partir das falas das crianças, bem como observar a mudança no discurso de alguns participantes no que se refere à evolução de suas percepções a respeito da relação fraterna desde a chegada do irmão até os dias atuais. Percebemos nitidamente que o relacionamento fraterno se constrói e toma novas feições de acordo com a fase em que o ciclo vital que o indivíduo se encontra. Uma fratria é geralmente formada na infância (onde é fortalecida), passa por uma série de conflitos na adolescência, na idade adulta passa por um distanciamento, e finalmente na velhice é fortalecida novamente.

Diferente do estudo feito com as crianças, onde as questões abordadas foram vivenciadas há um passado não muito distante, com os adultos, na maioria dos casos na categoria dos adultos lidamos com memórias mais remotas, o que nos leva a crer que obtivemos respostas onde as questões no que se refere a rivalidade, raiva, ciúmes e outros conflitos estejam ou amenizadas e encobertas pelo fato dos investimentos emocionais estarem voltados para fora do sistema familiar de origem, ou realmente resolvidos. O subsistema fraterno adulto, quando não há casos de irmão parental, já passou pelos movimentos de aproximação e distanciamento comuns ao desenvolvimento do ciclo vital, o que endossa as evidências empíricas mostradas por Oliveira (2005).

5.2.1 Preparação para a chegada do(a) irmão(ã) adotivo(a)

Em concordância com os resultados obtidos com as crianças a pesquisa mostrou que metade dos participantes foi preparada para a adoção, e da outra metade, apenas um participante afirmou ser muito criança e não lembrar como foi a chegada de seu irmão adotivo à família. Isto nos leva a afirmar que o trabalho dos profissionais que lidam direta ou indiretamente com a adoção ainda é muito grande no tocante a preparação para a adoção. A preparação da fratria para a chegada de um novo irmão, quer seja ela formada por crianças, adolescentes e até adultos, o que é mais raro, tem um caráter profilático no que se refere à facilitação na construção de novos vínculos. Adaptar-se a uma nova realidade torna-se mais fácil quando temos um conhecimento prévio da mesma. Tabajaski e Chaves (1997) apontam que a preparação da criança que irá ser adotada favorece o sucesso do projeto de adoção. Na categoria de adultos de nossa

pesquisa não trabalhamos com adoção de crianças maiores, mas acreditamos que o sucesso proporcionado pela preparação para a adoção, que tais autoras defendem para as crianças abrigadas, tem igual importância para o subsistema fraterno já constituído. Foi o que nos mostrou as seguintes falas:

(...) eu já sabia que ia ganhar um irmão ou uma irmã, porque mesmo de longe minha mãe ajudou na gravidez dela. Todos lá em casa sabiam que uma criança ia chegar de uma hora pra outra... (Maria)

Não fui preparado não. Foi meio de surpresa. Sei que foi uma idéia da minha mãe, daí aconteceu. Minha mãe adotou meu irmão uns dois anos depois do meu nascimento. Eu não lembro muito de detalhes da chegada dele. (Moisés)

A verbalização ou as atitudes que exprimam a possibilidade do estabelecimento de uma nova relação com uma criança que tem uma origem diferente das pessoas que já fazem parte da fratria assume o caráter de uma introdução simbólica e permite a relação imaginária com o irmão que ainda não chegou. Freud (1908) nos fala do romance familiar para definir o desejo da troca dos pais existentes por pais idealizados pelo imaginário das crianças quando somos frustrados por eles. Dada a complexidade que acompanha as relações dentro de uma fratria, possivelmente as expectativas criadas pelo subsistema dos irmãos não serão correspondidas pelo novo integrante. Logo acreditamos que a participação mais ativa dos irmãos no processo de chegada da criança adotiva, pode dificultar a instalação do que ousamos chamar de *romance familiar horizontal*, ou seja, o desejo de trocar aquele irmão real por um irmão idealizado. Dessa forma os ganhos e as perdas da situação instaurada podem vir a assumir uma roupagem

onde os vínculos fratrios sirvam de alicerce seguro para os demais vínculos no sistema familiar (TABAJAZKI; CHAVES, 1997). Sobre isso encontramos as falas:

Minha mãe conversou comigo perguntando se eu queria um irmão, eu tinha uns quatro anos. Depois de um tempo meu irmão estava lá em casa. São sete anos de diferença. Eu sabia que era adotado, e sabia que quem viesse também seria. Quando ele estava perto de chegar, saímos juntos para comprar as coisas. Conversamos pouco sobre o caso, agimos mais juntos com os preparativos. Considero isso uma boa preparação. Não fica só na palavra, fica na atitude sabe? (Davi)

Como sempre gostei muito de crianças, em especial bebês, sempre fui louca pra ter um irmãozinho. Queria um menino, pois já tenho uma irmã mais velha. Então foi maravilhoso. Como a maioria das decisões tomadas na minha família, esta só foi decidida com aprovação de todos. Foram levantados prós e contras. Eu levantei alguns, mas os prós sempre excediam os contras. (Ana)

Fui preparada por antecedência por minha mãe que tinha muita vontade de me dar uma irmã. Ela conversava muito comigo e com minha irmã mais velha. Quando a gente conversava sobre a nossa irmã, sempre falávamos de uma menina. Demorou muito para encontrar. Já estávamos ansiosos. (Raabe)

5.2.2 Reação da família nuclear diante da chegada da criança

Em consonância com as respostas das crianças, todos os adultos entrevistados afirmaram que a reação da família nuclear (incluindo eles próprios) foi positiva. Ainda que em certas falas alguns participantes tenham considerado que a chegada de um novo irmão à família gerou a necessidade de uma reorganização nos papéis até então

desempenhados por cada integrante do sistema familiar. Como sustenta a Teoria Geral de Sistemas, um evento como este acarreta no desequilíbrio do sistema familiar como um todo, e também em cada um de seus integrantes. Tal desequilíbrio é facilmente perceptível nos conflitos que surgem decorrentes da redistribuição das tarefas (PEREIRA; PICCININI, 2007). Sobre isto nos aponta a seguinte participante:

Lá em casa os meus pais adoraram. Começaram tudo de novo. Foi uma nova experiência pra todo mundo. Pra mim já foi um pouco difícil. 'F' era muito novo, muito bebê. Tinha muita confusão entre mim e 'C' (irmão mais velho) para ver quem cuidava dele. Com o tempo as coisas foram se normalizando. (Rute)

Os mesmos autores asseveram que desde a gravidez as mudanças nos relacionamentos entre o subsistema parental e o fraterno começam a ocorrer, quando a família começa a se reorganizar, antecipadamente em busca de um novo equilíbrio.

Considerando a filiação por adoção, completamos que o relacionamento e a reorganização começam a se dar desde a época em que são iniciadas as conjecturas da adoção, ficando mais intenso com a entrada legal no processo, quando não nos casos de adoção a brasileira. Outra participante disse:

Essa criança foi ansiosamente esperada desde que eu nasci e minha mãe ficou sem poder engravidar. Como ela era a concretização de um sonho, nós reagimos muito bem, tanto eu quanto minha outra irmã. (...) Todo mundo queria ela no colo, era uma guerra. Ela não foi um bebê muito tranquilo, tinha refluxo, daí a gente se revesar com ela sempre no colo. Ela ficou um denego só (risos). (Raabe)

Meus pais ficaram muito alegres, eu já tinha 15 anos. Era um bebê dentro de casa. (...) Ela era uma prenda... Uma bonequinha. Penteá-la, cuidar dela foi tão bom... Todos nós ficamos muito felizes. (Isabel)

Nestes casos, onde há uma considerável diferença de idade entre a criança adotada e a fratria já constituída. Percebemos aqui uma particularidade que não foi detectada na seção anterior, referente às crianças: a fratria assume o papel parental. Autores como Rufo (2003), Brito (2002), Brazelton e Sparrow (2007), Costa (2006), Oliveira (2005) nos trazem a terminologia irmão parental. Em situações deste tipo as fronteiras ficam difusas, mas Pereira e Piccinini (2007) defendem que os subsistemas e seus papéis devem estar preservados para a possível diminuição de conflitos que podem dificultar o sucesso da formação de um subsistema fraterno, onde devem existir sentimentos apropriados que configuram os ‘irmãos’. Estes conflitos foram denominados por Goldsmid e Féres-Carneiro (2007) como intrageracionais. Esta confusão de papéis pode interferir na construção do vínculo fraterno, pois o partilhar o mesmo laço consangüíneo numa família não define o relacionamento fraterno. “O que permite que os irmãos sejam identificados e assim se sintam é uma construção psíquica” (GOLDSMID; FÉRES-CARNEIRO, 2007). Completaríamos que precisa *a priori* estar embasada em papéis definidos. Irmãos com uma grande diferença de idade podem se sentir e se perceber realmente mais pais que irmãos. Na situação da adoção essa prerrogativa se faz mais importante, pois não houve a gestação biológica da criança que foi inserida no sistema familiar e que, de certa forma, coloca limites e define fronteiras.

Em contrapartida, foi percebido também que quando a adoção é feita com o subsistema fraterno ainda criança, a construção da fratria formada por adoção acontece

da mesma forma que acontece com uma biológica. Tanto o subsistema fraterno já existente, quanto a criança que foi inserida neste convívio, crescem tomando conhecimento juntos da forma como se deu a adoção na família. Eles dividem conteúdos comuns e os vínculos podem ser estabelecidos de forma menos difusa e mais igualitária

(...) só sei o que me contaram. Pais, avós, tios, primos... (Raquel)

(...) eu não lembro muito da gente pequeno. Eu já tinha uma irmã mais velha. Ele é o mais novo. Lembro que a gente se dava bem... (Moisés)

5.2.3 Tratamento recebido pelo participante antes e após a chegada do(a) irmão(ã)

Neste tópico se faz necessário pontuar as diferenças encontradas entre os participantes que tiveram a fratria inaugurada com a chegada do irmão adotivo e os que já faziam parte de um subsistema fraterno.

A chegada de uma segunda criança no sistema familiar transforma o filho em irmão mais velho. König (1995) mostra que as expectativas dos pais variam para cada filho de acordo com a ordem de nascimento e, no caso da adoção elas sofrem influência da ordem de chegada à família. Logo irmãos mais velhos receberão cobranças diferentes e às vezes mais intensas, pois são os primeiros depositários das expectativas parentais. Também constituem o laboratório, pois é com eles que os casais assumem o papel de pais. Todo o sistema familiar passará por um período de adequação em que pais e filhos aprenderão a dividir. Para o primogênito será necessário desenvolver a competência de compartilhar e, para o subsistema parental, a competência de distribuir o mesmo tempo entre dois filhos. Neste momento, Pereira e Piccinini (2007) afirmam que a qualidade cede lugar à quantidade. As formas como pais e primogênito se relacionam nesse

período de transição, pode garantir a adaptação ou não do mais velho ao mais novo. A seguir temos duas falas que ilustram esta dimensão:

As coisas não mudaram muito pro meu lado. Continuei no mesmo colégio, fazendo as mesmas coisas, me sentindo amado do mesmo jeito. Só que agora eu era um irmão mais velho... (Davi)

Como eu era pequena não lembro, mas acredito que devem ter me tratado bem. Eu era um bebê também, precisava tanto de cuidados como ele. (...) Hoje meus pais (mais meu pai) deixam muito a desejar (...) o melhor curso é dele, a melhor regalia é a dele... (Raquel)

Nas adoções onde já existe uma fratria constituída, percebemos que a aceitação e o acolhimento do irmão que acabara de chegar, se processou de maneira mais fácil, talvez pelo fato de já terem passado pela situação de ‘se tornar irmão’. Ainda em Pereira e Piccinini (2007), e também em Oliveira (2005), encontramos afirmações que nos dão respaldo para fazermos um paralelo com nossos achados. Os primeiros autores afirmam que quando da chegada de uma nova criança, é comum a mãe ficar mais ligada à mesma. Pelas questões de organização e divisão que já citamos anteriormente, que a relação entre o pai e a fratria pode ser intensificada. Mas, ainda assim, de acordo com a segunda autora, o subsistema fraterno passa a sentir um vácuo parental, e podem intensificar as relações entre eles. Falas ilustram esta temática:

Assim que ela chegou não mudou nada. Depois de algum tempo ela passou a receber mais atenção, lógico era um bebê! Hoje eu sou mãe e entendo, mas na época não gostava muito não... Eu já tinha perdido minha mãe, e depois meu pai. Se não fosse meus irmãos... Mas hoje passou. Sou mais irmã dela que dos outros (...) (Isabel)

Eu deixei de ser a caçulinha da família. Sempre me trataram com respeito, amor e atenção. A atenção, porém diminuiu, pois um bebê precisa de mais cuidados do um adulto como eu. (Ana)

Apenas um participante percebeu como negativa a chegada do irmão adotivo a família, alegando ter perdido o espaço e as atenções que recebia antes dele, o que comprova que a qualidade na relação entre pais e a fratria é diretamente proporcional à aceitação do novo irmão:

Antes eu era bem paparicado mesmo. Minha mãe é mais chegada a ele do que a nós dois. Meu pai gosta da gente sem separar, sem distinguir (Moisés).

Todos os demais vivenciaram o evento de forma positiva, ainda que dois deles tenham explicitado as mudanças sentidas na vida da família e no relacionamento com os pais após a chegada do irmão adotivo.

Meus pais estavam mais felizes e tratou todos nós melhor. Eu saí de meu emprego para cuidar dela. Eu tinha 13 anos. Minha mãe trabalhava e meus irmãos também. Eu fiquei com a 'L.'. A tristeza da casa diminuiu, mas as minhas responsabilidades aumentaram. Lá em casa os mais velhos cuidavam dos mais novos. A responsabilidade era dividida assim, o pai e a mãe tinham que tinha que 'tá no roçado' e a gente que se virava... (Maria).

Acredito que o sentimento deles pra mim não mudou com a chegada de 'F'. A gente continuou recebendo amor e limites. O que mudou de verdade foi que a gente ficou mais preso, pois com um bebê não se passeia tanto nem pros mesmos lugares que se passeia com filhos maiores. (Rute)

Aqui poderemos fazer um paralelo com as respostas dos participantes crianças e adolescentes em que os irmãos mais velhos desenvolveram sentimentos de cuidado para com os recém-chegados. O sentimento de ciúme foi mais explicitado entre as crianças e os adolescentes, o que corrobora com as pesquisas já desenvolvidas, quando estas defendem que o auge da competição fraterna se dá na adolescência. Na vida adulta, ou tais questões já foram resolvidas, ou a energia desprendida para elas foi canalizada para as novas áreas da vida dos irmãos, como casamento, vida profissional e filhos. Outro ponto que merece relevância foi a percepção do dinamismo das relações no sistema familiar. O relacionamento entre irmãos evolui e se transforma de acordo com a fase do ciclo vital, e o mesmo ocorre entre os pais e a fratria. O tratamento dos pais para com o subsistema fraterno se torna mais igualitário, já que a maioria dos filhos se encontra aproximadamente na mesma fase de desenvolvimento. Em relação à identificação, entre as crianças se mostraram mais fortes entre os irmãos do mesmo sexo, já nos irmãos adultos esse fator não se mostrou relevante.

5.2.4 Tratamento dispensado pelo participante ao(à) irmão(ã) adotivo(a)

A maioria dos irmãos rememorou a experiência da chegada de seu irmão adotivo com um ar de alegria, facilmente perceptível nas expressões faciais e nas verbalizações:

Ela era uma prenda... Uma bonequinha... Penteá-la, brincar com ela foi tão bom (...). Hoje em dia por causa disso penso em adotar uma criança. Já tenho dois filhos, mas penso em adotar (...) (Isabel)

Todo mundo queria ela no colo, era uma guerra (...). Ela ficou um denego só! (Raabe)

Mas, se há um fenômeno que permeia a fratria desde antes mesmo da chegada do irmão, é o da ambivalência de sentimentos. Este modelo vincular é perpassado por inveja, ciúme, rivalidade e até cumplicidade, companheirismo e solidariedade como afirmou Perez (2002). O esperado, contudo, é que os sentimentos entre irmãos evoluam para um estágio de ajuda mútua e de cooperação, pois mesmo com estas competências, Freud (1913) nos mostra que inveja e ciúme sempre existirão nas fratrias. Em acordo com o que falamos sobre ambivalência, ressaltamos o seguinte depoimento:

Não vou negar, senti ciúmes sim! Mas encarei numa boa. Como irmão mais velho pensava na importância de ter outro menor que eu em casa. A convivência com ele é boa, mas podia ser melhor. Ele é de um jeito eu sou de outro, mas a gente sempre quer o melhor para um irmão, não é verdade? Muitas vezes eu não passo isso da melhor forma, mas ele entende. A convivência apesar de não ser muito fácil eu gosto dele 'pô', é meu irmão! (risos) (Davi)

Goldsmid e Féres-Carneiro (2007), fazendo uma alusão à obra kleiniana, afirmam que dividir os mesmos valores pessoais, ter uma relação de complementaridade em seus papéis, e certa intimidade, ajuda no estabelecimento de relações fraternas 'suficientemente boas'. Acreditamos que na vida adulta, dividir ideais e valores são o diferencial na constância do convívio. Com o avançar da idade ou a morte do sistema parental, a obrigatoriedade da convivência entre os irmãos perde o sentido, e é a identificação que fará o papel de agregador dos irmãos e estimulador da convivência:

Somos muito diferentes. Nosso relacionamento é sem conflitos, morno, sem aquele amor de irmão (Raquel).

A ausência de compromisso vincular, segundo Pichon-Rivière (1986), gera indiferença. Quando encontramos um nível grande de apatia entre os irmãos, poderemos estar vivenciando uma patologia. Os modelos vinculares comuns na relação entre irmãos precisam existir. Defini-lo como morno e sem conflitos, certamente é um indicativo de que nesta relação há o laço fraterno, que segundo Goldsmid e Feres-Carneiro (2007) é definido pelo partilhar o mesmo laço de filiação, mas não houve sucesso na construção psíquica comum, ou seja, o vínculo. Se associarmos a tal dificuldade a situação da adoção, provavelmente encontraremos a probabilidade um tanto maior de insucesso na construção de vínculos, visto que nem a origem dos irmãos é comum.

James, Monn, Palinkas e Leslie (2008) asseveram que os pais podem ter grande efeito na interação dos filhos, como, por exemplo, não encorajando o contato e a aproximação entre os irmãos. Continuam afirmando que muito da forma do relacionar-se entre os irmãos são na verdade modelos da forma como a família se relaciona, pois na maioria dos casos é o subsistema parental que passa a visão do que venha a ser uma fratria para seus filhos, através de palavras ou atitudes (muitas vezes esta visão é uma re-edição da vivência deles enquanto irmãos). Predileções claras ou camufladas, o estímulo das disputas e os espaços subjetivos e físicos mal divididos podem prejudicar o desenvolvimento da habilidade de estabelecer e manter o relacionamento fraterno. Acreditamos que nos casos dos irmãos adotivos o contato não deve ser imposto, e segundo os mesmos autores, é importante que seja flexível, para que haja a acomodação dos diferentes sentimentos e tipos de relacionamentos entre os irmãos. A seguinte uma

participante ilustra o que também foi encontrado na pesquisa desenvolvida pelos autores acima citados:

No início foi confuso porque eu era uma mocinha, tudo é uma adaptação. Eu tive mais cuidado quando adotei meu segundo filho. Falava muito com o mais velho a respeito do irmão que ia chegar. Ele guardava as coisas que não davam nele para o irmão. Assim, quando meu filho mais novo chegou, o irmão já estava acostumado com a idéia. Mas, no mais a minha experiência como irmã adotiva deixou mais impressões boas do que ruins, 'F' trouxe mais amor pra casa, mais compreensão, pois a gente teve que aprender a superar novos problemas (...) (Rute)

5.2.5 Dificuldades apresentadas no relacionamento com o(a) irmão(ã) adotivo(a)

Irmão é uma denominação que nos acompanha por toda vida, como são vitalícios também os títulos de pai e de filho. Não existe 'ex' para tais categorias. Logo, dificuldades no relacionamento nestes três subsistemas podem perdurar por muito tempo, e inclusive transmitidas de uma geração para outra. Mas, irmãos companheiros conseguem manter a proximidade mesmo quando a vida os guia por caminhos diferentes. Articulando essa temática com a adoção, Raspantinni e Escrivão (2003) afirmam que a adoção se fundamenta na premissa de que a integração da criança a nova família possibilita a construção (ou reconstrução em casos de adoção de crianças maiores) da identidade, a partir de um relacionamento satisfatório com o subsistema parental. Como defendemos no decorrer de nosso trabalho, o subsistema fraterno também não fica aquém no grau de importância para o sucesso de uma adoção. Quando os autores se referem a satisfatórios, acreditamos não descartam a possibilidade das dificuldades ocasionadas pelas disputas pelo amor e atenção dos pais que são geradores

de conflitos. Baseada nas respostas obtidas, afirmamos que quando as dificuldades entre os irmãos não são solucionadas na infância, estas assumem uma postura camuflada na fase adulta, podendo gerar distanciamento e conflitos maiores:

Não sei se gostava dele não. Ficava com ciúme. Quando a gente era pequeno eu fazia as coisas e colocava a culpa nele. Ele meio que tirou meu lugar (...). Hoje a gente se fala, mas não somos muito amigos. Minha mãe o protege demais. Achamos (ele e a irmã biológica) que ele tem problemas com drogas. Ele não liga muito pra o que a gente fala não. Minha irmã já deixou de mão, eu vou fazer isso também. (Moisés)

Tivemos algumas dificuldades. Um grave problema eu diria. No começo, quando ela começou a namorar, ela tinha ciúmes do namorado dela comigo, porque eu era a única solteira em casa. Daí eu comecei a conversar com eles e ela foi entendendo. Não queria que ela engravidasse como foi comigo, por isso eu tinha uma postura meio sogra do marido dela mesmo, enquanto eles eram namorados. Hoje, meu cunhado, que já é marido dela, e a gente, achar tudo aquilo engraçado, ainda percebo que ela tem ciúmes. A gente ficou meio assim... (acena com a mão demonstrando 'mais ou menos'). (Maria)

Esses conflitos podem ser manifestados sob a forma de alianças, um modelo relacional que pode esconder rivalidades. Segundo Oliveira (2005) os irmãos tendem a se organizar em pares emocionalmente significativos. A identificação não é a mesma para com todos os irmãos, e isso nada tem de patológico. Mas as alianças podem evoluir para as coalizões, e prejudicar a aproximação entre uns e estimular conflitos entre outros, caracterizando uma dificuldade entre irmãos. Como observamos no grupo das crianças, percebemos algumas alianças. Na fala do participante a seguir fica clara a união dos irmãos biológicos e a exclusão do adotivo:

(...) como minha mãe protege sempre ele, eu e minha irmã tivemos que nos proteger... (Moisés)

Mas também há a união entre os biológicos e os adotivos:

Apesar de muito mimo ela é uma pessoa ajuizada. Sempre deu muito gosto. Já é formada. Ela é mais próxima a mim do que minha irmã biológica, que é uma pessoa difícil. Mora em outro estado e é meio alheia. Eu contei muito com a ajuda da mais nova pra cuidar de minha mãe. Ficamos juntas até nossa mãe morrer. Já minha irmã mais velha, como eu disse, não se envolvia muito (Raabe)

Não encontramos na literatura outros subsídios para explicar que fatores interferem e como se formam estas alianças. Mas, acreditamos que a forma como os pais tratam o subsistema fraterno pode ter grande peso nestas formações, o que sugere a necessidade de mais pesquisas acerca dos motivos que levam e quais as repercussões das alianças nas fratrias constituídas por adoção.

Na idade adulta a vida profissional e as atividades familiares podem deixar os irmãos mais distantes. Mas Goldsmid e Féres-Carneiro (2007) afirmam que quando a dinâmica da família de origem estimulou a cooperação e a solidariedade, o distanciamento entre irmãos adultos tende a ser menor, não caracterizando um fator dificultador do relacionamento, mesmo quando ocorre distanciamento geográfico e pouco tempo de interação contínua (OLIVEIRA, 2005). Percebemos que as fratrias constituídas por adoção obedecem ao mesmo movimento, como nos mostra a seguinte participante:

Hoje ela tem 21 anos, mora em Natal e já está trabalhando. Hoje eu me dou muito bem com ela. Melhor até que com meus irmãos biológicos. O mais velho mora em Natal, mas quase nunca eu o vejo, o mais novo 'deu pro mundo', usa drogas, olha, é um trabalho! Minha outra irmã já é avó e está envolvida com seus dois empregos, filhos e netos. Só com minha irmã adotiva é que tenho mais contato (que ironia não é?). 'Tá' vendo, isso mostra que o sangue é só um detalhe. . .(Isabel)

Em todos os casos, independente da constituição da fratria, se adotivo-biológica ou adotivo-adotiva, percebemos o apego como fator presente na construção de vínculos afetivos. Em todas as falas a ausência da consangüinidade não se mostrou como um fator que poderia vir a dificultar a relação entre os irmãos. Os maiores empecilhos se relacionaram ao entorno social, e não à biologia. Dois dos participantes, além de terem vivenciado e vivenciarem a adoção como irmãos, vivenciam-na hoje sob a forma de pais, o que mostra quão positiva foram suas experiências como irmãos por adoção.

Como defende Bowlby (1997), vínculos afetivos são formados via relacionamentos, e acrescentamos que o vínculo fraterno, quer os irmãos sejam consangüíneos ou não, não é exceção. O vínculo de apego seria a melhor forma de relacionamento entre os irmãos, pois um serviria de base segura para o outro, numa interação que contempla ambivalência e complementaridade (características comuns na fratria). Oliveira (2005) mostrou em sua pesquisa que o padrão de apego demonstrado na vida adulta é a evolução do modelo de apego que ficou internalizado e que foi vivenciado na infância. Foi o que percebemos nos participantes:

Temos pontos de vistas diferentes em relação ao gosto musical. Temos vários atritos em relação à música, às companhias dele e a educação de casa. É como se ele fosse mais mimado, mais super protegido, inclusive por mim. Ele é um cara inteligente, só não aproveita isso. É um cara verdadeiro e único. A minha dificuldade com ele é única: o fato de cobrar

dele a forma como fui criado. Enquanto eu com 16 anos só ficava com livro na cara estudando, ele vive em 'Lan House', com os amigos da rua, mexendo em 'Orkut', essas coisas tolas. Ele fica ocupando o espaço que deveria usar para outras coisas importantes. É isso! Eu fico assim, irritado porque eu quero o melhor pra ele. Não vamos ter nossos pais à vida inteira. (Davi)

F' é meio irresponsável, mas acho que foi mimo em excesso. Hoje eu não me meto mais entre ele e mainha. Quando eu era solteira, se ele ficasse na dele eu ficava na minha, mas se ele aperreava mainha eu entrava. 'F' me respeita e me ouve. Comigo, entre eu e ele não tem diferença de tratamento. Trato os meus dois irmãos da mesma forma. Hoje cada um vive sua vida sem problemas. As dificuldades como eu já disse foram na adaptação por causa da diferença de idade e por causa das atenções que foram voltadas pra ele. Mas depois a gente se acostuma. Ciúme é coisa de irmão mesmo, hoje que sou mãe já sei. (Rute)

Outro aspecto bem ressaltado em várias falas foi o excesso de mimo e surperproteção dos pais para com seus filhos adotivos. Sabemos que as frustrações são estruturantes para o desenvolvimento psíquico saudável, e a ausência desta acarreta em prejuízos na maturação da criança, quer seja adotiva ou não. Nos filhos adotivos tal comportamento talvez esteja ligado a pena que os pais sentem do passado da criança, o que reforça a necessidade de um trabalho de orientação às famílias que vivenciam ou estão prestes a postular uma adoção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No nosso trabalho fizemos uma reflexão sobre como o relacionamento fraterno passou a ter destaque na contemporaneidade. A pequena cartografia apresentada mostrou como o vácuo parental foi preenchido pelos vínculos entre os irmãos, e vimos também que eles são alicerçados muito mais no afeto do que na biologia. Ao caminharmos de mãos dadas com a Teoria Sistêmica, aprendemos a ser otimistas quando pensamos ‘família’, dada a capacidade de adaptação às mudanças que o sistema contempla. Numa contracorrente aos discursos pessimistas, que pregam que o sistema familiar está fadado ao fracasso, aprendemos a pensar em possibilidades. Vimos que a força dos vínculos fraternos, na verdade, é um movimento de busca para se encontrar saídas na reorganização da subjetividade da família atual.

O interesse pelos temas adoção e fratria nos levaram à consecução desta pesquisa. Assim, foram participantes da pesquisa 16 irmãos mais velhos que presenciaram a chegada de um adotivo na família, os quais foram entrevistados. Na tentativa de estudar a relação fraterna em famílias somente adotivas e em famílias biológico-adotivas, tentamos compreender especificamente os seguintes aspectos:

1) A *adaptação* do irmão mais próximo ao filho adotivo diante da chegada deste. Os resultados mostraram que para certos entrevistados houve certa desorganização inicial, mas conseguiram manejar com sucesso a polaridade dos sentimentos neste momento e nos subsequentes. Aqui gostaríamos de deixar clara nossa preocupação. Não podemos confundir preparação dos irmãos para a adoção com o simples comunicado da chegada de uma nova criança à família. Quando os irmãos vivenciaram mais intensamente os preparativos para a chegada do(a) irmão(ã), a adaptação se deu de forma mais fácil e rápida.

2) Em relação às possíveis *diferenças existentes nos casos de adoção precoce e tardia* (ou de crianças maiores, para usarmos a nomenclatura vigente), bem como o tipo de adoção (biológico-adotiva ou adotiva-adotiva), a fratria existente assume papel crucial no acolhimento e na inserção da nova criança no sistema familiar. A forma de constituição da fratria pode acarretar algumas particularidades, como as alianças/coalizões ou a superproteção do irmão adotado. Defendemos aqui a necessidade do diálogo franco e aberto a respeito das diferenças. A adoção precisa ter sido verbalizada para que a fratria tenha conhecimento do evento. As relações entre irmãos que foram adotados precocemente e entre os adotados maiores diferem. No primeiro caso, os irmãos crescem juntos, dividem vivências comuns desde a mais tenra idade. Já no caso da tardia, as lembranças anteriores à adoção ainda estão vivas. Há uma nova significação das relações, mas esquecer o que já foi vivido é impossível. O tato e a compreensão por parte dos pais são fundamentais. Respeitar o tempo, tanto do que chega à família, como dos que nela já estavam inseridos, é fundamental. Isto vai permitir um entrosamento mais adequado, na fratria, sem a necessidade de possíveis imposições do subsistema parental.

3) Quanto aos *sentimentos vivenciados*, pudemos observar que são diretamente influenciados pela fase do ciclo vital em que a fratria se encontra. Na infância e na adolescência ocorrem o estabelecimento da fratria e o apogeu dos conflitos respectivamente. Na vida adulta, observamos uma relação marcada por amizade e cooperação, apesar do distanciamento imposto pela necessidade de formação da própria família e consolidação de uma carreira. Nos momentos de dificuldades, porém, a união prevalece. Isto nos casos em que os sentimentos evoluíram da rivalidade para a cooperação.

4) As diferenças relacionadas à *idade dos irmãos* assumem diferentes óticas, sendo todas amenizadas na vida adulta. As disputas pela liderança começam a se dar a partir do terceiro ou quarto ano do irmão mais novo, quando este começa a entender que a diferença promove também a diferença de tratamento por parte do subsistema parental. O fato de todos os irmãos não entrarem na adolescência simultaneamente, salienta conflitos, mas quando todos estão compartilhando as mudanças comuns desta fase, a luta pelo espaço e as preferências assumem grandes proporções. Quando a diferença de idade é pequena, a identificação é maior, mas quando a diferença de idade ultrapassa seis, sete anos, encontramos grande possibilidade de parentalização no relacionamento entre irmãos.

Apesar da difusão de idéias que pregam uma nova cultura da adoção, em que a necessidade da criança deve ser levada em consideração, ainda presenciamos, em alguns casos, que uma das maiores motivações para essa atitude é um misto de caridade e satisfação de necessidades pessoais por parte dos adotantes. O resultado de tais atitudes gera uma postura irreal por parte dos pais, os quais assumem o discurso da igualdade na constituição deste relacionamento. Como dissemos anteriormente, não existe nada mais desigual do que tratar todos os componentes de uma fratria de forma igual. As particularidades de cada integrante devem ser levadas em consideração.

Dada a complexidade de ambos os temas, adoção e fratria, seria uma grande pretensão achar que esgotamos as possibilidades de pesquisa sobre eles. Consideramos que foi possível apenas fazer um mapeamento inicial sobre a questão, mas que, certamente, novas investigações se fazem necessárias.

À proporção que fazíamos nossa revisão de literatura e, especialmente, a análise das falas dos participantes, surgiam novos questionamentos que os estudiosos da adoção e da fratria até agora não puderam articular. Como focamos nosso interesse na

percepção do irmão mais próximo à criança adotada, outros aspectos, não menos importantes, foram preteridos. Alguns pontos merecem mais atenção e podem ser considerados em pesquisas futuras: um estudo comparativo entre as percepções de cada membro da fratria, inclusive daquele a quem os participantes se referiram; a visão dos pais e da família extensa acerca do relacionamento fraterno; a perspectiva da fratria idosa; um estudo mais profundo sobre a hierarquia, especialmente na adoção tardia.

Acreditamos ter contribuído para a *Clínica da Família* e para os *Grupos de Apoio à Adoção*, principalmente a partir da tentativa de sensibilizar os profissionais e as famílias para a importância do subsistema fraterno no sucesso da adoção. Fala-se mais a respeito da preparação de pais e da família extensa, e é como se os irmãos entrassem por tabela nesta questão. A verdade é que uma atenção especial também deve ser dada à fratria, pois ela se deparará com preconceitos e mitos ainda bastante arraigados na sociedade, o que pode facilitar ou dificultar o sucesso da adoção se não forem bem manejados. Na *terapia com crianças adotivas*, é necessário que os profissionais fiquem atentos para a influência da fratria nas possíveis dificuldades apresentadas por elas, tirando o foco apenas sobre os pais ou a própria criança. Na *terapia com casal* pontuamos que os conflitos fraternos mal sanados podem ocasionar dificuldades no relacionamento conjugal, pois acabamos por transferir para a conjugalidade tais conflitos. Outro ponto de relevância é a ordem de nascimento e as atribuições e papéis diferenciados que ela acarreta para cada irmão. Cônjuges com localizações diferentes na ordem de nascimento tendem a ter mais complementaridade do que os que ocupam o mesmo lugar, visto que, provavelmente, esperam repetir os mesmos comportamentos que tinham na fratria. Em relação às fratrias compostas por ambos os sexos, podemos afirmar que os cônjuges, possivelmente, têm maior intimidade com o universo subjetivo de seus companheiros, pois cresceram num ambiente onde tais diferenças

eram constantes e comuns, ocasionando uma maior flexibilidade e adequação na forma de se relacionar do que a percebida entre os casais oriundos de fratrias formadas por um único sexo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUN, J.G. Contextualização dos atendimentos de famílias e redes sociais. In: VASCONCELOS, M.J.; COELHO, S.V. Atendimento Sistêmico de famílias e redes Sociais. Belo Horizonte: Oficina de Arte e Prosa, 2005, p 11-69.
- ANDREI, E. Reflexões sobre a adoção tardia In: FREIRE, F.(org). Abandono e adoção: contribuições para uma cultura da adoção III. Curitiba: Associação Brasileira Terra dos Homens, 2001, p 91-98.
- AYMARD, A. O Oriente e a Grécia antiga: o homem no oriente próximo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BARROS, H. Casal gay não pode mais adotar. In: Diário de Pernambuco. 21/08/2008
- BAUMAN, Z. Vida líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2007.
- BOWLBY, J. Apego: a natureza do vínculo. Vol. I. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- BOWLBY, J. Formação e rompimento dos laços afetivos. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BRADT, J. Tornando-se pais: famílias com filhos pequenos. In: CARTER, B.: MCGOLDRICK, M. As mudanças no ciclo de vida familiar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995, p 206-222.
- BRASIL, Ministério do Planejamento. Síntese dos Indicadores Sociais. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Brasília, 2007.
- BRAZELTON, T. B. Momentos decisivos do desenvolvimento infantil. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- BRAZELTON, B.; SPARROW, J. Entendendo a rivalidade entre os irmãos. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- BRITTO N. Rivalidade fraterna: ódio e ciúme entre os irmãos. São Paulo: Ágora, 2002.
- BUCHER, J. O casal e a família sob novas formas de interação. In: FÉRES-CARNEIRO, T. Casal e família, entre a tradição e a transformação. Rio de Janeiro: Nau, 1999, p 82-95.
- CALLONI, H. A educação e seu impasse: um olhar a partir da noção de pós-modernidade. In: LAMPERT, E. (org.). Pós-modernidade e conhecimento: educação, sociedade, ambiente e comportamento humano. Porto Alegre: Sulina, 2005, p 49-71.
- CANDESSUS, B. Adoption et fratrie. Cahiers Critiques de Therapie Familiale et de Pratiques de Reséaux, n° 32, 2008/1. www.cairn.info/load_pdf.php?ID_ARTICLE=CTF_032_0135

- CARRASCO, W. Irmão negro. São Paulo: Moderna, 1995.
- COSTA, G. P. Conflitos da vida real. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- COSTA, G. P.; KATZ, G. Dinâmica das relações conjugais. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- COSTA, J. F. O filho e o casamento. Palestra proferida no programa Café Filosófico da TV Cultura, exibido em 2007.
- DECHAUX, J. Irmãos na idade adulta, um laço de parentesco por afinidade? In: PEIXOTO, C. (org.) Família e individuação. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p177-190.
- DIAS, C.M.S.B. Terapia Sistêmica. Apostila confeccionada para a disciplina de Intervenções na Psicologia Clínica no curso de Mestrado em Psicologia Clínica da UNICAP, Recife, 2007.
- DIAS, C.M.S.B. A importância da família extensa na adoção. In: SCHETTINI, L.; SCHETTINI, S.(orgs.) Adoção: os vários lados dessa história. Recife: Bagaço, 2006a, p 173-193.
- DIAS, M.C.S.B. Um estudo sobre a avó guardiã na cidade do Recife. In: AMAZONAS, M.C.; LIMA, A.O.; DIAS, C.B.D.(orgs.) Mulher e família, diversos dizeres. São Paulo: Oficina do Livro, 2006b, p.127-138.
- DIAS, M.C.S.B; SILVA, R. FONSECA, C. A Adoção de crianças maiores na perspectiva de pais adotivos. In: Contextos Clínicos. (Unisinos).nº 1, v.1, p 28-38, 2008.
- DOLTO, F. Dificuldade de viver. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- DONATELLI, D. A vida em família: as novas formas de tirania. São Paulo: Arx, 2006.
- ENRIQUEZ, E. Instituições, poder e desconhecimento. In: ARAÚJO, J. N.; CARRETEIRO, T.C (orgs.) Cenários sociais e a abordagem clínica. Belo Horizonte: FUMEC, 2001, p 74-90.
- ESCARDÒ, F. Anatômica de la família. Buenos Aires: El Ateneo, 1978.
- FÈRES-CARNEIRO, T. Família: diagnóstico e terapia. Petrópolis: Vozes, 1996.
- FERREIRA, A.B.H. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- FINE, J.V. The ancient greeks: a critical history. Boston: Harvard University Press, 1985.
- FOUREZ, B. Fraternité: perspectives historiques et sociétales. In: TILMANS-OSTIN, E.; FOUREZ, M. Les ressources de la fratrie . Ramonville Saint- Agne: Érès, 1999, p.23-36.

FREUD, S. Três ensaios sobre a Teoria da Sexualidade. In: Vol. VII. Edição Eletrônica Brasileira das Obras de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1905-2001

FREUD, S. Totem e tabu. In: vol. XIII. Edição Eletrônica Brasileira das obras de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1914-2001.

FREUD, S. O Romance familiar. In: Vol. IX. Edição Eletrônica Brasileira das Obras de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1919-2001.

FREUD, S. Alguns mecanismos neuróticos no ciúme, na paranóia e no homossexualismo. In: Vol. XVIII. Edição Eletrônica Brasileira das Obras de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1922-2001.

FREUD. A dissolução do complexo de Édipo. In: Vol. XIX. Edição Eletrônica Brasileira das Obras de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1924-2001.

GARCIA, H. S. Os irmãos: convivência, rivalidade e solidariedade em família. Porto: Porto Editora, 1989.

GIDDENS, A. As conseqüências da modernidade. São Paulo: UNESP, 1991.

GIDDENS, A. A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: UNESP, 1992.

GOLDSMID, R. FÉRES-CARNEIRO, T. A função fraterna e as vicissitudes de ter e ser um irmão. Psicologia em Revista, nº13, v.2, 293-308, 2007.

GOMES, P. Novas formas de conjugalidade: visão panorâmica da atualidade In: GOMES, P. Vínculos amorosos contemporâneos. São Paulo: Callis Editora, 2003, p 13-40.

GOMES, L.; SILVA, N. Implicações políticas da semântica familiarista nos discursos de amizade contemporâneos. Psicologia em Estudo. nº. 13,v.2, p 267-275, 2008.

HAMAD, H. A criança adotiva e suas famílias. Rio de Janeiro. Companhia de Freud, 2002.

HARVEY, D. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1998.

HINTZ, H. Novos tempos, novas famílias? Da modernidade a pós-modernidade. Pensando Famílias, nº3, p 8-19, 2001.

HOCHMAN, G; HUSTON, A. The sibling bond: its importance in foster e care and adoptive placement. In: U.S. Departament of Health and Human Services,1992 Acessado em 13/12/2008.

JAMES, S; MONN, A; PALINKAS, L. LESLIE, L. Maintaining sibling relationships for children in foster and adoptive placements. Children and Youth Services Review, nº30, p 90-106, 2008.

KEHL, M. R. A fratria orfã. In: KHEL, M. (org.) Função fraterna. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, 209-244.

KÖNIG, K. Irmãos e irmãs: um estudo da Psicologia Infantil. São Paulo: Antroposófica, 1995.

LAMPET, E. Pós-modernidade e educação In: LAMPERT, E. (org.). Pós-modernidade e conhecimento: educação, sociedade, ambiente e comportamento humano. Porto Alegre: Sulina, 2005, p 11-42.

LATOURET, B. Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica. São Paulo: Editora 34, 2000.

LEVINSON, G. A criança adotiva na Psicoterapia Psicanalítica. São Paulo: Escuta, 1999

LEVINSON, G. Adoção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

LEVY, L. Famílias monoparentais adotivas: a importância de uma rede de apoio. In: Fêres-Carneiro (org.) Família e Casal: efeitos da contemporaneidade. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2005, p.50-57 .

MALDONADO, M. T. Cá entre nós: na intimidade das famílias. São Paulo: Integreare Editora, 2006

MCGOLDRICK, M. As mulheres e o ciclo de vida familiar. In: CARTER, B; MCGOLDRICK, M. Mudanças no ciclo de vida familiar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995 , p 5-30.

MELLO, I. Um estudo acerca da mulher que doa seu filho. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica da UNICAP, Recife, 2002.

MENEZES, K. Discurso de mães doadoras: motivos e sentimentos subjacentes a adoção. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica da UNICAP, Recife, 2007.

MESSA, A. O impacto da deficiência nos irmãos, histórias de vida. In: Revista ciência e Saúde Coletiva da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, 2008.
www.abrasco.org.br/cienciasaudecoletiva/artigos/artigo_int.php?id_artigo=2859.
Acessado em 04/12/2008.

MEZAN, R. Adão e sua costela: busca da felicidade e crise atual no casamento. In: GOMES, P.(Org.). Vínculos amorosos contemporâneos. São Paulo: Callis Editora, 2003, p 159-173.

MINAYO, M. C. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. Rio de Janeiro: HUCITEC, 2007.

MORIN, E., A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

OLIVEIRA, A. Família e irmãos. In: CERVENY, C. (org.) Família e...: narrativas, gênero, parentalidade, irmãos, filhos no divórcio, genealogia, história, estrutura, violência, intervenção sistêmica, rede social. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p 63-79.

OLIVEIRA, A. Irmãos, meio irmãos e co-irmãos: a dinâmica das relações fraternas no recasamento. Tese de Doutorado em Psicologia Clínica da PUC São Paulo, 2005.

OSÓRIO, L.C; VALLE, M.E. Terapias de famílias: novas tendências. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PAULO, B. Novas configurações familiares e seus vínculos sócio-afetivos. Dissertação de Mestrado em Psicologia da PUC, Rio de Janeiro, 2006.

PAPALIA, D.; OLDS, S. Desenvolvimento humano. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PEREZ, A. O filho primogênito: suas características e seus relacionamentos no contexto familiar. In: WAGNER, A. (coord.) A família em cena: tramas, dramas e transformações. Petrópolis: Vozes, 2002, p 113-131.

PEREIRA, C; PICCININI, C. O impacto da gestação do segundo filho na dinâmica familiar. Estudos de Psicologia, nº 24, v. 3, p 385-395. 2007.

PICHON-RIVIÈRE, E. Teoria do Vínculo. São Paulo: Martins Fontes, 1986

PLOMIN, J.; FULKER, D. Genetic influence on Tester-Rated infant temperament as assessed by Bayley's Infant behavior record: nonadoptive and adoptive siblings and twins. Developmental Psychology, nº 1, v.28, p 40-47, 1992.

PORTO, I. Ambiente e comportamento humano. In: LAMPERT, E. (org.). Pós modernidade e conhecimento: educação, sociedade, ambiente e comportamento humano. Porto Alegre: Sulina, 2005, p 54-63.

PASPANTINI, R. ESCRIVÃO, M.V. Dos laços de sangue aos laços de ternura: o processo de construção da parentalidade nos pais adotivos. Psic- Revista de Psicologia da Vetor Editora, nº4, v.1, p 14-21, 2003

RUFO, M. Irmãos: como entender essa relação. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

SCHETTINI FILHO, L. Adoção: origem, segredo e revelação. Recife: Bagaço, 1999.

SCHETTINI FILHO, L. Compreendendo os pais adotivos. Recife: Bagaço, 2005.

SCHETTINI FILHO, L. Uma psicologia da adoção. In: SCHETTINI FILHO, L.; SCHETTINI, Suzana Sofia Moeller (Org.) Adoção: os vários lados dessa história. Recife: Bagaço, 2006, p 99 –120.

SOUZA, A . A família e seu espaço. Rio de Janeiro: Agir, 1997.

SOUZA, H. Adoção: O exercício da fertilidade Afetiva. São Paulo: Paulinas, 2008.

SILVEIRA, L. O relacionamento fraterno e suas características ao longo do ciclo vital da família. In: WAGNER, A. (coord.) A família em cena: tramas, dramas e transformações. Petrópolis: Vozes, 2002, p 93 –112.

TABAJASKI, B.;CHAVES,V.Uma experiência profilática: a preparação de crianças para a adoção. Newsletter of International Service Social. General Secretariat Geneva Switzerland. 2007. Acesso em 12/01/2009

TILMANS-OSTYN, E.; FOUREZ, M. Les ressources de la fratrie. Ramonville Saint-Agne: Èrès. 1999.

TONDO, C.T. Terapia familiar: bases, caminhos percorridos e perspectivas. In: SWIRKI, Y.; NUNES, M. L. (orgs.). Revista Família, organizações e aprendizagem, Editora PUC Rio Grande do Sul, 1998, p 37-94.

TURATO, E. Tratado de metodologia da pesquisa clínico-qualitativa. Petrópolis: Vozes, 2003.

VASCONCELOS, M. J. Família: sistema aberto, semi-aberto ou fechado? Família: temas e metas de Terapia Familiar e Ciências Sociais, nº 6, v.1, p 33-48, 1994

VARGAS, M. Adoção de crianças maiores. In: SCHETTINI FILHO, L.; SCHETTINI, S. (Orgs.) Adoção: os vários lados dessa história. Recife: Bagaço, 2006, p 147-171.

WEBER, L.N. Aspectos psicológicos da adoção. Curitiba: Juruá, 2006.

WOOLFOLK, A. Psicologia da Educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

WINNICOTT, D.W. A família e o desenvolvimento individual. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ANEXOS

ANEXO I – DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS E ROTEIRO DE ENTREVISTA

I- Dados Sócio Demográficos:

Nome:

Idade:

Sexo:

Escolaridade:

Posição ocupada na fratria:

Sexo do irmão adotivo:

Idade do irmão adotivo:

II- Questões:

- 1- Como você foi preparado(a) para a chegada do seu novo irmão?
- 2- Como você participou do processo de escolha do seu irmão adotivo?
- 3- Como seus pais viram a chegada de seu novo irmão à família?
- 4- E como você reagiu à chegada de seu irmão adotivo?
- 5- Como era o tratamento de seu s pais dispensado a você antes da chegada se seu irmão adotivo?
- 6- Como você tratava seu irmão logo que ele chegou?
- 7- Como foi o tratamento dispensado por seus pais a você após a chegada de seu irmão?
- 8- E hoje, como você percebe seu relacionamento com seu irmão?
- 9- Houve alguma dificuldade no seu relacionamento com esse irmão?
- 10- O que você de positivo em ter um irmão adotivo?

**ANEXO II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO 1 –
Crianças**

**Título da Pesquisa: Fratria adotiva: percepções e vivências de irmãos mais velhos
nas fratrias constituídas por adoção.**

Eu, _____ dou meu consentimento livre e esclarecido para a participação de meu filho/a como voluntário/a do projeto de pesquisa supra-citado, sob a responsabilidade da pesquisadora Prof^a. Dr^a. Cristina Maria de Souza Brito Dias, professora da Universidade Católica de Pernambuco.

Assinando este termo estou ciente de que o objetivo da pesquisa é estudar o desenvolvimento da relação fraterna em famílias especificamente adotivas e em famílias biológico-adotivas.

- 1) Durante o estudo meu/minha filho/a participará de uma entrevista individual que será gravada.
- 2) Obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre a participação na referida pesquisa.
- 3) Meus dados pessoais e dos meus filhos serão mantidos em sigilo e os resultados gerais obtidos através da pesquisa serão utilizados apenas para alcançar o objetivo do trabalho exposto acima, incluindo sua publicação na literatura científica especializada.
- 4) Terei acesso aos resultados da pesquisa, através da pesquisadora responsável pelo projeto, assim que esta tiver sido encerrada.
- 5) Poderei contatar o Comitê de Ética da UNICAP para apresentar recursos ou reclamações em relação à pesquisa, se o achar necessário, o qual encaminhará o procedimento adequado.

Recife, _____ de 2008

Assinatura /RG do participante

ANEXO III – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO 2 –

Adultos

Título da Pesquisa: Fratria adotiva: percepções e vivências de irmãos mais velhos nas fratrias constituídas por adoção.

Eu, _____ dou meu consentimento livre e esclarecido para a participar como voluntário/a do projeto de pesquisa supracitado, sob a responsabilidade da pesquisadora Prof^ª. Dr^ª. Cristina Maria de Souza Brito Dias, professora da Universidade Católica de Pernambuco.

Assinando este termo estou ciente de que o objetivo da pesquisa é estudar o desenvolvimento da relação fraterna em famílias especificamente adotivas e em famílias biológico-adotivas.

- 1) Durante o estudo participarei de uma entrevista individual que será gravada.
- 2) Obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre a participação na referida pesquisa.
- 3) Meus dados pessoais serão mantidos em sigilo e os resultados gerais obtidos através da pesquisa serão utilizados apenas para alcançar o objetivo do trabalho exposto acima, incluindo sua publicação na literatura científica especializada.
- 4) Terei acesso aos resultados da pesquisa, através da pesquisadora responsável pelo projeto, assim que esta tiver sido encerrada.
- 5) Poderei contatar o Comitê de Ética da UNICAP para apresentar recursos ou reclamações em relação à pesquisa, se o achar necessário, o qual encaminhará o procedimento adequado.

Recife, _____ de 2008

Assinatura /RG do participante

ANEXO IV- PARECER DO COMITÊ CIENTÍFICO DE ÉTICA DA UNICAP



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP

Registro nº 25000-050953/2004-81 CONEP/CNS/MS, de 22/04/2004

Recife, 23 de novembro de 2007

PARECER Nº 095/2007 – CEP UNICAP

O Comitê de Ética em Pesquisa, em reunião do dia 23 de novembro de 2007, considerou **APROVADO**, o Projeto de Pesquisa registrado com o CAAE – 0055.0.096.000-07 (CEP-068/2007), intitulado:

“FRATRIA ADOTIVA: percepções e vivências”, que tem, como pesquisadora principal:

Profa. Dra. Cristina Maria de Souza Brito Dias (PSICOLOGIA)

RESUMO DO PARECER

- O estudo não apresenta riscos de agravos éticos e está em consonância com a Resolução 196/96 do Conselho de Saúde, com a Declaração do Helsinque e com o Código de Nuremberg para experimentação humana.

O Relatório Final deverá ser entregue em março de 2009, conforme cronograma apresentado no Projeto de Pesquisa aprovado.

Valemo-nos da oportunidade para solicitar-lhe que, ao consultar o CEP UNICAP, indique o número do processo já referenciado.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Junot Cornélio Matos

*Pró-reitor Acadêmico – PRAC
Universidade Católica de Pernambuco*

Profa. Dra. Arminda Saconi Messias

*Coordenadora do CEP UNICAP
Coordenadora Geral de Pesquisa
Universidade Católica de Pernambuco*

sas 3375.4-0

23/11/2007 16:49:12